LEI Nº. 3.842 DE 16 DE JUNHO DE 2015

Projeto de Lei nº 39/2015

(Institui o Plano Municipal de Educação, na conformidade do disposto na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e no artigo 214 da Constituição Federal)

O **PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE SERRA NEGRA**, usando de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovada a Lei Municipal que estabelece o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, em cumprimento ao disposto no artigo 214 da Constituição Federal.

Art. 2º. O Plano Municipal de Educação foi elaborado com participação da sociedade, sob a Coordenação da Secretaria de Educação e Cultura do Município, em conformidade com os Planos Nacional e Estadual de Educação.

Art. 3º. O Plano Municipal de Educação, apresentado em conformidade com a Constituição Federal de 1988, reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República e a Constituição do Estado de São Paulo, como também a Lei Orgânica do Município.

Art. 4º. O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do Município, com suas respectivas diretrizes, objetivos, metas, conforme documento anexo, fazendo parte integrante a presente Lei.

Art. 5º. Compete ao Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Serra Negra e MEC, realizarem o acompanhamento e a avaliação da execução do Plano.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias e de outros recursos capitados no decorrer da execução do Plano.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Serra Negra, 16 de junho de 2015.

ANTONIO LUIGI ITALO FRANCHI
- Prefeito Municipal -

Publicado na Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica nesta mesma data.

JOSÉ ALEXANDRE MALAGODI DE VASCONCELLOS
- Secretário -

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SERRA NEGRA – SP

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

2015 - 2025

"Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar,
Mas para transformá-lo;
Se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo,
Devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia,
Mas participar de práticas com ela coerentes."

PAULO FREIRE

Antonio Luigi Ítalo Franchi
Prefeito Municipal

Felipe Amadeu Pinto da Fonseca
Vice-Prefeito Municipal

Prof.ª Magali Ap. Pinheiro Taborda Saragiotto
Secretária Municipal de Educação

COMISSÃO DE PREPARAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERRA NEGRA - SP

MEMBROS DO GRUPO COLABORATIVO

Regina Célia Saragiotto Del Nero
Glaucia Michelon Pinto Duarte
Ana Lúcia Ávila Brotto Guidetti
Maria Aparecida Rubin de Toledo
Telma Aparecida Zocchio de Godoi
Eliana Bearari Antunes

MEMBROS DAS COMISSÕES REPRESENTATIVAS

REPRESENTANTES DOS SUPERVISORES DO MUNICÍPIO

Titular: Elis Regina Del Buono
Suplente: Benedita Viviane Anibal Carraro

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Titular: Armando Hideo Ono
Suplente: Marisa de Souza Brandini

REPRESENTANTES DAS ESCOLAS

Titular: Olavo Celso Kahn da Silveira
Suplente: Patricia Curtale

REPRESENTANTES DOS COORDENADORES

Titular: Cleide Gambeta dos Santos Sigolo
Suplente: Maria Auxiliadora Canela Artuzo

REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÃOES DE PAIS E MESTRES

Titular: Daniele Cristina S. de Souza

Suplente: Adriana de B. Dorigatti

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Marisa Lucila Alves Catib

Suplente: Marisa Pietrafeza Daher

REPRESENTANTES DO CONSELHO DO FUNDEB

Titular: Shirley Aparecida De Moraes

Suplente: Juliana de M. Dalonso

REPRESENTANTE DE TÉCNICOS DA EDUCAÇÃO

Titular: Maria Cecília Saragiotto

Suplente: José Oscar Carniel Brolezi

REPRESENTANTES DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO

Titular: Giovana Helena Vicentini Cordeiro

Suplente: Camila Marini Stacheti Siqueira

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

Titular: Vagner Luiz Canhassi

Suplente: Carmem Gambeta L. Catini

REPRESENTANTES DE ESCOLASPARTICULARES

Titular: Rosângela Mendes Simões

Suplente: Danilo Nascimento S. Neto

EQUIPE TÉCNICA PARA PREPARAÇÃO, ELABORAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ariéle Maria Vicenssuto Alves

Cleuza da Silva Fagundes

Cristiane Zelante Geraldi

Elisângela Perli Pinto de Lima

Fabíola Karine dos Santos Dei Santi Dalarme

Fátima Gambetta Frizera

Gláucia Cristina Felipi

Magali Ap. Pinheiro Taborda Saragiotto

Maria Inês Aparecida Ellero

Rodrigo da Silva Lima

Sandra Maria dos Santos Bordini

SUMÁRIO

1. História: dos Planos Nacionais de Educação ao Plano de Serra Negra 09
1.1. Significado de Plano....09
1.2. Plano Nacional de Educação no Brasil....10
1.3. Pano Municipal de Educação em Serra Negra – SP....12
2. Caracterização Geral do Município....15
2.1. Aspectos Históricos....15
2.2. Localização e Coordenadas Geográficas....16
2.2.1. Aspectos Gerais....16
2.2.2. Aspectos Ambientais....17
2.2.3. Geologia....17
2.2.4. Geomorfologia....18
2.2.5. Pedologia....18
2.2.6. Clima....19
2.2.7. Pluviosidade....19
2.2.8. Recursos Hídricos....21
2.2.9. Vegetação....23
2.2.10. Uso e ocupação do solo....23
2.2.11. Uso do solo....23
3. Aspectos Populacionais....25
3.1. Demografia....26
3.2. Densidades da ocupação....27
3.3. Dinâmica populacional....29
4. Aspectos Socioeconômicos de Serra Negra....31
4.1. Características econômicas....31
4.2. Emprego e Renda....32
4.3. Finanças Públicas Municipais....34
4.4. Infraestrutura Urbana e Social....34
4.4.1. Sistema viário....35
4.4.2. Energia....35
4.4.3. Saúde....35
5. Aspectos Culturais....36
5.1. Instituições Culturais de Serra Negra....36

5.2. Equipamentos Culturais....38
6. Aspectos Educacionais....40
6.1. A Educação em Serra Negra....40
6.2. Educação Básica....40
6.3. A construção do PME – Ponto de partida....41
6.4. A Rede Escolar de Serra Negra....41
6.5. Caracterização da Rede Municipal e Estadual de ensino....42
6.6. Implantação da Pedagogia Afetiva....45
6.7. Implantação do Método Fônico....49
6.8. O professor como mediador no processo ensino aprendizagem....50
- META 1....53
- META 2....63
- META 3....72
- META 4....79
- META 5....96
- META 6....99
- META 7....108
- META 8....118
- META 9....124
- META 10....128
- META 11....130
- META 12....137
- META 13....140
- META 14....142
- META 15....144
- META 16....147
- META 17....151
- META 18....154
- META 19....169
- META 20....173
7. Referências Bibliográficas....182

1. HISTÓRIA: DOS PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO AO PLANO DE SERRA NEGRA

1.1. SIGNIFICADO DE PLANO

Com o intuito de permear os objetivos e discorrer sobre o Plano Municipal de Educação de Serra Negra para o próximo decênio, se faz necessário compreender, primeiramente, o significado do termo "plano" no presente contexto. Etimologicamente plano significa "Conjunto de medidas ou providências a serem tomadas; projeto." Em outras palavras, é um processo com objetivos, estratégias e metas a serem realizadas em determinado espaço temporal de forma sistematizada.

Cabe salientar que as ações desse plano são estruturadas com objetivos específicos e com o intuito de concretizar seu intento em espaço de tempo determinado. Essa estrutura prevê, não apenas os objetivos, mas também a forma e os recursos que serão utilizados.

Ademais, faz-se necessário para o sucesso do plano, que este contenha, não só o espelho das necessidades e objetivos para o decênio, mas que esse documento seja norteado por dados reais, (pesquisas e dados técnicos) que coadunam com a possibilidade legal e financeira do Município. Neste sentido dita Celso Lafer (1970 apud MENESES et al, 2004), afirma que os aspectos centrais do processo de construção de tal instrumento: o político, presente na decisão de se fazer um plano e posteriormente na de executá-lo; e o técnico, essencial para a elaboração do plano em si.

No mesmo sentido Azanha (2004, apud MENESES et al, 2004), aponta que o plano deverá estar embasado no "mínimo de conhecimento das condições existentes de uma determinada situação". Vale dizer que não será cabível elaborar o documento sem que os objetivos e metas estejam embasados em diagnósticos reais dos pontos que pretendem modificar, sob pena, de não o fazer, ocorram flagrantes equívocos e má utilização dos recursos públicos. Ademais, esses dados, bem como os resultados das ações praticadas, no decorrer do decênio, deverão sofrer avaliações periódicas a fim de corrigir desvios e aprimorar objetivos e metas.

ASPECTOS QUE ENVOLVEM A ELABORAÇÃO DE UM PLANO.

1.2. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Foi determinado pela Constituição de 1934 a elaboração de um Plano Nacional de Educação que em seu artigo 150 atribuía à União "[...] fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País". A carta constitucional (BRASIL, 1934) determinava ainda que tal plano apenas pudesse ser renovado em prazos determinados e obedecer às seguintes normas:

- Ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos;
- Tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de torná-lo mais acessível;
- Liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual;
- Ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras;

- Limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso;
- Reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegurarem a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna.

Em cumprimento ao texto constitucional, o Conselho Nacional de Educação enviara um anteprojeto de Plano Nacional de Educação à Presidência da República em maio de 1937, contudo, com a assunção do Estado Novo de Getúlio Vargas a peça nem chegou a ser discutida, tendo sido suprimida. Cabe salientar que nas Constituições de 1946 e 1967, bem como pela Emenda Constitucional 1, de 17 de Outubro de 1969 também não acataram a propositura do plano.

Salienta-se que este anteprojeto de 1937 continha 504 artigos e, na avaliação de Azanha (2004, apud MENESES et al, 2004), era excessivamente centralizador, com a pretensão de tratar de forma minuciosa todos os aspectos da educação nacional: currículos, número de provas, critérios de avaliação etc. Ainda assim, três aspectos do Plano de 1934 seriam retomados em planos posteriores:.

No entanto, referido artigo sofreu alteração através da Emenda Constitucional 59 de 11 de Novembro de 2009, modificando o artigo 214 da Constituição federal de 1988, que passou a vigorar desta forma, "Art. 214. *A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a...*"

O atual Plano Nacional de Educação identifica-se com as diretrizes da educação nacional; é fixado por lei e somente será revisto após o decênio. Outra característica é sua duração plurianual à duração decenal

Observa-se que o texto de lei acima que alterou a norma constitucional, prevê a colaboração de todos os federados, a definição das diretrizes, objetivos, metas e estratégias com o intuito de garantir a implantação, manutenção e desenvolvimento do Ensino.

A regulamentação a que se refere o artigo acima se deu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996, que deixou à cargo da União, em colaboração com Estados e Municípios, e incumbência de elaborar o PNE, que foi aprovado pela Lei n° 10.172, de 09/01/2001.

O corrente Plano Nacional de Educação apresenta diretrizes essenciais para a Educação, dentre elas, erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades educacionais, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho, promoção da sustentabilidade socioambiental, promoção humanística, científica e tecnológica do país, estabelecimentos de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, valorização dos profissionais da educação, difusão dos profissionais da educação, difusão dos princípios de equidade, respeito à diversidade e gestão democrática da educação.

Observa-se, portanto, que o Plano de Educação é pilar de indubitável importância para o desenvolvimento, não apenas da Educação, mas para a garantia da sustentabilidade e crescimento do país. Busca democratizar suas ações e refletir a realidade, para a seguir criar condições e viabilizar meios que possam garantir a realização de seu projeto.

1.3. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM SERRA NEGRA - SP

Este que agora apresentamos situa-se nesta última esfera, trata-se do Plano Municipal de Educação de Serra Negra - SP, doravante denominado de PME/SN, instrumento que organizará diversos aspectos da educação escolar no Município pelos próximos dez anos. Destaca-se que o PME/SN está profundamente relacionado com o Plano Nacional de Educação (PNE), de quem compartilha concepções, metas e estratégias.

Em Serra Negra – SP, o Plano Municipal de Educação teve início em meados de 2.014, através da participação de membros da Secretaria Municipal de Educação e Cultura em reuniões, palestras e congressos em diversas localidades, com intuito de conhecimento e entendimento sobre o que é um Plano Municipal de Educação, como elaborá-lo, quais critérios utilizados, prazos, formatação e objetivos que atendam às normas legais dos Planos Municipais gerais apresentados e aprovados pelo país e, por fim, esclarecimentos sobre dúvidas surgidas no percurso.

Essas participações culminaram com um convite feito pela Secretaria Municipal de Educação da Cidade de Itapira, Sr.ª Flávia Rossi, que convidou a Secretaria Municipal de Educação de Serra Negra, num todo, em nome de sua Secretária de Educação, Magali Aparecida Pinheiro Taborda Saragiotto, a participar do chamado "POLO 9", que denominou-se assim por serem diversas Secretarias de Educação de diversas cidades da região de Itapira unidas em reuniões que tem como objetivo a execução e elaboração dos Planos Municipais de Educação, sendo como perfil desse "Polo 9" que algumas cidades já possuem seus planos e outras estão em processo de elaboração.

Em sua primeira participação em reunião do "Polo 9", a Secretaria Municipal de Educação de Serra Negra já se comprometeu com todos os membroso a entregar seu PME no prazo de 01 (um) ano.

A partir de então, a Secretaria de Educação de Serra Negra iniciou suas metas e estratégias para concretização da proposta firmada, bem como a Prefeitura Municipal assinou diversas portarias e contratou (através de Licitação), uma Empresa de Consultoria.

Segue baixo o Cronograma de ações:

- 25/11/14 – Membros e representantes da Sociedade Civil da área da educação do município de Serra Negra reuniram-se na sede da Secretaria Municipal de Educação de Serra Negra, "Mercado Cultural", para eleição da Comissão de preparação das discussões para elaboração do Plano Municipal de Educação de Serra Negra – SP, o PME/SN. Após a eleição, a presente Comissão foi enviada à Prefeitura Municipal para elaboração de Portaria assinada pelo Prefeito Municipal, Sr. Antônio Luigi Ítalo Franchi.
- 08/01/15 - Na sede de Secretaria Municipal de Educação de Serra Negra – SP, reuniram-se nesta data representantes da Sociedade Civil para eleição de representantes para compor a Equipe Técnica para preparação, elaboração e fiscalização do PME/SN. Após a eleição da Equipe, a mesma foi enviada à Prefeitura Municipal para elaboração de Portaria assinada pelo Prefeito Municipal, Sr. Antônio Luigi Ítalo Franchi.
- 21/01/15 – Reuniram-se na Escola Municipal Profissionalizante "José Franco de Godoi", em Serra Negra – SP, os Membros da Equipe Técnica e demais colaboradores, para discussão e apreciação do PME/SN.

- Também houve a participação do Prefeito Municipal, Sr. Antônio Luigi Ítalo Franchi, que falou sobre suas expectativas em relação ao PME/SN. A seguir, as 20 (vinte) Metas a serem atingidas pelo PME foram distribuídas aos presentes, com objetivo de traçarem estratégias, para alcance num período de 10 (dez) anos. Após a distribuição das Metas para estudo e elaboração, determinou-se um prazo para realização das mesmas, com devolutiva marcada para 28/01/15.

28/01/15 – Reuniram-se os membros da Equipe Técnica, Comissão de Preparação das discussões para elaboração do PME/SN e a E&L- Consultoria em Educação, na EMP "José Franco de Godoy". Foi explicitado à todos o que é o PME/SN e também retornaram os trabalhos de elaboração e correção de Estratégias, para dar continuidade ao Documento Base.

12/02/15 – Reuniram-se os membros da Equipe Técnica, Comissão de Preparação das discussões para elaboração do PME/SN, na EMP "José Franco de Godoy", para rever e dar continuidade no que havia sido executado até o presente momento: Texto Base, Diagnóstico, Análise das 20 Metas, com contextualizações, estratégias e reorganização. Explicou-se que o Documento não é um documento fechado e que estará em constante modificação. Foi passado aos presentes o Cronograma das próximas etapas e pedido divulgação e participação de todos. Ficou acordado nessa reunião, que o presente Cronograma seria enviado por e-mail à todos os presentes e que o Documento em construção seria repassado em mídia de CD a cada representante participante. Foi também citada a importância da divulgação e participação no Fórum Municipal de Educação, definido para os dias 08 e 09 de Maio de 2015. Logo após foram dispensados os membros colaboradores e permaneceram a Equipe Técnica para continuação da reorganização do PME/SN

- 25/02/15 – Data para que as Comissões das 20 Metas acertem e entreguem o texto base para a Secretaria de Educação de Serra Negra, para que a mesma realize a formatação do Texto base.

- 02/03/15 – Prazo final de entrega do Texto Básico à assessoria.

- 06/03 à 09/03/15 – Prazo de devolutiva do Texto Base pela Assessoria à Secretaria Municipal de Educação de Serra Negra – SP.

-10/03/15 – Texto base disponibilizado para a Sociedade no site da Prefeitura Municipal de Serra Negra – SP.

-10/03/15 - Na EMP "José Franco de Godoy" reuniram-se novamente as Comissões para preparação do Fórum Municipal de Educação de Serra Negra – SP.

- 08 e 09/05/15 – FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERRA NEGRA – SP
- 13/05/15 – As contribuições e questionamentos discutidos no FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO foram analisados e incorporados ao texto base;
- 14 e 15/05/15 – Formatação do texto e encaminhamento para o setor jurídico da Prefeitura Municipal, para elaboração de minuta do projeto de lei e sugestão à Câmara Municipal de Vereadores;
- 25/05/15 – Devolução do texto à Secretaria Municipal de Educação para última análise antes do envio à Câmara Municipal de Vereadores
- 08/06/15 – Enviado à Câmara Municipal de Vereadores de Serra Negra para análise e aprovação e logo após será devolvido ao Executivo para sancionar.

Após toda essa explicitação e cronograma sobre o Plano Municipal de Educação da Cidade de Serra Negra – SP, concluímos que a ação humana, intencional e sistematizada, não é neutra, está sempre condicionada a interesses. Na concepção da Comissão de Sistematização do Plano Municipal de Educação de Serra Negra são os interesses das camadas populares, a quem historicamente foi negada não apenas o direito à escola, mas o direito ao conhecimento, essencial à vida digna e à transformação social.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

2.1. ASPECTOS HISTÓRICOS

Apesar de ter como dia de fundação 23 de setembro de 1828, na realidade sabe-se que esta data pertence a outro importante fato acontecido em nossa cidade: a concessão de Capela Curada (termo que institui uma paróquia) a Serra Negra pelo Bispo Diocesano de Mogi-Mirim região a qual pertencíamos. No início do século XVIII (por volta de 1700) era grande a quantidade de colonizadores pretendendo terras nos locais cortados pelos caminhos que ligavam o litoral à região das minas de Goiás (ouro e diamantes).

Requerida as sesmarias (lote de terra inculta que os Reis de Portugal cediam a quem se dispusesse a cultivá-lo) localizadas à margem da estrada referida, eram logo concedidas e, assim, penetravam os bandeirantes léguas e léguas pelo sertão adentro. Por ser penoso o acesso a estas terras devido às montanhas chamadas de negras pela cor da vegetação, o povoamento se tornou difícil. Somente após 1800

(século XIX) é que começaram a aparecer alguns moradores nessa região. O mais importante nome que aparece na História de Serra Negra é o de Lourenço Franco de Oliveira, que é considerado o verdadeiro fundador da cidade.

Nascido no ano de 1775 na cidade de Bragança Paulista era casado com Dona Manoela Bueno. Tinha um espírito aventureiro e decidiu sair pelos sertões com sua família e uma caravana de escravos até chegar a Mogi-Mirim, que na época era uma espécie de posto avançado ligando a sede da capitania de São Paulo às terras desconhecidas. Após explorar certas áreas, fixou residência no atual Bairro das Três Barras (barra = foz de rio). Formou uma fazenda, com criação de gado e cultivo de cereais, propuseram aos poucos moradores da região a fundação de uma pequena capela, que foi erigida em nome de Nossa Senhora do Rosário do Rio do Peixe.

A tradição conta que a imagem da santa foi encontrada perto de um velho tronco de árvore e a crença popular afirmava que a Santa desejava não sair da companhia do velho tronco, ficando assim a capela estabelecida neste ponto. Em 1828, foi feita a pedido de Lourenço Franco de Oliveira ao Bispo Diocesano de Mogi - Mirim, a concessão de Capela Curada a Serra Negra, sendo designado um padre para "conduzir aquelas ovelhas". Por este motivo é comemorada a data de fundação da cidade em 23 de setembro. Lourenço Franco de Oliveira morreu em 13 de março de 1883 e seu corpo foi sepultado dentro da ainda Capela de Nossa Senhora do Rosário do Rio do Peixe.

Quase dez anos se passaram, e em 1841 uma lei elevava o povoamento de Serra Negra a Freguesia (povoação sob o aspecto eclesiástico; conjunto de paroquianos). Sendo cada vez mais próspera a situação do povoado, os seus influentes moradores trabalharam ativamente a fim de conseguir sua elevação à categoria de Vila (povoação de categoria entre aldeia e cidade) e a criação de um Município (circunscrição administrativa que se exerce a jurisdição de uma vereança), o que foi alcançado em 24 de março de 1859, e mais tarde, a elevação à categoria de Cidade, em 21 de abril de 1885.

2.2. LOCALIZAÇÃO E COORDENADAS GEOGRÁFICAS

2.2.1 - ASPECTOS GERAIS

O município de Serra Negra localiza-se na região nordeste do Estado de São

Paulo, estendendo-se por 204 km², com altitude média de 920 metros acima do nível do mar e sua sede situa-se nas coordenadas geográficas 22°36'41" de latitude sul e 46°42'03" de longitude oeste.

Serra Negra está inserida na Região Administrativa de Campinas e Região de Governo de Bragança Paulista, fazendo divisa com os municípios de Itapira e Lindóia ao Norte, Monte Alegre do Sul ao Sul, Amparo a Leste e Socorro a Oeste.

Distante 150 km da capital paulista, o acesso ao município, a partir da capital, pode ser feito através da Rodovia Fernão Dias (BR-381), e, a partir de Atibaia, pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065) e Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360).

O município de Serra Negra foi elevado à categoria de distrito de Mogi Mirim em 10 de março de 1841 e em 21 de abril de 1885 a município. Cabe destacar que Serra Negra também é considerada uma das mais famosas Estâncias Hidrominerais do estado de São Paulo devido a sua água mineral e ao clima montanhoso.

2.2.2 - ASPECTOS AMBIENTAIS

Este item reúne elementos que permitem avaliar preliminarmente as condições do meio ambiente do município no que diz respeito ao cumprimento de normas, legislação e instrumentos que visem o bem estar da população e o equilíbrio entre processos naturais e os socioeconômicos.

2.2.3 - GEOLOGIA

O município de Serra Negra situa-se na porção nordeste da Bacia Sedimentar do Paraná, próximo ao limite com as unidades metamórficas e intrusivas do Embasamento Cristalino do Estado de São Paulo. Trata-se de uma área de transição entre as rochas do Embasamento Cristalino e as da Bacia do Paraná.

Segundo a Carta Geológica Compilada e Simplificada do Projeto Mogi-Pardo na escala 1:500.000 publicada pelo CPRM (1998), o substrato rochoso do município é bastante heterogêneo, formado por rochas granitóides, migmátitos, granodiorito e quartzitos, todos do Embasamento Cristalino, formado nos períodos do Arqueano ao Eopaleozoico.

Um caráter marcante das rochas do embasamento é o contraste de competência dos pacotes rochosos, seja por diferenças composicionais ou de

intensidade de fraturamento e deformação. Este contraste impõe variações bruscas do comportamento geotécnico ao longo de alguns poucos metros.

2.2.4 - GEOMORFOLOGIA

O estudo geomorfológico permite um entendimento da dinâmica das bacias de drenagem e de aspectos importantes, tais como a susceptibilidade a processos erosivos, o comportamento e características do lençol freático e a avaliação das vazões de cheia, em função da estimativa mais precisa de tempos de concentração e processos de retardamento que são, de certo modo, dependentes das formas do relevo.

Segundo o mapa geomorfológico do IPT (1981), o município de Serra Negra situa-se, regionalmente, na transição entre dois domínios geomorfológicos: Depressão Periférica e Planalto Atlântico, sendo os limites desses terrenos coincidentes com o contato entre a Bacia Sedimentar do Paraná com o Embasamento Cristalino.

Localmente, a geomorfologia da área de estudo está inserida no Planalto Atlântico, na zona da Serrania de Lindóia, em áreas de relevo de degradação em planaltos dissecados, classificados segundo IPT (1981). As feições do relevo identificadas no município são: Colinas Médias, Morros com Serras Restritas, Serras Alongadas e Mar de Morros.

As Colinas Médias concentram-se na parte leste do município, onde predominam interflúvios de 01 a 04 km², topos aplainados, vertentes com perfiz convexos a retilíneos. As Serras Alongadas distribuem-se na porção ocidental município e caracterizam-se por topos angulosos, vertentes ravinadas com perfis retilíneos, por vezes abruptos. Na parte oriental do município, os Morros em Serras Restritas caracterizam-se pelas elevações com topos arredondados, vertentes com perfis retilíneas, por vezes abruptas. O Mar de Morros assume o relevo no nordeste do município, caracterizado por elevações com topos arredondados e vertentes com perfiz convexos a retilíneos.

2.2.5 - PEDOLOGIA

A grande diversidade de relevo e geologia do município de Serra Negra dá

origem a uma grande variedade de solos. Neste sentido os solos deste município caracterizam-se por forte heterogeneidade litológica, englobando, no Embasamento Cristalino, rochas granitoides, gnaisses, granitos, xistos, quartzitos e rochas cataclásticas, dos períodos Arqueano/Eopaleozoico, fortemente estruturada (xistosidade, fraturas e falhas) e com frequentes contatos tectônicos entre as litologias.

Segundo o Mapa Pedológico do Estado de São Paulo (OLIVEIRA, J.B et al, 1999), realizado pela Embrapa-Solos/IAC na escala 1:500.000, os solos dominantes na área em questão são os: Argissolos Vermelho-Amarelos e Latossolos Vermelho-Amarelos.

A área ocupada pelos Latossolos Vermelho-Amarelos é concomitante a das feições do relevo formado pelas Colinas Médias.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos têm uma presença mais abrangente no município. São constituídos por argila de atividade baixa e horizonte B textural (Bt) imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte superficial, exceto o horizonte hístico (IBGE, 2004). Desenvolvem-se em relevo suave a suave-ondulado com declividades entre 5% e 10% (OLIVEIRA, J.B et al, 1999).

2.2.6 - CLIMA

Segundo a classificação de Köppen, o clima de Serra Negra se enquadra no tipo Cwa, isto é mesotérmico (subtropical e temperado), com verões quentes e chuvosos, com a temperatura média do mês mais quente superior a 22°C.

Segundo o Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (CEPAGRI), o município é caracterizado por apresentar temperatura média anual de 19,5°C, oscilando entre mínima média de 13,3°C e máxima média de 25,6°C. A precipitação média anual é de 1.470 mm

2.2.7 - PLUVIOSIDADE

Segundo o Departamento de Água e Energia Elétrica - DAEE, o município de Serra Negra possui uma estação pluviométrica com prefixo D3-012, conforme consulta no banco de dados por meio do endereço eletrônico (http://www.sigrh.sp.gov.br/).

DADOS DAS ESTAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS DO MUNICÍPIO**SERRANEGRA**

Município	Prefixo	Altitude(m)	Latitude	Longitude	Bacia
Serra Negra	D3-012	940m	22°36'	46°42'	Peixe

Fonte: Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, acesso em Junho de 2013.

A análise das precipitações foi elaborada com base nos dados do posto pluviométrico D3-012, cuja série histórica compreende os anos de 1936 a 2004.

O Gráfico possibilita uma análise temporal das características das chuvas, apresentando a distribuição das mesmas ao longo do ano, bem como os períodos de maior e menor ocorrência. Verifica-se uma variação sazonal da precipitação média mensal com duas estações representativas, uma predominantemente seca e outra predominantemente chuvosa. O período mais chuvoso ocorre de outubro a março, quando os índices de precipitação média mensal são superiores a 120 mm, enquanto que o mais seco corresponde aos meses de abril a setembro com destaque para junho, julho e agosto, que apresentam médias menores que 50 mm

Ressalta-se que os meses de dezembro e janeiro apresentam os maiores índices de precipitação, atingindo uma média de 234 mm e 269 mm, respectivamente.

2.2.8- RECURSOS HÍDRICOS

O município está inserido na Sub-Bacia do Peixe, sendo o sistema de drenagem natural do município composto, principalmente, pelos Ribeirões Serra Negra e das Três Barras, e pelo córrego das Tabaranas.

Os mananciais superficiais que atendem os sistemas de abastecimento de água do município são: Córrego da Prata, Ribeirão da Serra Negra e Rio do Salto, que atendem os sistemas Jovino Silveira, Marchi Caruso e ETA Salto, respectivamente.

Todos os corpos hídricos são enquadrados como classe 2.

DADOS DOS MANANCIAIS SUPERFICIAIS DE SERRA NEGRA

Manancial	**Área (km^2)**	**Q7,10(L/s)**
Córrego da Prata	6,20	24,00
Ribeirão de Serra Negra	1,12	5,00
Rio do Salto	43,31	188,00

O município também faz uso de captação de manancial subterrâneo.

De acordo com o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 9(2011), os principais aqüíferos na região é o Tubarão, com vazão de 0 a 20 m^3/s.

Macrodrenagem

Fonte: CD informativo da Bacia do Projeto PCJ (Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

2.2.8 - VEGETAÇÃO

Os remanescentes da vegetação original foram compilados no Sistema de Informações Florestais do Estado de São Paulo – SIFESP, do Instituto Florestal da SMA/SP, reunidos no Inventário Florestal do Estado de São Paulo, em 2009.

Em Serra Negra, dos 20.300 ha de superfície de cobertura vegetal, restam apenas 1.437 ha preenchidos por Floresta Ombrófila Densa e 03 ha por vegetação não classificada, totalizando 1.440 ha, correspondendo a 7,10% da superfície total municipal.

Ressalta-se que o município também possui 1.030 ha de superfície reflorestada, correspondendo a 5,07% da área total municipal.

Quando comparados aos 17,5% correspondentes à cobertura vegetal original contabilizada para o Estado de São Paulo, decorrente da somatória de mais de 300 mil fragmentos, pode-se afirmar que a vegetação original remanescente do município de Serra Negra é bastante reduzida.

2.2.9 - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O uso e ocupação da terra são o reflexo de atividades econômicas, como a industrial e comercial entre outras, que são responsáveis por alterações na qualidade da água, do ar, do solo e de outros recursos naturais, que interferem diretamente na qualidade de vida da população.

2.2.10 - USO DO SOLO

Na análise do uso do solo uma das principais categorias a ser analisada é a divisão do território em zonas urbanas e zonas rurais.

Conforme relação dos setores censitários do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, o município Estância Hidromineral de Serra Negra divide-se em:

- Área Urbana, correspondendo a 40,9 km² (20% do território);
- Área Rural, equivalente a 163,1 km² (80% restantes).

INDICADORES AMBIENTAIS

SETORES DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA, SEGUNDO O CENSO2010 DO IBGE
FONTE: IBGE (2010).

Tema	Conceitos	Existência
Organização para questões ambientais	Unidade de Conservação Ambiental-Municipal	Não
	Legislação Ambiental (Lei de Zoneamento Especial de Interesse Ambiental ou Lei Específica para Proteção ou Controle Ambiental)	Não
	Existência de Unidade Administrativa Direta (Secretaria, diretoria, coordenadoria, departamento, setor, divisão, etc.).	Não

Fonte: Fundação SEADE.

3 ASPECTOS POPULACIONAIS

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,02% ao ano, passando de 23.838 para 26.387 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,10% ao ano e inferior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 86,37% e em 2010 a passou a representar 86,76% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 3,2% em média ao ano.

Em 2000, este grupo representava 13,7% da população, já em 2010 detinha 17,0% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -1,3% ao ano. Crianças e jovens detinham 23,5% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 5.600 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 18,6% da população, totalizando 4.915 habitantes.

População	26.387 hab.
Área	203,736 km²
Bioma	Mata Atlântica
Instalado em	01/01/1939

População estimada 2014 (1)	28.103
População 2010	26.387
Área da unidade territorial (km²)	203,736
Densidade demográfica (hab/km²)	129,52
Código do Município	3551603
Gentílico	serrano
Prefeito	ANTONIO LUIGI ITALO FRANCHI

Fonte: IBGE 2010

3.1 DEMOGRAFIA

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,26% ao ano), passando de 14.977 habitantes em 2000 para 16.974 em 2010. Em 2010, este grupo representava 64,3% da população do município.

População residente no município por faixa etária - 2000 e 2010

	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
2000	5.600	6.200	3.530	5.247	3.275	23.852
2010	4.915	5.993	4.061	6.920	4.498	26.387

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010

3.2 DENSIDADES DA OCUPAÇÃO

O município da Estância Hidromineral de Serra Negra tem uma superfície territorial de 204 km².

Segundo projeções do SEADE para 2013, a população do município totaliza 26.733 habitantes, atingindo densidade média de 131,0 hab./km².

Em 2010, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE o município contava com 26.387 habitantes, com 494 residindo em zona rural e os restantes 22.893 em zona urbana, resultando em densidade média de 129,3 hab./km².

Verifica-se que as maiores densidades, ou seja, as densidades superiores a 3000 hab./km² ou 30 hab./ha se localizam no centro da área urbana do município.

Nos demais setores urbanos, a densidade varia entre 500 e 3000 hab./km² ou entre 5 e 30 hab./ha.

Nas regiões correspondentes à área rural do município, seja pelo tamanho dos lotes, como pelo baixo índice de ocupação dos mesmos, temos de maneira geral densidades entre 2 e 5 hab./ha.

Densidades residenciais por setores censitários do município de Serra Negra.
Fonte: IBGE (2010)

3.3 DINÂMICA POPULACIONAL

Este item visa identificar e estudar o comportamento populacional, tendo como base os seguintes indicadores demográficos:

- Porte e densidade populacional;
- Taxa geométrica de crescimento anual da população;
- Grau de urbanização do município.

Pirâmide Etária

Fonte: IBGE 2010

Evolução Populacional

FONTE: IBGE 2010

Em termos populacionais, Serra Negra pode ser considerado um município de médio porte.

Com uma população de 26.365 habitantes, representa 4,9% do total populacional da Região de Governo de Bragança Paulista, com 539.381 habitantes.

Na dinâmica da evolução populacional, Serra Negra apresenta uma taxa geométrica de crescimento anual de 0,46% ao ano (2000-2010), inferior às médias da RG de 1,04% a.a. e do Estado, de 0,87% a.a., com uma taxa de urbanização de 86,76%, o município de Serra Negra apresenta índice igual à Região de Bragança Paulista e inferior ao Estado de 95,94%.

PRINCIPAIS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO, REGIÃO DE GOVERNO E ESTADO

Unidade territorial	População total (hab.) 2010	População urbana	Taxa de urbanização (%)2010	Área(km²)	Densidade (Hab./km²)	Taxa geométrica de crescimento 2000-2010(%a.a.)
Serra Negra	26.365	22.874	86,76	203,74	130,60	0,46
Região de Bragança Paulista	539.381	467.961	86,76	4.085,56	134,78	1,04
Estado de São Paulo	41.223.683	39.548.206	95,94	248.223,21	168,96	0,87

Fonte: Fundação SEADE.

ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL–IPRS–POSIÇÃO NO ESTADO EM 2008 E 2010

IPRS	2008	2010	Comportamento das variáveis
Riqueza	317ª	329ª	Embora tenha somados pontos nesse escore, o indicador agregado é inferior à média estadual e o município perdeu posições nesse ranking no período.
Longevidade	536ª	79ª	Acrescentou pontos no escore de longevidade, está acima da média estadual e avançou posições nesse ranking.
Escolaridade	251ª	169ª	Entre 2008 e 2010 o município aumentou seu indicador a gregado de escolaridade e melhorou sua posição no ranking. Seu escore é superior ao nível médio do Estado.

Fonte: Fundação SEADE.

4. ASPECTOS SOCIO ECONÔMICOS DE SERRA NEGRA

4.1 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

Visando conhecer os segmentos econômicos mais representativos do município, em termos de sua estrutura produtiva e o peso dessa produção no total do Estado, foi realizada uma breve análise comparativa entre as unidades territoriais, privilegiando a participação dos setores econômicos no que tange ao

Valor Adicionado Setorial (VA) na totalidade do Produto Interno Bruto (PIB), sua participação no Estado e o PIB per capita.

O município de Serra Negra foi classificado com perfil de serviços, uma vez que o setor de serviços apresenta maior participação no PIB do município, seguido da indústria e, por fim, a agropecuária. Na Região e no Estado, a participação dos setores segue a mesma ordem de relevância nos PIB correspondentes. O valor do PIB per capita em Serra Negra (2010) é de R$13.711,48 por hab./ano, não superando o valor da Região de Bragança Paulista que é de R$19.171,30 e nem o PIB per capita estadual de R$30.264,06.

A representatividade de Serra Negra no PIB do Estado é de 0,03%, o que demonstra baixa expressividade, considerando que a Região de Governo de Bragança Paulista participa com 0,83%.

PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO SETORIAL NO PIB TOTAL E PIB PER CAPITA–2010

Unidade Territorial	**Participação do Valor Adicionado (%)**			**PIB (a preço corrente)**		
	Serviços	**Agropecuária**	**Indústria**	**PIB (Milhões de reais)**	**PIB per capita(reais)**	**Participação no Estado (%)**
Serra Negra	79,39	4,63	15,98	361,50	13.711,48	0,03
Região de Bragança Paulista	62,26	3,44	34,30	10.340,63	19.171,30	0,83
Estado de São Paulo	69,05	1,87	29,08	1.247.595,93	30.264,06	100,00

Fonte: Fundação SEADE.

4.2 EMPREGO E RENDA

Os valores referentes ao mercado de trabalho e poder de compra da população de Serra Negra, segundo estatísticas do Cadastro Central de Empresas de 2011, há um total no município de 1.627 unidades locais, considerando que 1.592 são empresas atuantes, com um total de 7.974 pessoas ocupadas sendo destas, 5.950 assalariadas, com salários e outras remunerações somando 78.224 mil reais. O salário médio mensal no município é de 1,9 salários mínimos.

Ao comparar a participação dos vínculos empregatícios dos setores econômicos, no total de vínculos, em Serra Negra, observa-se que a maior

representatividade fica por conta dos serviços com 43,8%, seguido do comércio com 27,8%, da indústria com 17,5%, da agropecuária com 7,0% e, por fim, a construção civil com 3,9%. Na RG, a maior representatividade é do setor de serviços, seguido da indústria, comércio, agropecuário e construção civil. Em comparação com a Região de Bragança Paulista, no Estado o setor da construção civil é mais relevante que o agropecuário. O Quadro abaixo apresenta a participação dos vínculos empregatícios dos setores econômicos.

PARTICIPAÇÃO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR SETOR (%)–2011

Unidade territorial	Agropecuário	Comércio	Construção Civil	Indústria	Serviços
Serra Negra	7,00	27,80	3,90	17,50	43,80
Região de Bragança Paulista	5,30	21,00	3,30	33,60	36,90
Estado de São Paulo	2,70	19,30	5,50	20,90	51,60

Fonte: Fundação SEADE.

Ao comparar o rendimento médio de cada setor nas unidades territoriais, observa-se que em Serra Negra, o rendimento mais relevante foi registrado no setor de serviços.

Na Região de Bragança Paulista e no Estado a indústria é o setor que possui o rendimento mais relevante.

A agropecuária por sua vez, é o setor que apresenta valor mais baixo.

Quanto ao rendimento médio total, Serra Negra detém menor valor dentre as unidades.

Rendimento médio nos vínculos empregatícios por setor e totais(em reais correntes)–2011

Unidade territorial	Agropecuário	Comércio	Construção Civil	Indústria	Serviços	Rendimento Médio no Total
Serra Negra	805,81	953,08	1.059,93	1.033,82	1.269,71	1.099,10
Região de Bragança Paulista	998,17	1.143,46	1.354,17	1.823,38	1.557,58	1.523,59
Estado de São Paulo	1.234,37	1.590,37	1.903,48	2.548,90	2.309,60	2.170,16

Fonte: Fundação SEADE.

4.3 FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

A análise das finanças públicas está fortemente vinculada à base econômica dos municípios, ou seja, o patamar da receita orçamentária e de seus dois componentes básicos: a receita corrente e a receita tributária, bem como o Imposto Sobre Serviço – ISS são funções diretas do porte econômico e populacional dos municípios.

Para tanto, convencionou-se analisar a participação da receita tributária e o ISS na receita total do município, em comparação ao que ocorre na Região de Bragança Paulista.

De início, nota-se que a participação da receita tributária é a fonte de renda mais relevante em Serra Negra. Ao comparar os percentuais de participação, em Serra Negra a receita tributária representa 31% da receita corrente, enquanto na Região de Bragança Paulista, 24% da receita.

Situação semelhante ocorre com a participação do ISS nas receitas correntes nas duas unidades territoriais, sendo que, no município, a contribuição é de 5%, e na RG, de 6%.

PARTICIPAÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA NA RECEITA CORRENTE – 2012

Unidade territorial	Receitas Correntes (total)	Total da Receita Tributária	Participação da Receita Tributária na Receita Total	Arrecadação de ISS	Participação do ISS na Receita Total
Serra Negra	60.094.151,00	18.550.644,00	31%	2.808.408,00	5%
Região de Bragança Paulista	1.184.326.022,00	278.826.275,00	24%	73.960.736,00	6%

Fonte: Fundação SEADE.

4.4 INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL

A seguir, serão relacionadas as estruturas disponíveis à circulação e dinâmica das atividades sociais e produtivas, além da indicação a respeito do atendimento às necessidades básicas da população pelo setor público em Serra Negra.

4.4.1 SISTEMA VIÁRIO

O sistema viário de Serra Negra é composto principalmente pela Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360).

4.4.2 ENERGIA

Segundo a Fundação SEADE, o município de Serra Negra registrou em 2.009 um total de 13.213 consumidores de energia elétrica, que fizeram uso de 54.292 Mwh.

Em 2010, foi registrado um total de 13.517 consumidores, o que representa um aumento de 2,3% em relação ao ano anteriormente analisado.

Esse aumento é abaixo do apresentado na Região de Bragança Paulista, de 3,3% e do Estado, de 2,5%.

Isso repercutiu diretamente no acréscimo do consumo de energia que, em 2010, passou para 55.514 MWh, o que significa um aumento de 2,3%, inferior ao registrado na RG de 8,6% e no Estado, de 5,9%.

4.4.3 SAÚDE

Em Serra Negra, segundo dados do IBGE (2009), há 16 estabelecimentos de saúde, sendo 10 públicos municipais e 6 privados e destes, 3 atendem também o SUS.

No entanto apenas 01 dos estabelecimentos oferece o serviço de internação, sendo esta privada, que também atende o SUS, e que possui 50 leitos disponíveis.

Em relação à taxa de mortalidade infantil, Serra Negra e o Estado apresentaram queda nos índices durante todo o período.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL*–2009, 2010 E 2011.

Unidade territorial	2009	2010	2011
Serra Negra	19,54	3,50	3,09
Região de Bragança Paulista	14,04	14,94	10,43
Estado de São Paulo	12,48	11,86	11,55

Fonte: Fundação SEADE.

*Relação entre os óbitos de menores de um ano residentes numa unidade geográfica, num determinado período de tempo(geralmente um ano) e os nascidos vivos da mesma unidade nesse período.

5. ASPECTOS CULTURAIS

5.1- INSTITUIÇÕES CULTURAIS DE SERRA NEGRA – CADASTRADOS NA DIVISÃO DE CULTURA:

a) Folclórica:
   - Congada de São Benedito
   - Grupo de Catireiros São Gonçalo
   - Grupo de Catireiros Serranos

b) Associação literária:
   - Círculo de leitura de Serra Negra

c) Imprensa escrita e falada:
   - Jornal "O Serrano"
   - Jornal "O Serranegrense"
   - Rádio AM Serra Negra
   - Rádio FM Onda Verde

d) Musical:
   - Fanfarra da Melhor Idade de Serra Negra
   - FANJOV

e) Teatro:
   - Cia Arte com Alegria

f) Dança:
   - Fonteyn Estúdio de Ballet
   - Allegro Cia de Dança
   - Estúdio de Dança Márcio Dias
   - Serra Negra Esporte Clube

g) Orquestra:
   - Associação Cultural e Folclórica Cantos da Serra (Orquestra de Viola Caipira)

h) Banda:
   - Corporação Musical Lira de Serra Negra

i) Coral:
   - Coral da Melhor Idade de Serra Negra

j) Capoeira:

- Capoeira – Raça e Fundamento
- Abadá - Capoeira

k) Escola de samba:

- Associação Grêmio Recreativo e Escola de Samba Estrela da Guia
- Grêmio Recreativo e Escola de Samba Império Negro
- Acadêmicos da Fanjov

l) Bloco carnavalesco:

- Bloco de Enredo Caravana da Alegria
- Bloco de Enredo Ellas do Chopp 40
- Bloco de Enredo Amigos & Cia
- Bloco de Enredo do Alto das Palmeiras
- Bloco de Enredo do Serra Negra Esporte Clube
- Bloco de Enredo Crazy
- Bloco de Embalo do Mimi

m) Artes visuais:

- Talento Oficina de Artes
- Arte e Fantasia

n) Organizações sócio religiosas:

- Paróquia Nossa Senhora do Rosário
- Paróquia São Francisco de Assis
- Centro Espírita Joana D"Arc

o) Instituições sociais:

- Amparo Social de Promoção Humana – Guarda Mirim
- Lions Internacional – Serra Negra
- Loja Acácia de Serra Negra
- Rotary Club de Serra Negra
- Sociedade São Vicente de Paula
- Lar dos Velhinhos São Francisco de Assis
- Grupo de A. E. Recomeço – Programa Amor Exigente

p) Associações culturais e esportivas:

- Associação Serrana de Karatê
- Associação Juventude Serrana de Futebol
- Círculo de Leitura

- Grupo da Melhor Idade Serra Azul
- Instituto de Sustentabilidade para Biodiversidade
- Casa de Recuperação Carisma – Serra Negra
- Brahma Kumaris
- Fanfarra Fanjov
- Societá Culturale Italo Brasiliana di Serra Negra

q) Entidades promotoras de eventos culturais:

- Adventure in Serra
- Tricuston Moto Club

r) Ponto de cultura e pontinho de cultura:

- Trilha da Serra – Educação, Cultura e Cidadania.

s) Conselhos:

- Conselho Municipal de Política Cultural de Serra Negra

5.2 EQUIPAMENTOS CULTURAIS:

a) Biblioteca pública:

- Biblioteca Municipal Professor Hildebrando Siqueira

b) Museu:

- Casa da Cultura de Serra Negra Sílvio Bertolini
- Museu Municipal Dr. Sebastião Pinto da Cunha
- Biblioteca Histórica Municipal Dr. Alcebíades Félix
- Videoteca Municipal Alayde Carpegiani

c) Teatro ou sala de espetáculo:

- Auditório Mário Covas Júnior

d) Centro Cultural:

- CILE Colina dos Ipês

e) Centro cultural Prefeito José Pedro Salomão "Mercado Cultural":

- Espaço Cultural Cid Serra Negra
- Acessa SP
- Divisão de Cultura:
  - Setor de Difusão
  - Setor de Livro e Leitura
  - Setor de Economia Criativa

f) Arquivo público e/ou centro de documentação:
   - Arquivo Público Municipal na Câmara Municipal de Serra Negra

g) Estádio ou Ginásio Poliesportivo:
   - Ginásio Poliesportivo Dr. Mário
   - Ginásio Poliesportivo do Serra Negra Esporte Clube

h) Música:
   - Casa do Músico (Sala da Banda)
   - Projeto Guri (Escola Profissionalizante)

i) Centro de artesanato:
   - Pavilhão de Artesanato Therezinha Fioravante Valentim

j) Cinema:
   - Cinema Municipal Leonel Antunes
   - Ponto MIS – Serra Negra

k) Clube ou associações recreativas:
   - Serra Negra Esporte Clube
   - A.C.A.E. Campestre

l) Concha acústica:
   - Concha Acústica do Parque das Fontes

m) Coreto:
   - Palco da Praça Prefeito João Zelante
   - Coreto da Praça de Alimentação
   - Coreto da Praça Sesquicentenário
   - Coreto da Fonte Santo Agostinho

n) Artes plásticas:
   - Pinacoteca Municipal Marcelo Piccinini
   - Espaço Cultural do Paço Municipal do Palácio das Águas
   - Espaço Cultural Menino Jesus de Praga

o) Artesanato:
   - Pavilhão de Exposições da Feira de Arte e Artesanato de Serra Negra "Therezinha de Jesus Mielli Fioravante".
   - Estação Cultural de Serra Negra.

6.ASPECTOS EDUCACIONAIS

6.1 A EDUCACÃO EM SERRA NEGRA

A educação em Serra Negra é composta por Educação Básica e Superior, sendo a primeira formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, visando desenvolvimento pleno do aluno para uma educação eficaz para exercício, dentre outros objetivos, da cidadania.

6.2 EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação Básica em Serra Negra atende as determinações legais vigentes, nos termos do artigo 208 da Constituição Federal.O Art. 208 preconiza a garantia de sua oferta, inclusive para os que a ele não tiverem acesso em idade própria.

Por outro lado, em Serra Negra propõe- se a atingir as metas preconizadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 32, ou seja, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, contribui para o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança, complementando a ação da família e da comunidade. Serra Negra oferece, gratuitamente em creches ou instituições equivalentes para crianças de 0 até 3 anos de idade e, posteriormente, em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos, nos termos do artigo 21 da LDBEN 9.393/96.

O Ensino Fundamental de nove anos, também é oferecido gratuitamente em Serra Negra, desta feita, o primeiro ano pela rede Municipal de Ensino e os demais anos pela rede Estadual de Ensino.

Cabe ressaltar que a lei 11.274/06 dilatou o Ensino Fundamental para Nove, o que foi prontamente acatado neste município tendo em vista que é medida de política educacional e meta do PNE, que se insere nas decisões voltadas à melhoria da qualidade dos processos de escolarização.

Por sua vez, o Ensino Médio em Serra Negra, tem como norte os dispositivos da Lei de Diretrizes e Base, as Normas das Diretrizes Curriculares Nacionais, as

recomendações dos parâmetros curriculares nacionais (Proposta Curricular do Estado de São Paulo).

Propõe-se, no nível do Ensino Médio deste município, a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização.

O Ensino Médio, assim como em todo território nacional é a etapa final da Educação Básica, artigo 36 da LDB, e possui característica de terminalidade. Seu oferecimento, em Serra Negra, é gratuito e pertence à rede Estadual de Ensino.

6.3 A CONSTRUÇÃO DO PME: PONTO DE PARTIDA

Mediante o entendimento de que o conhecimento da realidade é a base para a elaboração de um Plano Municipal de Educação consistente e coerente com a realidade em que se insere, este tópico tem como objetivo introduzir a descrição da realidade educacional do município de Serra Negra, visando contribuir para o conhecimento e a reflexão da mesma, bem como para a identificação das demandas e necessidades que nela se manifestam.

Com este intuito, partimos de um breve diagnóstico da realidade da educação municipal, nos diferentes níveis e âmbitos, conforme orientação contida no Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação – PME/Brasil (2005), bem como das diretrizes e metas estabelecidas para cada nível e modalidade educacional.

6.4 A REDE ESCOLAR DE SERRA NEGRA

Sua apresentação se justifica pela necessidade de conhecimento da amplitude e dimensão do sistema educacional do município, como elemento inicial para a posterior análise do contexto e demandas de cada um dos eixos definidos no presente Plano Municipal de Educação, bem como para a elaboração de metas e estratégias de ação compatíveis com a realidade e possíveis de serem concretizadas.

O detalhamento das características e especificidades dos diferentes níveis e âmbitos da educação do município será apresentado, para efeito de melhor

compreensão da realidade e análise da viabilidade de materialização das metas e estratégias de ação propostas para cada nível de ensino, nos respectivos eixos temáticos que os contemplam.

6.5 CARACTERIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO:

A Secretaria de Educação da Estância Hidromineral de Serra Negra, inspirada em valores éticos, num ambiente saudável e acolhedor, com a preocupação de contar com uma tecnologia avançada, com métodos de vanguarda e profissionais competentes, tem por missão desenvolver-se de modo a poder capacitar uma rede de escolas com qualidade e condições, idéias de aprendizagem, voltadas à formação integral do educando, para que estes se tornem cidadãos conscientes e críticos no futuro.

A Secretaria Municipal de Educação elaborou uma Proposta Pedagógica em sintonia com a LDB de 1996 que afirma: "o desenvolvimento integral da criança até 6 (seis) anos de idade, em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade" (LDB, capitulo II, art. 29) juntamente com o referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RECNEI).

Em Serra Negra, o Ensino Fundamental e Médio estão sob a responsabilidade do Estado, ficando a cargo da Secretaria Municipal de Educação a Educação Infantil e o 1º Ano do Ensino Fundamental de 09 anos.

Através da elaboração do PME, o município busca subsidio para elevar a qualidade do ensino, a permanência na escola garantindo uma educação de qualidade no município. Essa qualidade implica assegurar um processo educativo respeitoso e construído com base nas múltiplas dimensões e na especificidade do tempo da infância e adolescência.

O Município possui:

- 07 Escolas Estaduais
- 15 Escolas Municipais
- 01 Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Educação
- 02 Escolas Profissionalizantes com SENAI
- 01 Escola Particular Profissionalizante Treinamax.
- 01 Polo da UNIP

– 02 Escolas de Línguas

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A ETAPA/MODALIDADE EM 2014.

Tipos de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Conveniados	Privados	Outras Secretarias
Educação Infantil	17	15			02	
Ensino fundamental	19	10	07		02	
Ensino Médio	06		04		02	
Educação Profissional	03	01			02	
Educação Superior	01				01	

- Instituições de ensino sem fins lucrativos.

Caracterização Geral do município na Educação Infantil:

O Município de Serra Negra conta com o atendimento de 15 (quinze) Escolas Municipais e 02 (duas) Particulares:

Rede Municipal de Ensino:

1. EMEI "Professora Maria Aparecida Bicudo Gonçalves da Silva"
2. EMEI "Professora Aracy Sodré Marchi"
3. EMEI "Professora Aracy Patrício"
4. EMEI "Professora Haydeé Padula"
5. EMEB "Maestro Fioravante Lugli"
6. EMEB "Professora Rosalba Perondini Salomão"
7. EMEB "Professora Priscila Salzano Cordeiro Brizola"
8. EMEB "Dr. Geraldo de Faria Lemos Pinheiro"
9. EMEB "Professor Durval de Paula Chagas"
10. EMEB "Professora Alzira Silveira Palma e Silva"
11. EMEI "Professora Maria Lúcia Stenghel Salomão de Oliveira"
12. EMEI "Albino Brunhara"
13. EMEB "Professora Doraci Ramalho Silingardi"
14. EMEB "Professora Zaira Antunes Franchi"
15. EMEI e Especial "Professora Olga de Souza Vichi"

Rede Privada:

1. Colégio Reino de Educação Básica
2. Libere Vivere Colégio de Ensino Básico

Caracterização Geral do município no Ensino Fundamental:

O Município de Serra Negra conta com o atendimento de:

- 10 (dez) Escolas Municipais que oferecem o 1º Ano de Ensino Fundamental,
- 03 (três) Escolas Estaduais que oferecem Ensino Fundamental – Anos Iniciais,
- 01 (uma) Escola Estadual que oferece Ensino Fundamental – Anos Finais,
- 03 (três) Escolas Estaduais que oferecem Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais
- 02 (duas) Escolas Privadas que oferecem Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais

Rede Municipal de Ensino:

1. EMEI "Professora Maria Aparecida Bicudo Gonçalves da Silva"
2. EMEI "Professora Aracy Sodré Marchi"
3. EMEI "Professora Haydeé Padula"
4. EMEB "Maestro Fioravante Lugli"
5. EMEB "Professora Rosalba Perondini Salomão"
6. EMEB "Dr. Geraldo de Faria Lemos Pinheiro"
7. EMEB "Professor Durval de Paula Chagas"
8. EMEB "Professora Alzira Silveira Palma e Silva"
9. EMEB "Professora Doraci Ramalho Silingardi"
10. EMEB "Professora Zaira Antunes Franco"

Rede Estadual de Ensino:

1. E.E. "Dr. Jovino Silveira" – Anos Finais
2. E.E. "Lourenço Franco de Oliveira" – Anos Iniciais
3. E.E. "Professora Amélia Massaro" – Anos Iniciais e Finais
4. E.E. "Professora Nair de Almeida" – Anos Iniciais
5. E.E. "Professora Maria do Carmo de Godoy Ramos" – Anos Iniciais e Finais
6. E.E. "Romeu de Campos Vergal" – Anos Iniciais

7. E.E. "Professora Franca Franchi" – Anos Iniciais e Finais

Rede Privada:

1. Colégio Reino – Anos Iniciais e Finais
2. Libere Vivere Colégio de Ensino Básico– Anos Iniciais e Finais

Caracterização Geral do município no Ensino Médio:

O Município de Serra Negra conta com o atendimento de:

- 04 (quatro) Escolas Estaduais
- 02 (duas) Escolas Particulares

Rede Estadual de Ensino:

1. E.E. "Dr. Jovino Silveira" – Anos Finais
2. E.E. "Professora Amélia Massaro" – Anos Iniciais e Finais
3. E.E. "Professora Maria do Carmo de Godoy Ramos" – Anos Iniciais e Finais
4. E.E. "Professora Franca Franchi" – Anos Iniciais e Finais

Rede Privada:

1. Colégio Reino – Anos Iniciais e Finais
2. Libere Vivere Colégio de Ensino Básico– Anos Iniciais e Finais

6.6 IMPLANTAÇÃO DA PEDAGOGIA AFETIVA:

A proposta pedagógica de Ensino Municipal consiste em oferecer maior espaço para o desenvolvimento da afetividade no ambiente escolar por meio da Pedagogia Afetiva e atividades socioculturais que priorizam o conhecimento, as competências e as habilidades indispensáveis ao ser humano, enfatizando os aspectos da vida em sociedade que visa proporcionar os conteúdos pedagógicos e as habilidades indispensáveis ao ser humano, valorizando o papel do individuo nas transformações do processo histórico, político e ético e na construção da identidade pessoal para o perfeito exercício da cidadania.

E imprescindível orientar os educandos, enfatizando os seus direitos e deveres de cidadãos e, ao mesmo tempo, fortalecendo sua capacidade criativa e sensível. A afetividade na escola proporciona auto-confiança e auto-estima.

A afetividade acompanha o ser humano desde a sua vida intrauterina, até a sua morte, se manifestando como uma fonte geradora de potência e energia, ela seria o alicerce sobre a qual se constrói o conhecimento racional. Segundo Rossini: *"a afetividade denomina a atividade pessoal na esfera instintiva, nas percepções, na memória, no pensamento, na vontade, nas ações, na sensibilidade corporal, ela é componente de equilíbrio e da harmonia da personalidade".*

Piaget (1962) propõe que existe um estreito paralelismo entre o desenvolvimento da afetividade e das funções intelectuais e que nenhum ato é puramente intelectual nem puramente afetivo, mas é inegável que a afetividade tem um papel importantíssimo no desenvolvimento da criança.

A teoria psicogênica Walloniana (WALLON, 1986) destaca o fator afetividade como fundamental no processo de desenvolvimento humano. A educação, portanto, é condição formadora necessária ao desenvolvimento natural do indivíduo sob o qual está assentada toda uma base emocional onde o papel do professor é de grande relevância.

O ser humano é envolvido pela afetividade desde o nascimento. Nesse sentido, tanto Wallon quanto Vygotsky e Piaget consolidam o entendimento sobre os aspectos socioafetivos para a cognição. Pode-se afirmar que ela tem papel fundamental na relação professor-aluno e no processo de ensino aprendizagem. E que os aspectos afetivos e cognitivos são indissociáveis. O professor, sendo o elo que possibilita a formação integral do aluno, tem o dever de refletir e questionar constantemente sua prática pedagógica e até que ponto está construindo esta relação afetiva com os alunos. Por meio da cooperação, criar possibilidades para uma relação de amizade, respeito, confiança, sinceridade, e outras formas de interagir com o educando. Assim, a escola passará a contribuir efetivamente para a formação integral do aluno.

Para Wallon (1979 apud GALVÃO, 2003), o movimento é a base do pensamento e as emoções que dão origem à afetividade, sendo ela fundamental na constituição do sujeito.

Um conceito de sua teoria que tem influência na prática pedagógica é que a emoção estabelece uma relação imediata dos indivíduos entre si, independente de toda relação intelectual.

> A propagação "epidérmica" das emoções, ao provocar um estado de comunhão e de uníssono, dilui as fronteiras entre os indivíduos, podendo levar a esforços e intenções em torno de um objetivo comum. Permitiria,

> assim, relações de solidariedade quando a cooperação não fosse possível por deficiência dos meios intelectuais ou por falta de consenso conceitual, contribuindo, portanto, para a constituição de um grupo e para as realizações coletivas. (WALLON, 1989, p.162)

Considerando este caráter unificador das emoções, no âmbito da prática pedagógica, torna-se fundamental o fortalecimento da afetividade na relação professor/aluno para que a aprendizagem se torne eficaz, favorecendo, assim, a auto-estima, o diálogo e a socialização.

A afetividade influi e facilita na aprendizagem, pois nos momentos informais, o educando aproxima-se do educador, trocando experiências, expressando seu ponto de vista e fazendo questionamentos, sendo tais atitudes significantes para a construção do conhecimento. Dessa forma, o professor deve sempre estar aberto ao diálogo e a atitudes que favoreçam o aprendizado de seus alunos, mantendo com eles um bom relacionamento.

Para Vygotsky, só se pode compreender por completo o pensamento humano quando se compreende a base afetiva. Assim como na teoria walloniana, acredita que pensamento e afeto são indissociáveis.

> Quem separa o pensamento do afeto nega de antemão a possiblidade de estudar a influência inversa do pensamento no plano afetivo. [...] A vida emocional está conectada a outros processos psicológicos e ao desenvolvimento da consciência de um modo geral. (VYGOTSKY, 2000 apud ARANTES, 2003, p.18)

Vygotsky (2000, p.146) escreve que:

> O aspecto emocional do individuo não tem menos importância do que os outros aspectos e é objeto de preocupação da educação nas mesmas proporções em que o são a inteligência e a vontade. O amor pode vir a ser um talento tanto quanto a genialidade, quanto a descoberta do cálculo diferencial.

Tanto Vygotsky quanto Wallon afirmam que não se pode separar afetividade e cognição. Vygotsky evidencia o pensamento com sua gênese na motivação, a qual inclui tendência, necessidades, interesses, impulsos, afeto e emoção.

> A emoção não é uma ferramenta menos importante que o pensamento. A preocupação do professor não deve se limitar ao fato de que seus alunos pensem profundamente e assimilem a geografia, mas também que a sintam. [...] as reações emocionais devem constituir o fundamento do processo educativo. (VYGOTSKY, 2003, p.121)

A afetividade está sempre presente nas experiências empíricas vividas pelos seres humanos. Quando entra na escola, torna-se ainda mais evidente seu papel na relação professor-aluno.

> As reações emocionais exercem uma influência essencial e absoluta em todas as formas de nosso comportamento e em todos os momentos do processo educativo. Se quisermos que os alunos recordem melhor ou exercitem mais seu pensamento, devemos fazer com que essas atividades sejam emocionalmente estimuladas. A experiência e a pesquisa têm demonstrado que um fato impregnado de emoção é recordado de forma mais sólida, firme e prolongada que um feito indiferente. (VYGOTSKY, 2003, p.121)

Um professor que é afetivo com seus alunos, favorece que se estabeleça uma relação de segurança e evita bloqueios afetivos e cognitivos, auxiliando no trabalho socializado e ajuda o aluno a superar erros e a aprender com eles.

Para Piaget (1998 apud SALTINI, 1999), o desenvolvimento afetivo está ligado intrinsecamente e ocorre paralelo ao desenvolvimento moral: a criança vai superando a fase do egocentrismo, se apercebe da importância das interações com as outras pessoas e desenvolve a percepção do eu e do outro como referência.

> Os sentimentos e as operações intelectuais não constituem duas realidades separadas e sim dois aspectos complementares de toda a realidade psíquica, pois o pensamento é sempre acompanhado de uma tonalidade e significado afetivo, portanto, a afetividade e a cognição são indissociáveis na sua origem e evolução, constituindo os dois aspectos complementares de qualquer conduta humana, já que em toda atividade há um aspecto afetivo e um aspecto cognitivo ou inteligente. (PIAGET, 1983, p. 234)

Apesar de Piaget considerar que o conhecimento é construído pela criança em sua interação com o meio, acreditava que todas as crianças se desenvolvem através de estágios – formas de apreensão da realidade – até atingirem o pensamento formal, em que são capazes de pensar sobre o pensar.

A partir do estágio operatório as interações sociais conseguiram se efetuar com maior equilíbrio. Paralelamente a esta, a criança alcançará o que Piaget define de "personalidade".

> A personalidade não é o "eu" enquanto diferente dos outros "eus" e refratário à socialização, mas é o indivíduo se submetendo voluntariamente às normas de reciprocidade e de universalidade. Como tal, longe de estar à margem da sociedade, a personalidade constitui o produto mais refinado da socialização. Com efeito, é na medida em que o "eu" renuncia a si mesmo para inserir seu ponto de vista próprio entre os outros e se curvar assim às regras da reciprocidade que o indivíduo torna-se personalidade. (...) Em oposição ao egocentrismo inicial, o qual consiste em tomar o ponto de vista próprio como absoluto, por falta de poder perceber seu caráter particular, a personalidade consiste em tomar consciência desta relatividade da perspectiva individual e a colocá-la em relação com o conjunto das outras perspectivas possíveis: a personalidade é, pois, uma coordenação da individualidade com o universal. (PIAGET, 1998 apud LA TAILLE, 1992, p. 16-17)

Piaget também faz distinção entre dois tipos de relações sociais: a coação e a cooperação. A coação social, segundo o autor, é "toda relação entre dois ou mais

indivíduos na qual intervém um elemento de autoridade ou de prestigio." (PIAGET, 1998 apud LA TAILLE, 1992, p. 18) Para isso, Piaget nos fornece o exemplo de um professor que é imagem de prestígio para seus alunos, não por suas ideias bem argumentadas e discutidas e, sim, pelo poder ou confiança que o cargo lhe confere.

Sendo assim, o que se pode notar é que o indivíduo coagido tem pouca participação na elaboração, discussão e divulgação de idéias, limitando-se apenas a repetir o que lhe impuseram. Já a relação de cooperação é o oposto. "Há discussão, troca de pontos de vista, controle mútuo dos argumentos e das provas." Ou seja, acontece um ótimo grau de socialização.

No ambiente escolar, a coação e a cooperação estão presentes no processo de ensino/aprendizagem. Contudo, é fundamental que o educador, como mediador do conhecimento, exercite a cooperação, favorecendo que os educandos se desenvolvam de forma crítica e participativa.

Neste sentido, a afetividade, portanto, influencia na aprendizagem e na construção de novos conhecimentos, pois, na medida em que os alunos são valorizados e seu contexto social levado em consideração, o educador consegue obter retorno. Desta forma, a aprendizagem passa a exercer uma função mais eficaz na vida de ambos.

6.7 IMPLANTAÇÃO DO MÉTODO FÔNICO:

Desde 2009 a rede Municipal de Educação de Serra Negra optou e implantou o método fônico. Tal proposta à alfabetização tem dois objetivos principais: ensinar as correspondências grafonêmicas e desenvolver as habilidades metafonológicas, ou seja, ensinar as correspondências entre as letras e seus sons, e estimular o desenvolvimento da consciência fonológica, que se refere à habilidade de manipular e refletir sobre os sons da fala.

Este método baseia-se na constatação experimental de que as crianças com dificuldades na alfabetização têm dificuldade em discriminar, segmentar e manipular, de forma consciente, os sons da fala. Esta dificuldade, porém, pode ser diminuída significativamente com a introdução de atividades explícitas e sistemáticas de consciência fonológica, durante ou mesmo antes da alfabetização. Quando associadas ao ensino das correspondências entre letras e sons, as instruções de consciência fonológica têm efeito ainda maior sobre a aquisição de leitura e escrita.

Além de ser um procedimento bastante eficaz para a alfabetização de crianças disléxicas, o método fônico também tem se mostrado o mais adequado ao ensino regular de crianças sem distúrbios de leitura e escrita.

Estudos têm evidenciado resultados bastante animadores com o uso do método fônico apontando benefícios de longo prazo. Tais benefícios foram evidentes em termos de menor repetência ao longo das séries escolares e, até mesmo, de maior aceitação em faculdades. Estes resultados de longo prazo são explicados pelo fato de que o método fônico fornece às crianças habilidades e conhecimentos auto gerativos de decodificação fonológica, o que é concebido por um mecanismo que possibilita o auto ensino. Assim, após dominar essa habilidade básica de decodificação, o leitor possui os pré-requisitos necessários para desenvolver suas habilidades de leitura, necessitando basicamente da prática para alcançar fluência e automatismo.

Cabe salientar que referido método é utilizado na rede de ensino municipal, no entanto os demais estabelecimentos do município adotam outros métodos. A rede estadual de São Paulo optou pelo sócio construtivismo .

Com base na concepção de que aprendizagem e desenvolvimento são produtos da interação social, as teorias sócio-construtivistas advêm de várias correntes teóricas, que possuem como ponto inicial a interatividade psicossocial . A partir desta concepção, desenvolvem interpretações variadas para as diversas manifestações dos processos de desenvolvimento e aprendizagem.

6.8 O PROFESSOR COMO MEDIADOR NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

O mundo está mudando e isso está ocorrendo a uma velocidade sem precedentes na evolução histórica da humanidade. A globalização, o surgimento de novas tecnologias como o avanço das telecomunicações e da informática, contribuem para que ocorram mudanças, também, na Educação. A interação professor - aluno vem se tornando muito mais dinâmica nos últimos anos. O professor tem deixado de ser um mero transmissor de conhecimentos para ser mais um orientador, um estimulador de todos os processos que levam os alunos a construírem seus conceitos, valores, atitudes e habilidades que lhes permitam

crescer como pessoas, como cidadãos e futuros trabalhadores. A Educação deve não apenas formar trabalhadores para as exigências do mercado de trabalho, mas cidadãos críticos capazes de transformar um mercado de exploração em um mercado que valorize uma mercadoria cada vez mais importante: o conhecimento.

O desafio de contribuir com a educação do jovem e do cidadão, num momento de mudanças e incertezas e a necessidade de resgatar valores tão importantes condizentes com a sociedade contemporânea leva o professor a entender que deverá exercer um novo papel, a partir do momento que assume o seu papel de mediador do processo ensino-aprendizagem, favorecendo a postura reflexiva e investigativa. O professor deve se mostrar competente na sua área de atuação, demonstrando domínio na ciência que se propõe a lecionar, pois do contrário, irá apenas "despejar" os conteúdos "decorados" sobre os alunos, sem lhes dar oportunidade de questionamentos e criticidade. É importantíssimo que o professor tenha, também, competência humana, para que possa valorizar e estimular os alunos, a cada momento do processo ensino-aprendizagem. A motivação é imprescindível para o desenvolvimento do indivíduo, pois bons resultados de aprendizagem só serão possíveis à medida que o professor proporcionar um ambiente de trabalho que estimule o aluno a criar, comparar, discutir, rever, perguntar e ampliar idéias. Para que ocorram essas transformações, tão necessárias, é preciso que o professor demonstre profissionalismo, ética e, acima de tudo, compromisso com o sucesso dos alunos. O compromisso de conduzi-los ao aprendizado. É o desafio para todos os que estão envolvidos em Educação.

20 METAS

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERRA NEGRA – SP

2015 - 2025

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

"Metas são sonhos com prazos definidos."
Dana Scharf-Hunt

O Plano Nacional de Educação, após ampla discussão popular no CONAE 2010 e seu aprimoramento junto ao poder legislativo, elaborou as 20 metas nacionais refletindo, desta forma, as expectativas para a evolução da educação no próximo decênio.

O Plano Municipal de Serra Negra, seguindo o mesmo liame, adequou suas metas à realidade local apresentadas nos diagnósticos e na participação dos munícipes durante a discussão e elaboração deste Plano Municipal de Educação.

Desta forma, buscou não apenas propor as metas necessárias, mas também observar e respeitar a vocação orçamentária, a capacidade técnica e a realidade da cidade, que proporcionará, indubitavelmente, a realização das metas ora propostas.

META 1 - UNIVERSALIZAR, ATÉ 2016, A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PRÉ-ESCOLA PARA AS CRIANÇAS DE 04 (QUATRO) A 05 (CINCO) ANOS DE IDADE E AMPLIAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES, DE FORMA A ATENDER, NO MÍNIMO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DAS CRIANÇAS DE ATÉ 03 (TRÊS) ANOS ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DESTE PME.

1. DIRETRIZES

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, ajuda no desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança, complementando a ação da família e da comunidade.

É oferecida gratuitamente em creches ou instituições equivalentes para crianças de 0 a 3 anos de idade e, posteriormente, em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos, conforme alteração da CF de 1988, art. 208, inciso I. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, organizado pelo MEC, as creches e pré-escolas devem educar, cuidar e proporcionar brincadeiras, contribuindo para o desenvolvimento da personalidade, da linguagem e para a inclusão social da criança.

Atividades como brincar, contar histórias, oficinas de desenho, pintura e música, além de cuidados com o corpo, são recomendadas para crianças que frequentam a escola nesta etapa. Além da LDB, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Federal Nº 3.069/90, enfatiza a educação infantil como dever do

Estado. Para garantir a Educação Infantil, é necessário o regime de cooperação entre União, Estado e Município. Contudo, a responsabilidade maior é da esfera municipal que deve cooperar com 10% dos recursos.

Em Serra Negra, as instituições de ensino organizam seus Projetos Político Pedagógicos, subsidiando-os no conhecimento da realidade em que se inserem e explicitando as estratégias e ações a serem realizadas em curto, médio e longo prazo, visando à superação das dificuldades existentes e a melhoria da qualidade da educação.

2. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO:

A. Matrículas:

REDE MUNICIPAL

			Número de Matrículas			Total
			EDUCAÇÃO INFANTIL		Total	
			CRECHE	PRÉ-ESCOLA		
Ano Censo	Região	UF				
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	659	543	1.202	1.202
	Total		659	543	1.202	1.202
Total			659	543	1.202	1.202

REDE PARTICULAR

			Número de Matrículas			Total
			EDUCAÇÃO INFANTIL		Total	
			CRECHE	PRÉ-ESCOLA		
Ano Censo	Região	UF				
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	25	32	57	57
	Total		25	32	57	57
Total			25	32	57	57

Variável	Serra Negra
Pré-escolar	575
Fundamental	3.146
Médio	901

Fonte: IBGE Cidades

Nesse gráfico acima observamos que a Educação Infantil no Município corresponde a 12,44 % do número total de Matrículas da Rede Municipal e Estadual da cidade.

O Município de Serra Negra conta com o atendimento de 15 (quinze) escolas de Educação Infantil Municipal, 02 (duas) Privadas e 01 (uma) Filantrópica.

Segundo o Censo Escolar 2012 do IBGE, Serra Negra possuía:

- Nº Total de matrículas na Educação Infantil: 575
- Nº de matrículas na Rede Municipal: 543
- Nº de alunos na Rede Privada: 32

B. Rede Escolar:

REDE MUNICIPAL

			Número de Estabelecimentos			Total
			EDUCAÇÃO INFANTIL		Total	
			CRECHE	PRÉ-ESCOLA		
Ano Censo	Região	UF				
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	12	13	14	14
	Total		12	13	14	14
Total			12	13	14	14

REDE PARTICULAR

			Número de Estabelecimentos			Total
			EDUCAÇÃO INFANTIL		Total	
			CRECHE	PRÉ-ESCOLA		
Ano Censo	Região	UF				
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	2	2	2	2
	Total		2	2	2	2
Total			2	2	2	2

Variável	Serra Negra
Pré-escolar	15
Fundamental	18
Médio	6

Fonte: IBGE Cidades

Nesse gráfico acima observamos que a Educação Infantil no Município corresponde a 38,46 % do número total de escolas da Rede Municipal e Estadual da cidade.

Segundo o Censo Escolar 2012 do IBGE, Serra Negra possuía:

- Nº Total de Escolas de Educação Infantil: 15
- Nº de Escolas na Rede Municipal: 13
- Nº de Escolas na Rede Privada: 02

C. Docentes:

REDE MUNICIPAL

Ano Censo	Brasil/Região	Educação Infantil Total	Creche	Pré-Escola
2012	BRASIL	59	29	32
	SUDESTE	59	29	32

Ano Censo	UF	Educação Infantil Total	Creche	Pré-Escola
2012	SÃO PAULO	59	29	32

REDE PARTICULAR

Ano Censo	Brasil/Região	Educação Infantil Total	Creche	Pré-Escola
2012	BRASIL	10	3	7
	SUDESTE	10	3	7

Ano Censo	UF	Educação Infantil Total	Creche	Pré-Escola
2012	SÃO PAULO	10	3	7

Variável	Serra Negra
Pré-escolar	80
Fundamental	207
Médio	39

Fonte: IBGE Cidades

Nesse gráfico acima observamos que a Educação Infantil no Município corresponde a 24,53 % do quadro total de Docentes da Rede Municipal e Estadual da cidade.

Quanto ao número de Docentes atuantes na Educação Infantil, segundo o Censo 2012, Serra Negra apresentava:

- Nº Total de Docentes de Educação Infantil: 32
- Nº de Docentes na Rede Estadual: 0
- Nº de Docentes na Rede Privada: 07

Avaliação da gestão escolar na Educação Infantil

Todas as Instituições de ensino da Rede Municipal e Privada possuem Proposta Pedagógica, sendo elaborada com participação ativa dos professores das respectivas redes de ensino.

A maioria dos profissionais, em torno de 99% que atuam na Educação Infantil do município, tanto na Rede Municipal, quanto na Rede Privada e Filantrópica, possuem graduação na área da educação, estando de acordo com a legislação que determina a formação para atuação nessa área de ensino.

Rede Municipal de Ensino:

- EMEI "Professora Maria Aparecida Bicudo Gonçalves da Silva"
- EMEI "Professora Aracy Patrício"
- EMEI "Professora Aracy Sodré Marchi"
- EMEI "Professora Haydeé K. Padula"
- EMEB "Maestro Fioravante Lugli"
- EMEB "Professora Rosalba Perondini Salomão"
- EMEB "Professora Priscila Salzano Cordeiro Brizola"
- EMEB "Dr. Geraldo de Faria Lemos Pinheiro"
- EMEB "Professor Durval de Paula Chagas"
- EMEI "Professora Maria Lúcia Stenghel Salomão de Azevedo"
- EMEB "Professora Alzira Silveira Palma e Silva"
- EMEI "Albino Brunhara"
- EMEB "Professora Doraci Ramalho Silingardi"
- EMEB "Professora Maria Therezinha Pinheiro Avancini"
- EMEB "Professora Zaira Antunes Franchi"

Rede Privada:

- Colégio Reino
- Libere Vivere Colégio de Ensino Básico

Filantrópica:

- Educandário Nossa Senhora Aparecida

A tabela abaixo demonstra a População Estudantil de Serra Negra em todas as redes de ensino e números de matrículas:

Número de Alunos Matriculados											
		Matrícula Inici									
Município	Dependência	Ed.Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental[2]	Médio[2]	Fundamental	Méd
SERRA NEGRA	Estadual	0	0	1190	1121	710	0	26	0	0	
	Municipal	653	570	277	0	0	0	28	0	0	
	Privada	32	31	185	180	127	0	0	0	0	
	Total	685	601	1652	1301	837	0	54	0	0	

[1] Inclui os alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/ Magistério

[2] Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Fonte: INEP / MEC 2012

Analisando a tabela acima, observamos que a Educação Infantil corresponde a 25,06% do número total de alunos matriculados na cidade, totalizando 1.286 alunos de Creche e Pré-Escola.

Porcentual da população de 0 a 03 anos que freqüenta a escola:

Fonte: SIMEC/Gráficos do PNE

Porcentual da população de 04 e 05 anos que frequenta a escola:

Fonte: SIMEC/Gráficos do PNE

Os alunos de algumas Escolas Municipais que possuem o 1º Ano do Ensino Fundamental não estão contabilizados nos cálculos da Educação Infantil, pois já são das séries iniciais do Ensino Fundamental e também não constam nos gráficos obtidos pelo site do SIMEC.

ESTRATÉGIAS:

1.1. Iniciar a construção de nova unidade escolar no Bairro das Três Barras para transferência da E.M.E.B. "Professora Doraci Ramalho Silingardi" (Programa Creche Escola Estadual), para ampliação e atendimento da demanda manifesta;

1.2. Colocar em funcionamento a Creche-Escola (Programa Creche Escola Estadual), do Bairro Residencial das Posses.

1.3. Ampliar e reformar a E.M.E.I. "Professora Haydee K. Padula" para atender possível demanda em função do novo conjunto habitacional (CDHU).

1.4. Expandir o atendimento da faixa etária de 0 a 3 anos da rede municipal de ensino, através de estudos e levantamento de demanda reprimida;

1.5. Assegurar espaços lúdicos e interativos considerados a faixa etária, tais como: brinquedoteca, bibliotecas e parques.

1.6. Publicar a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creche e pré-escola em período integral.

1.7. Criar mecanismo de pesquisas junto à comunidade para diagnosticar a demanda de alunos para creches.

1.8. Priorizar ações de conservação, reestruturação e aquisição de equipamentos da rede escolar pública, creche e educação infantil;

1.9. Realizar levantamento e estudo de acessibilidade e implantação nos prédios escolares, respeitando as normas de acessibilidade, e implantar no prazo de 10 (dez) anos.

1.10. Garantir e implantar, no prazo de 10 anos, através de benefícios concedidos no PAR a adequação e estruturação no que se refere à melhoria de qualidade do atendimento na educação infantil no que se refere à acessibilidade.

1.11. Revisar, com a participação da equipe técnica, administrativa e pedagógica das escolas municipais, os padrões de infra estrutura física, pessoal e pedagógica, a fim de assegurarem o atendimento educacional;

1.12. Garantir a qualidade do ensino de educação infantil através de avaliações elaboradas a partir dos parâmetros nacionais de qualidade, considerando a especificidade da Educação Infantil, a não retenção e o não impedimento do avanço dos alunos.

1.13. Realizar chamada publica para matrículas das crianças de creche e pré-escola com controle de frequência;

1.14. Garantir o acesso à educação infantil e a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais (especialidades).

1.15. Promover programas de formação continuada de forma presencial para os profissionais da educação infantil;

1.16. Facilitar e incentivar o acesso à formação inicial aos professores que ainda não possuem.

1.17. Ofertar aos moradores da zona rural, vagas na educação infantil mais próxima a sua residência em período integral de 04 e 05 anos.

1.18. Ampliar o transporte escolar, em regime de colaboração entre união, estado, município, atendendo as normas de segurança e as normas de acessibilidade que garantam o acesso ao ensino regular e atendimento educacional especializado conforme as necessidades individuais aos alunos.

1.19. Manter o cumprimento das diretrizes nacionais da educação infantil e demais legislação favorecendo o processo de aprendizagem a continuidade do processo e transição pré-escola e educação infantil.

1.20. Realizar controle diário de frequência do aluno na escola, informando ao setor competente o abandono ou ausência, principalmente dos alunos atendidos na bolsa família e identificar os motivos de ausência e baixa frequência, a fim de garantir um regime de colaboração à presença do aluno e o apoio à aprendizagem.

1.21. Realizar com frequência, em parceria com órgão público de assistência social e proteção a infância, levantamento da demanda por creche para crianças de 0 a 3 anos como forma de planejar a oferta de vagas e garantir o atendimento da demanda.

1.22. Promover o acesso das crianças de 0 a 5 anos oferecendo creches e escolas de educação infantil em tempo integral com garantia de espaço e tempos apropriados às atividades educativas, conforme estabelecido nas diretrizes curriculares nacionais.

<u>META 2</u> - UNIVERSALIZAR O ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 (NOVE) ANOS PARA TODA A POPULAÇÃO DE 06 (SEIS) A 14 (QUATORZE) ANOS E GARANTIR QUE, PELO MENOS 95% (NOVENTA E CINCO) DOS ALUNOS CONCLUAM ESSA ETAPA NA IDADE RECOMENDADA, ATÉ O ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PME.

DIRETRIZES

Como nível de ensino de matrícula obrigatória no País, o Ensino Fundamental, ao ter ampliada sua duração de oito para nove anos, trouxe para essa etapa da educação básica um novo contingente de crianças. Ainda que algumas das crianças de seis anos freqüentassem instituições pré-escolares, a incorporação desse segmento do Ensino Fundamental impõe desafios, sobretudo pedagógicos, para a área educacional.

Pensando neste novo contingente de alunos no município de Serra Negra, houve a necessidade de repensar o planejamento e a pratica escolar, levando em consideração que a avaliação e o planejamento são fatores determinantes para a consolidação desta prática.

A avaliação diagnóstica é um procedimento de ensino a ser adotado com o objetivo de se estabelecerem relações entre a proposta de ensino, o perfil pedagógico da turma e as necessidades de aprendizagem específicas de cada aluno.

O planejamento pedagógico, por sua vez, como projeto de trabalho do professor, só se torna efetivo se elaborado a partir da articulação entre a proposta de ensino e os sujeitos da aprendizagem.

Uma prática de ensino consistente tem em sua conformação esse conjunto de elementos bem definidos e pressupõe uma construção singular de cada professor com seu grupo de alunos, ao mesmo tempo em que requer um trabalho coletivo envolvendo todo o corpo docente e os demais profissionais na sua elaboração. Essa construção cotidiana da prática educativa exige dos seus profissionais a capacidade de fazer escolhas, criar, recriar, pesquisar, experimentar e avaliar constantemente suas opções.

As diretrizes norteadoras do Ensino Fundamental do município baseiam-se na Constituição Federal, na LDB, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no Plano Nacional de Educação e nas Deliberações do Conselho Estadual e Federal de Educação.

O Ensino Fundamental de 09 (nove) anos foi implantado em 100% das escolas em todas as redes (municipal estadual e privada) de Serra Negra.

Além de ser prioridade a oferta de ensino fundamental a toda a população do Estado, é ponto crucial deste Plano Municipal de Educação a erradicação do analfabetismo, de modo que garanta o acesso e a permanência, na escola, de todos, crianças, jovens e adultos, que ainda se encontrem em situação de não escolaridade.

Seguem abaixo alguns dados do Censo Escolar 2.012 para a cidade de Serra Negra quanto ao Ensino Fundamental, dos Anos Iniciais e Finais, para as Redes Públicas e Privadas de Ensino.

2. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO:

A. Matrículas na cidade de Serra Negra - SP:

REDE ESTADUAL

			Número de Matrículas			Total
			ENSINO FUNDAMENTAL		Total	
			ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS		
Ano Censo	Região	UF				
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	1.097	1.347	2.444	2.444
	Total		1.097	1.347	2.444	2.444
Total			1.097	1.347	2.444	2.444

REDE MUNICIPAL

			Número de Matrículas		Total
			ENSINO FUNDAMENTAL	Total	
			ANOS INICIAIS		
Ano Censo	Região	UF			
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	322	322	322
	Total		322	322	322
Total			322	322	322

REDE PRIVADA

			Número de Matrículas			Total
			ENSINO FUNDAMENTAL		Total	
			ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS		
Ano Censo	Região	UF				
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	159	221	380	380
	Total		159	221	380	380
Total			159	221	380	380

Fonte: INEP Data

Variável	Serra Negra
Pré-escolar	575
Fundamental	3.146
Médio	901

Fonte: IBGE Cidades

Nesse gráfico acima observamos que o Ensino Fundamental no Município corresponde a 68,06 % do número total de Matrículas da Rede Municipal, Estadual e Privada da cidade.

Segundo o Censo Escolar 2012 do IBGE, Serra Negra possuía:

- Nº Total de matrículas no Ensino Fundamental: 3.146
- Nº de matrículas na Rede Estadual: 2.444
- Nº de alunos na Rede Municipal (1º Ano): 322
- Nº de alunos na Rede Privada: 380

B. Estabelecimentos de Ensino em Serra Negra - SP:

REDE ESTADUAL

			Número de Estabelecimentos			Total
			ENSINO FUNDAMENTAL		Total	
			ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS		
Ano Censo	Região	UF				
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	7	4	8	8
	Total		7	4	8	8
Total			7	4	8	8

REDE MUNICIPAL

			Número de Estabelecimentos		Total
			ENSINO FUNDAMENTAL	Total	
			ANOS INICIAIS		
Ano Censo	Região	UF			
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	8	8	8
	Total		8	8	8
Total			8	8	8

REDE PRIVADA

			Número de Estabelecimentos			Total
			ENSINO FUNDAMENTAL		Total	
			ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS		
Ano Censo	Região	UF				
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	2	2	2	2
	Total		2	2	2	2
Total			2	2	2	2

Fonte: INEP Data

Variável	Serra Negra
Pré-escolar	15
Fundamental	18
Médio	6

Fonte: IBGE Cidades

Nesse gráfico acima observamos que o Ensino Fundamental no Município corresponde a 46,15 % do número total de escolas da Rede Municipal, Estadual e Privada da cidade.

Segundo o Censo Escolar 2012 do IBGE, Serra Negra possuía:

- Nº Total de Escolas de Ensino Fundamental: 18
- Nº de Escolas na Rede Estadual: 08
- Nº de Escolas na Rede Municipal (1º Ano): 08
- Nº de Escolas na Rede Privada: 02

C. Docentes em Serra Negra - SP:

Fonte: INEP Data

Variável	Serra Negra
Pré-escolar	80
Fundamental	207
Médio	39

Fonte: IBGE Cidades

Nesse gráfico acima observamos que o Ensino Fundamental no Município corresponde a 63,49 % do quadro total de Docentes da Rede Municipal, Estadual e Privada da cidade.

Quanto ao número de Docentes atuantes no Ensino Fundamental, segundo o Censo 2012, Serra Negra apresentava:

- Nº Total de Docentes de Ensino Fundamental: 207
- Nº de Docentes na Rede Estadual: 146
- Nº de Docentes na Rede Municipal (1º Ano): 20
- Nº de Docentes na Rede Privada: 41

Caracterização Geral do município no Ensino Fundamental:

O Município de Serra Negra conta com o atendimento de:

- 10(dez) Escolas Municipais que oferecem o 1º Ano de Ensino Fundamental,
- 03(três) Escola Estadual que oferece Ensino Fundamental – Anos Iniciais,
- 01(uma) Escolas Estadual que oferece Ensino Fundamental – Anos Finais,
- 03(três) Escolas Estaduais que oferecem Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais
- 02 (duas) Privadas que oferecem Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais.

Número de Alunos Matriculados											
		Matrícula Inici									
Município	Dependência	Ed.Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental[2]	Médio[2]	Fundamental	Méd
SERRA NEGRA	Estadual	0	0	1190	1121	710	0	26	0	0	
	Municipal	653	570	277	0	0	0	28	0	0	
	Privada	32	31	185	180	127	0	0	0	0	
	Total	685	601	1652	1301	837	0	54	0	0	

[1] Inclui os alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/ Magistério

[2] Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Analisando a tabela acima, observamos que o Ensino Fundamental corresponde a 57,56 % do número total de alunos matriculados na cidade (5.130), totalizando 2.953 alunos, sendo 1.652 dos Anos Iniciais e 1.301 dos Anos Finais.

Os alunos da Rede Municipal de Ensino de algumas Escolas Municipais que possuem o 1º Ano do Ensino Fundamental não estão contabilizados nos cálculos acima. São aproximadamente 310 alunos, distribuídos em 10 escolas que oferecem essa modalidade de ensino.

- **Percentual da população de 06 a 14 anos que freqüenta a escola:**

- **Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído:**

Fonte: SIMEC/Gráficos do PNE

- **ESTRATÉGIAS**

2.1. Consolidar os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos do ensino fundamental, discutir, consultar e publicar;

2.2. Implantar os direitos e objetivos de aprendizagem do ensino fundamental de acordo com as leis;

2.3. Colaborar e criar mecanismos para o acompanhamento individualizado do ensino fundamental;

2.4. Criar parceria com entidades sociais para atendimento da demanda escolar;

2.5. Criar condições para atendimento dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, nas salas de ensino regular.

2.6. Analisar e adequar o calendário escolar de acordo com a realidade local;

2.7. Assegurar que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural, para o desenvolvimento das atividades culturais;

2.8. Criar mecanismos para efetivar participação dos pais no que diz respeito à vida escolar de seus filhos;

2.9. Criar mecanismos de demanda reprimida, quando houver, e buscar junto ao Estado soluções para atendimento programado, construção de novas unidades escolares, onde for necessário;

2.10. Ampliar os tempos de permanência para que todas as escolas sejam de tempo integral;

2.11. Desenvolver programas de incentivo ao esporte no contra turno das escolas de ensino fundamental

2.12. Disciplinar a organização flexível do trabalho pedagógico

2.13. Criar mecanismos para acompanhamento individualizado dos alunos bem como o levantamento sistematizado da ausência dos alunos.

META 3– UNIVERSALIZAR, ATÉ 2016, O ATENDIMENTO ESCOLAR PARA TODA A POPULAÇÃO DE 15 (QUINZE) A 17 (DEZESSETE) ANOS E ELEVAR, ATÉ O FINAL DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTE PME, A TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO PARA 85% (OITENTA E CINCO POR CENTO).

DIRETRIZES

O ensino médio é a etapa final da educação básica e prepara o jovem para a entrada na faculdade. Com duração mínima de três anos, esse estágio consolida e aprofunda o aprendizado do ensino fundamental, além de preparar o estudante para trabalhar e exercer a cidadania. Ensina teoria e prática em cada disciplina, facilitando a compreensão das profissões, e desenvolve o pensamento crítico e a autonomia intelectual do aluno. Nesta etapa do ensino, é obrigatória a inclusão de uma língua estrangeira moderna, como o inglês ou o espanhol. Desde 2008, o ensino de Filosofia e Sociologia em todas as séries do ensino médio também são obrigatórios. As escolas de educação profissional, científica e tecnológica também fazem parte do ensino médio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), em seu artigo 21, afirma que o Ensino Médio é a etapa final da educação básica, ou seja, conclui uma etapa de escolarização geral, visando à formação para a cidadania, para o mundo do trabalho e para o prosseguimento de estudos. A LDBEN/1996 prevê que este segmento visa formação para o exercício da cidadania, o mundo do trabalho e o prosseguimento dos estudos.

Algumas competências básicas estão explícitas nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, entre elas o desenvolvimento da capacidade de aprender continuamente, do ser autônomo para pensar, do despertar para o pensamento crítico, fundamental para o mundo de hoje.

A busca por um Ensino Médio de qualidade em Serra Negra precisa garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem do aluno no contexto escolar, envolvendo medidas políticas e administrativas que possam assegurar a efetivação destes objetivos.

1. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO:

A. Matrículas:

REDE ESTADUAL

			Número de Matrículas		Total
			ENSINO MÉDIO	Total	
			ENSINO MÉDIO		
Ano Censo	Região	UF			
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	785	785	785
	Total		785	785	785
Total			785	785	785

REDE PRIVADA

			Número de Matrículas		Total
			ENSINO MÉDIO	Total	
			ENSINO MÉDIO		
Ano Censo	Região	UF			
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	116	116	116
	Total		116	116	116
Total			116	116	116

Fonte: INEP Data

Variável	Serra Negra
Pré-escolar	575
Fundamental	3.146
Médio	901

Fonte: IBGE Cidades

Nesse gráfico acima observamos que o Ensino Fundamental no Município corresponde a 19,49 % do número total de Matrículas da Rede Municipal, Estadual e Privada da cidade.

Segundo o Censo Escolar 2012 do IBGE, Serra Negra possuía:

- Nº Total de matrículas no Ensino Médio: 901
- Nº de matrículas na Rede Estadual: 785
- Nº de alunos na Rede Privada: 116

B. Rede Escolar:

REDE ESTADUAL

			Número de Estabelecimentos		Total
			ENSINO MÉDIO	Total	
			ENSINO MÉDIO		
Ano Censo	Região	UF			
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	4	4	4
	Total		4	4	4
Total			4	4	4

REDE PRIVADA

			Número de Estabelecimentos		Total
			ENSINO MÉDIO	Total	
			ENSINO MÉDIO		
Ano Censo	Região	UF			
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	2	2	2
	Total		2	2	2
Total			2	2	2

Fonte: INEP Data

Variável	Serra Negra
Pré-escolar	15
Fundamental	18
Médio	6

Fonte: IBGE Cidades

Nesse gráfico acima observamos que o Ensino Fundamental no Município corresponde a 15,38 % do número total de escolas da Rede Estadual da cidade.

Segundo o Censo Escolar 2012 do IBGE, Serra Negra possuía:

- Nº Total de Escolas de Ensino Médio: 06
- Nº de Escolas na Rede Estadual: 04
- Nº de Escolas na Rede Privada: 02

C. Docentes:

Variável	Serra Negra
Pré-escolar	80
Fundamental	207
Médio	39

Fonte: IBGE Cidades

Nesse gráfico acima observamos que o Ensino Médio no Município corresponde a 11,96 % do quadro total de Docentes da Rede Estadual e Privada da cidade.

Quanto ao número de Docentes atuantes no Ensino Fundamental, segundo o Censo 2012, Serra Negra apresentava:

- Nº Total de Docentes de Ensino Médio: 66
- Nº de Docentes na Rede Estadual: 39
- Nº de Docentes na Rede Privada: 27

Abaixo demonstramos a População Estudantil de Serra Negra em todas as redes de ensino e números de matrículas:

Município	Dependência	Ensino Médio	EJA Presencial – Ens. Médio	EJA Semi – Presencial – Ens. Médio
Serra Negra	Estadual	710	0	0
	Municipal	0	0	0
	Privada	127	0	0
	TOTAL	837	0	0

Analisando a tabela acima, observamos que o Ensino Médio corresponde a 16,31 % do número total de alunos matriculados na cidade (5.130), totalizando 837 alunos.

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola

Fonte: SIMEC / Gráficos do PNE

Taxa líquida de Matrícula no Ensino Médio

Fonte: SIMEC / Gráficos do PNE

- **ESTRATÉGIAS**

3.1. Corrigir o fluxo no ensino fundamental;

3.2. Colaborar auxiliando o estado a institucionalizar currículo escolar adequado que abranja conteúdos obrigatórios e eletivos articulados a dimensões como: ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte;

3.3. Trabalhar em parceria com o ESTADO para aquisição de materiais e equipamentos para manutenção e elevação da qualidade do ensino;

3.4. Estimular parcerias entre escolas estaduais e instituições acadêmicas, culturais e esportivas, garantindo a ampliação e melhoria do currículo ofertado;

3.5. Oferecer transporte escolar no contra turno, a fim de que o aluno participe das aulas de reforço por meio de atendimento individualizado;

3.6. Buscar junto ao governo do estado e a união parcerias para implantação de ensino médio integrado com ensino técnico profissionalizante;

3.7. Solicitar junto ao governo programas de educação e cultura para a população de 15 a 17 anos que estão fora da escola;

3.8. Auxiliar e promover uma articulação para chamada pública de matrícula de adolescentes de 15 a 17 anos;

3.9. Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos(as)

3.10. Requerer junto ao órgão competente, a criação de rede de proteção contra formas de exclusão e evasão motivadas por qualquer tipo de discriminação.

3.11. Ampliar o acesso a rede mundial de computadores, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação.

<u>META 4</u>: UNIVERSALIZAR, PARA A POPULAÇÃO DE 0 (ZERO) A 17 (DEZESSETE) ANOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO, O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA E AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, MATRICULADOS NA REDE REGULAR DE ENSINO, CLASSES ESCOLAS OU SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, PÚBLICOS OU CONVENCIONADOS.

Os alunos matriculados na rede regular de ensino da cidade de Serra Negra que apresentam algum tipo de necessidade especial, seja deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super-dotação, possuem atendimento especializado junto a rede Municipal de Educação e em alguns casos específicos da Rede Estadual de educação.

ATENDIMENTO DA REDE MUNICIPAL:

- Realizado na EMEI e Especial "Professora Olga de Souza Vichi", como foi nomeada e criada segundo a Lei Nº 2.805, de 17 de Outubro de 2003. Está localizada nesta cidade à via Ângelo Zanini, Nº 2.065, Bairro dos Macacos. Sua demanda é de aproximadamente 60 alunos.
  Ela funciona em dois turnos: Matutino e Vespertino. Atendimento:
- Salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), aos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental Municipal (1º Ano), com currículo adaptado para alunos de Educação Infantil.
- Sala de Recursos Multifuncionais, aos alunos do Ensino Fundamental, também com currículo adaptado.

- Sala de Educação Especial, aos alunos que já passaram do período de escolaridade de 17 anos a 30 anos, contendo em seu currículo aulas de artes, informática, música, e Projeto Empregabilidade (este realizado por Psicóloga). Dentre outros projetos em parceria com a comunidade e instituições.
- Equipe Multidisciplinar: Fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudióloga, Psicóloga e Nutricionista em casos especiais.

ATENDIMENTO DA REDE ESTADUAL:

Na E.E. Dr. Jovino Silveira esta localizada na Rua dos Estudantes nº 92, Centro. Esta unidade atende a clientela em duas Salas de Recursos Multidisciplinar.

A promoção do desenvolvimento integral da criança de 0-6 anos de idade deve ser priorizada considerando ser de fundamental importância o atendimento o quanto mais cedo para minimizar as necessidades educacionais especiais e ampliar as potencialidades da criança.

A garantia do Ensino Fundamental obrigatório a todas as crianças e adolescentes de 7-14 anos de idade e requer que o município se planeje para oferecer os serviços educacionais para essa população, para garantir seu ingresso e permanência na escola, bem como para garantir a conclusão desses níveis de escolaridade para todos.

Percentual da população de 04 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.

Fonte: SIMEC/ MEC/ Gráficos do PNE

Essa população frequenta as salas comuns de toda a Rede de Educação Básica de Serra Negra.

A porcentagem foi calculada tomando por base o número total de alunos com algum tipo de deficiência matriculados na Rede de Ensino Público do Município, nas redes Municipal e Estadual.

Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um principio que está em nossa Constituição desde 1998, mas que ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e jovens que apresentam necessidades educacionais especiais, vinculadas ou não a deficiência.

O acesso e permanência dos alunos com Deficiências nas escolas não se dá apenas pela oferta de vagas ou profissionais qualificados, mas também ao estímulo da permanência do educando ao ambiente escolar, sendo um dos fatores a acessibilidade arquitetônica. Porém observamos abaixo a realidade da Rede Pública Estadual de Serra Negra – SP

Determinando essa modalidade de atendimento Educacional, ressalvando os casos em que os educandos que apresentam necessidades educacionais especiais que requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social; recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, devem ser atendidos, na escola especial, salas multifuncionais ou instituições parceiras, sempre que necessário complementado de maneira articulada com as áreas da Saúde e Assistência Social" (BRASIL, 2001).

Representaremos Graficamente a clientela de Educação Especial, em idade escolar, de toda rede de ensino Municipal e Estadual da cidade de Serra Negra, tanto das salas comuns como salas de AEE, de acordo com os tipos de Deficiências por eles apresentados e que necessitarão de Apoio de Equipe Multidisciplinar (Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Terapia Ocupacional), em parceria com as Secretarias de Saúde e Assistência Social:

PORCENTAGEM DE ALUNOS DE A.E.E. POR TIPO DE DEFICIÊNCIA:

TRANSTORNO GLOBAL DO DESENV.

CEGUEIRA

SURDEZ

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

DEFICIÊNCIA FÍSICA

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

Os Gráficos dos alunos de A.E.E. por tipo de Deficiência e toda Rede Pública de Educação Básica do Município de Serra Negra – SP são baseados nos indicadores da Tabela abaixo:

Ano	Cegueira		Baixa visão		Surdez		Deficiência auditiva	
2009	0%	0	66,7%	8	0%	0	0%	0
2010	33,3%	1	46,2%	6	25%	1	0%	0
2011	50%	1	63,6%	7	25%	1	0%	0
2012	50%	1	50%	5	33,3%	1	100%	1
2013	0%	0	58,3%	7	33,3%	1	50%	1

Deficiência intelectual		Deficiência física		Deficiência múltipla		Transtorno global do desenvolvimento	
32,1%	27	14,3%	1	100%	1	66,7%	4
49,4%	38	10%	1	0%	0	42,9%	3
48,1%	37	10%	1	50%	1	50%	1
43,5%	40	0%	0	50%	1	50%	1
54,3%	50	14,3%	2	16,7%	1	33,3%	2

Fonte: Observatório do PNE

A falta de um apoio pedagógico a essas necessidades especiais pode fazer com que essas crianças e adolescentes não estejam na escola: muitas vezes as famílias não encontram escolas organizadas para receber a todos e, fazer um bom atendimento, o que é uma forma de discriminação. A falta desse apoio pode também fazer com que essas crianças e adolescentes deixem a escola depois de pouco tempo, ou permaneçam sem progredir para os níveis mais elevados de ensino, o que é uma forma de desigualdade de condições de permanência.

As ações das Escolas que possuem essa educação diferenciada estão fundamentadas no princípio da inclusão e na garantia de "escola para todos", direcionada para o alcance dos seguintes objetivos prioritários:

- Capacitar recursos humanos da Rede Regular e Especial de Ensino;
- Desenvolver estudo, pesquisa e tecnologia em Educação Especial;

- Garantir o atendimento ao Portador de Necessidades Educacionais Especiais, mediante as ações de prevenção, reabilitação, educação e trabalho, numa perspectiva de educação inclusiva;
- Garantir infra estrutura adequada ao funcionamento dos serviços de Educação Especial;
- Desenvolver ações que possibilitem a modernização e informatização de Educação Especial;

Neste contexto, a Educação Especial assume a cada ano uma importância fundamental na perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de transformação e democratização que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para formação de sua plena cidadania.

A Legislação é sábia em determinar preferência para essa modalidade de atendimento educacional, ressalvando os casos de excepcionalidade em que as necessidades do educando exigem outras formas de atendimento. As políticas recentes do setor têm indicado três situações possíveis para a organização do atendimento: participação nas classes comuns, de recursos, sala especial e escola especial. Todas as possibilidades têm por objetivo a oferta de educação de qualidade.

Representamos abaixo as Matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, matriculados em Classes Comuns e Escolas Exclusivas em Serra Negra – SP.

Ano	Classes Especiais		Escolas Exclusivas		Cl
2007	0%	0	52,7%	39	47,3
2008	0%	0	55,7%	49	44,3
2009	0%	0	42,7%	47	57,3
2010	0%	0	27,7%	31	72,3
2011	0%	0	35,9%	37	64,1
2012	0%	0	33%	38	67
2013	0%	0	23%	28	77

Fonte: Observatório do PNE

Observamos acima que houve um aumento significativo de matrículas nas Classes Comuns no período de 2009 a 2013, conforme dados obtidos no site "Observatório do PNE". O Gráfico foi construído a partir dos dados informados.

Importante também ilustrar a porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns e escolas exclusivas, em todas as Etapas de Ensino.

Observamos que houve uma diminuição significativa no número de alunos matriculados em Escolas Exclusivas, sendo a maioria dos alunos em idade escolar matriculados no Ensino Regular.

ETAPAS DE ENSINO – EDUCAÇÃO ESPECIAL

Etapa / Educação Infantil

Ano	Classes Comuns		Escolas Exclusivas	
2007	0%	0	0%	0
2008	25%	2	75%	6
2009	60%	6	40%	4
2010	100%	6	0%	0
2011	100%	4	0%	0
2012	100%	9	0%	0
2013	100%	10	0%	0

Etapa / Ensino Fundamental - anos iniciais

Ano	Classes Comuns		Escolas Exclusivas	
2007	100%	32	0%	0
2008	100%	48	0%	0
2009	100%	24	0%	0
2010	42,6%	23	57,4%	31
2011	63,6%	58	36,4%	32
2012	63,6%	59	36,4%	7
2013	87,8%	69	12,1%	4

Fonte: Observatório do PNE

Etapa / Ensino Fundamental - anos finais

Ano	Classes Comuns		Escolas Exclusivas	
2007	100%	7	0%	0
2008	100%	17	0%	0
2009	100%	27	0%	0
2010	100%	29	0%	0
2011	100%	30	0%	0
2012	100%	32	0%	0
2013	100%	35	0%	0

Etapa / Ensino Médio

Ano	Classes Comuns		Escolas Exclusivas	
2007	100%	4	0%	0
2008	100%	4	0%	0
2009	100%	6	0%	0
2010	100%	8	0%	0
2011	100%	4	0%	0
2012	100%	11	0%	0
2013	100%	13	0%	0

O Gráfico abaixo ilustra a relação do número de alunos matriculados no A.E.E. (Atendimento Educacional Especializado) na Rede Pública Municipal e Estadual de Serra Negra – SP, onde constatamos que 79% dos alunos atendidos nessa modalidade estão nas Salas de EJA da Rede Estadual e 21% encontram-se na Rede Municipal. As Redes Privadas não apresentaram nenhum número em nenhuma etapa de ensino. Os dados foram retirados do site "INEP Data".

			Número de Matrículas				Total
			ENSINO FUNDAMENTAL	Total	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Total	
			ANOS INICIAIS		ENSINO FUNDAMENTAL		
Ano Censo	Região	UF					
2012	SUDESTE	SÃO PAULO	7	7	31	31	38
	Total		7	7	31	31	38
Total			7	7	31	31	38

Fonte: INEP/Data

Considerando as questões envolvidas no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, a articulação e a cooperação entre os setores de educação, saúde e assistência é fundamental e potencializa a ação de cada um deles. Como é sabido, o atendimento não se limita à área educacional, mas envolvem especialistas, sobretudo da área da saúde e da psicologia e dependem da colaboração de diferentes órgãos do Poder Público, em particular os vinculados à saúde, assistência e promoção social, inclusive em termos de recursos.

As classes especiais, situadas nas escolas "regulares", precisam contar com professores especializados e materiais pedagógicos adequados. Poderão ser criadas organizações da sociedade civil, de natureza filantrópica, que envolvam os pais de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. Longe de diminuir a responsabilidade do Poder Público para com a educação especial, o apoio do Governo a tais organizações visa tanto à continuidade de sua colaboração quanto à maior eficiência por contar com a participação dos pais nessa tarefa.

- **ESTRATÉGIAS**

4.1. Reestruturar para adequação da Resolução Estadual nº 061/2014 Lei, a Unidade Escolar Municipal que hoje é nomeada como EMEI e Especial "Professora Olga de Souza Vichi".

4.2. Elaborar documentos que assegurem aos alunos avaliações em seu prontuário;

4.3. Elaborar documentos que respaldem a escola quanto aos responsáveis de alunos de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos com deficiência, que não querem atendimento na "Escola Especial";

4.4. Promover no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos, e de 04 (quatro) a 17 (dezessete) do Ensino Regular com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/super dotação, observando o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

4.5. Implantar, ao longo deste PME, a ampliação do número de Salas de Recursos Multifuncionais para atender alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades/super dotação, matriculados nas salas comuns do Ensino Regular ou parceria com centros especializados.

4.6. Incentivar os professores para que no prazo de 02 anos concluam cursos de180 horas reconhecidos pelo MEC, de especialização para trabalharem na escola ou classes especiais;

4.7. Ampliar o transporte municipal (gratuito), para atendimento educacional especializado, em contra turno, na "Escola Especial", para alunos matriculados na rede regular das escolas urbanas e rurais do município com idade de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos;

4.8. Garantir atendimento educacional especializado em salas de Recursos Multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades/super dotação, matriculados na rede publica e privada de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.9. Adequar segundo Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas Unidades Escolares do Município, Públicas e Privadas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, aumento na oferta de transportes escolares e coletivos municipais acessíveis e de recursos de

tecnologia assistiva assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou super dotados;

4.10. Garantir a oferta de Educação Inclusiva, vedada a exclusão do Ensino Regular, sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado;

4.11. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao Atendimento Educacional Especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.12. Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades ou super dotados.

4.13. Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas inter setoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotados que requeiram medidas de atendimento especializado;

4.14. Promover a articulação inter setorial entre órgão e políticas publica de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento com idade superior a faixa etária da escolarização, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.15. Incentivar a inclusão nos cursos de Licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de Pós-graduação,

observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotados;

4.16. Promover parcerias com instituições comunitárias, filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e secretarias municipais, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotados matriculadas nas redes públicas de ensino e fortalecer o vinculo familiar do educando integrando a família/responsável ao cotidiano das atividades programadas. As instituições parceiras só irão atender o educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades/super dotados mediante um encaminhamento e após avaliação se necessário da equipe multidisciplinar da escola especial;

4.17. Promover parcerias com instituições comunitárias, filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas, com o Poder Público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super-dotados matriculados na rede pública de ensino.

4.18. Promover parcerias com MEC/PAR e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

4.19. Apresentar projetos da Equipe Multidisciplinar, junto a Promotoria de Justiça de Serra Negra propostas de penas alternativas previstas na Lei de Transação Penal,a serem aplicadas em beneficio dos alunos com necessidades especiais que se encontram na rede publica de ensino;

4.20. Criar parceria com o CRAS estimulando atendimento em Centro que ofereça atividades manuais, físicas, intelectuais, inserção ao trabalho e outras que envolvam áreas que estimulem a população maior de 17 (dezessete) anos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotados.

<u>META 5</u> - ALFABETIZAR TODAS AS CRIANÇAS, NO MÁXIMO, ATÉ O FINAL DO 3º (TERCEIRO) ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

A proposta com esse texto é estimular a discussão sobre o Ensino Fundamental e dessa forma contribuir para construção de estratégias, visando à melhoria da qualidade da educação escolar do Município. Não há intenção de esgotar o assunto, uma vez que o mesmo é amplo e enviesado, mas levantaremos alguns aspectos que merecem discussão e análise no momento.

Destaca-se que a sociedade atual exige o domínio do conhecimento sistematizado, e é tarefa da educação escolar viabilizar o acesso e esse bem cultural o qual "integra o conjunto dos meios de produção" (SAVIANI, 2003, p.143), assim, socializar conhecimentos é uma ação política de instrumentalização essencial para o exercício pleno da cidadania. Portanto, "a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É, pois, realizando-se na especificidade que lhe é própria, que a educação cumpre sua função política" (SAVIANI,1983,p.92).

Acredita-se que a Educação Básica é indispensável para a formação do cidadão brasileiro, pois oferece a oportunidade de progressão nos estudos e meios para adentrar no mundo do trabalho e, como o próprio nome diz, é a base para o exercício da cidadania.

Atualmente saber ler e escrever tem se mostrado insuficiente para satisfazer adequadamente a demanda contemporânea. É necessário ir além da aquisição da decodificação de signos, é preciso saber fazer uso da escrita e da leitura no dia a dia em sua amplitude como função social, é ler o mundo. Tendo em vista que vivemos numa sociedade cercada por uma diversidade de linguagem com as quais interagimos o tempo todo com os seus distintos signos e significantes.

O Município de Serra Negra, segundo dados do IBGE (2010), 91,2% dos alunos matriculados nas series iniciais concluem o 3º ano do Ensino Fundamental alfabetizado. Porém, sabemos que há muito por fazer para atingir a meta proposta pelo PNE (alcançar o índice de 100%) de alunos alfabetizados no término do 3º ano do Ensino Fundamental.

Lembrando que o 1° ano do Ensino Fundamental fica a cargo do Município, que tem se empenhado em trabalhar com seus alunos utilizando o Método Fônico através da Pedagogia Afetiva, promovendo a seus professores capacitações como o Pacto Pela Alfabetização na Idade Certa e oferecendo apoio pedagógico e específico.

O segundo e terceiro ano do Ensino Fundamental ficam a cargo do Estado, também responsáveis pela continuidade da alfabetização dos alunos. Nas Escolas Estaduais trabalha-se com o construtivismo, desenvolvendo o programa LER E ESCREVER e o EMAI (educação matemática anos iniciais), onde os professores participam de capacitações e treinamentos.

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS QUE CONCLUÍRAM O 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM SERRA NEGRA - SP:

Distribuição populacional por idade (05 à 09): 1622

- Alunos matriculados nas series iniciais: 1570
- De acordo com os dados coletados do município (IBGE 2010) 91,2% dos alunos se encontram alfabetizados ao final do 3º ano do ensino fundamental.
- A partir das estratégias lançadas abaixo, deve-se alcançar o índice de 95% em 2015 e 100% em 2025.

Fonte. Estado Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Serra Negra possui também duas escolas particulares, que possuem métodos diferentes, ambas apostiladas, que também se empenham em alfabetizar nas séries iniciais.

Conclui que, num mundo em constante evolução, constituído por um panorama histórico e político de idéias diversificadas, faz-se necessário a valorização do homem como sujeito-reflexivo capaz de atuar dialeticamente neste contexto social. Por isso, é necessário que seja realizado um trabalho de alfabetização que valorize a formação de um sujeito autônomo construtor da própria história, valorizando as séries iniciais do município.

- **ESTRATÉGIAS**

5.1. Repensar o Ensino Fundamental do município de Serra Negra e proceder a mudanças efetivas no seu currículo, para a promoção de um processo educativo de qualidade, para todos, construído com base nas múltiplas dimensões e singularidades humanas, na diversidade de tempos de aprendizagem e interesses e nas especificidades dos sujeitos.

5.2. Elaborar os processos pedagógicos de alfabetização, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.3. Dar continuidade aos instrumentos de avaliação nacional periódica e específica para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas e criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano de Ensino Fundamental;

5.4. Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.5. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.6. Repensar a organização e formação escolar, sua gestão, as regras de convivência e as práticas pedagógicas, a partir da premissa de que a escola precisa reconhecer e acolher a diversidade da população que recebe;

5.7. Promover, estimular e assegurar a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

5.8. Promover, programas de integração entre escola e pais, visando efetivar o acompanhamento no rendimento escolar;

5.9. Fomentar a formação continuada dos gestores/as escolares (diretor, vice-diretor, supervisores e chefes de secretaria e coordenadores) sobre as políticas públicas a serem implementadas em relação à alfabetização dos estudantes, tendo em vista que exercem papel preponderante nessa implementação.

5.10. Implantar e ampliar programas que desenvolvam a formação da matemática nos anos iniciais e educação infantil.

<u>META 6</u> - OFERECER EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM, NO MÍNIMO, 50% (CINQUENTA POR CENTO), DAS ESCOLAS PÚBLICAS, DE FORMA A ATENDER, PELO MENOS, 25% (VINTE E CINCO POR CENTO), DOS (AS) ALUNOS (AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Ampliar a permanência das crianças e jovens a situações de ensino é bandeira fundamental na busca pela equidade e pela qualidade na Educação de Serra Negra. Mas é importante considerar que Educação Integral não é sinônimo de mais tempo na escola, apenas.

Para alcançarmos mais 10% em relação aos 23,6% nos próximos dez anos não poderiam ocorrer mudanças de cidade entre os alunos diminuindo nossa população e também precisaria que os pais aceitassem a matricula do período integral para seus filhos, pois muitos não querem e justificam que não necessitam dessa vaga.

A visão para daqui dez anos em período integral será:

- Melhorar o rendimento do aluno;
- Liberar os pais para o trabalho;
- Suprir a necessidade de praticar esportes;
- Proporcionar melhor aproveitamento do tempo ocioso dos alunos;
- Afastar os alunos em relação ao risco social :
- Possibilitar a orientação dos estudos e das tarefas;
- Oferecer orientação nutricional adequada a idade;
- Melhorar a convivência em família ;
- Suprir carências de lazer, cultura e acesso à tecnologia;
- Desenvolver hábitos de higiene pessoal e ambiental;

A estratégia utilizada será estreitar a parceria entre escola e comunidade ocupando criativamente o espaço escolar durante a semana com seus próprios alunos realizando atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e futura geração de renda oferecida aos alunos e à população do entorno.

As ações da Educação em tempo Integral em Serra Negra são planejadas pela equipe local a partir de consultas à escola e a comunidade para identificar as demandas locais.

PORCENTAGEM DE ESCOLAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL – COMPARAÇÃO ANUAL:

Último valor para Educação Básica / Rede / Pública

Brasil	Serra Negra - SP
26,1	73,9
% em 2011	% em 2011
34,4	72
% em 2013	% em 2013

Porcentagem de escolas públicas da Educação Báscia com matrículas em tempo integral

a) Total da Rede Básica Municipal: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Rede Municipal, Estadual E Particular:

Ano	Todas as redes	
2011	75%	18
2012	64%	16
2013	69,2%	18

Fonte: Observatório do PNE

b) Porcentagem do aumento do número de Escolas Públicas da Educação Básica com Matrículas em Tempo Integral:

EDUCAÇÃO INFANTIL

Ano	Pública		Privada	
2011	76,9%	10	0%	0
2012	78,6%	11	0%	0
2013	85,7%	12	0%	0

ANOS INICIAIS

Ano	Pública		Privada	
2011	77,8%	7	50%	1
2012	40%	6	0%	0
2013	37,5%	6	0%	0

ANOS FINAIS

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	0%	0
2012	25%	1	0%	0
2013	50%	2	0%	0

ENSINO MÉDIO

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	0%	0
2012	0%	0	0%	0
2013	0%	0	0%	0

Fonte: Observatório do PNE

c) Percentual de Escolas Públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em Atividades Escolares:

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Preparação: Todos pela Educação

1. PORCENTAGEM DE MATRÍCULAS NA REDE PÚBLICA EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA – COMPARAÇÃO ANUAL:

Último valor para **Educação Básica / Rede / Pública**

Brasil	Serra Negra - SP
7,5 % em 2011	22,1 % em 2011
12 % em 2013	26 % em 2013

Porcentagem de escolas públicas da Educação Báscia com matrículas em tempo integral

Fonte: Observatório do PNE

a) Total da Rede Básica Municipal: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Rede Municipal, Estadual E Particular:

Ano	Todas as redes	
2011	20%	1.079
2012	21,2%	1.127
2013	23,7%	1.226

Fonte: Observatório do PNE

b) Educação Infantil:

Ano	Pública		Privada	
2011	63%	760	0%	0
2012	67,3%	809	0%	0
2013	74,2%	843	0%	0

Fonte: Observatório do PNE

c) Ensino Fundamental:

ANOS INICIAIS

Ano	Pública		Privada	
2011	22,7%	318	0,6%	1
2012	20,8%	295	0%	0
2013	24,6%	344	0%	0

ANOS FINAIS

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	0%	0
2012	25%	1	0%	0
2013	50%	2	0%	0

Fonte: Observatório do PNE

d) **Ensino Médio:**

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	0%	0
2012	0%	0	0%	0
2013	0%	0	0%	0

Fonte: Observatório do PNE

e) Percentual de Alunos que permanecem pelo menos 7h em Atividades Escolares:

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Preparação: Todos pela Educação

- **<u>ESTRATÉGIAS:</u>**

6.1. Mediar conflitos e soluções promovendo o debate da Educação Integral em jornada ampliada nas reuniões pedagógica, de planejamento, de estudo, nos

conselhos de classe, nos espaços do Conselho Escolar, nas atividades com a comunidade escolar.

6.2. Contemplar a ampliação do tempo do espaço nas redes escolares ampliando a exposição das crianças e jovens a situações de ensino e de maneira fundamental na busca pela igualdade e pela qualidade na Educação aos alunos matriculados nessa modalidade de ensino, e que precisa propiciar múltiplas oportunidades de aprendizagem por meio de acesso à cultura, arte, esporte tecnologia, atividades planejadas com intenção pedagógica e sempre alinhada ao projeto político pedagógico da escola contribuindo para a formação de crianças.

6.3. Promover em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais participantes, a capacitação de gestores locais em temas voltados ao esporte.

6.4. O Acompanhamento Pedagógico continua sendo obrigatório, agora com apenas uma atividade que contemplará as diferentes áreas do conhecimento, sendo escolhido o esporte e lazer com as atividades como badminton, corrida de orientação, gisnática rítmica, atletismo, etc.

6.6. Integrar o currículo da Escola de Tempo Integral com as atividades das oficinas.

<u>META 7</u> - FOMENTAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TODAS AS ETAPAS E MODALIDADES, COM MELHORIA DO FLUXO ESCOLAR E DA APRENDIZAGEM DE MODO A ATINGIR AS SEGUINTES MÉDIAS NACIONAIS PARA O IDEB: 6,0 NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL; 5,5 NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL; 5,2 NO ENSINO MÉDIO.

Com a parceria do Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo com o governo Municipal de Serra Negra e a Secretaria de Educação Municipal de Serra Negra, temos na Educação Básica as seguintes responsabilidades:

- 1º Ano do Ensino Fundamental, oferecido pela Prefeitura de Serra Negra.
- 2 º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio é oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo.

Compete ao Governo Municipal de Serra Negra acompanhar os índices alcançados pelas Unidades Escolares, como também criar parcerias no atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem no campo da saúde, com Psicólogos,

Fonoaudiólogos, Dentista, Oftalmologista, entre outros e Convênios no Transporte e Merenda Escolar, para que tenhamos a melhoria de qualidade de ensino.

Analisando os dados do IDEB, constatou-se que o Município está acima das metas projetadas; porém algumas Unidades Escolares precisam elevar seus índices para atingi-las. O maior desafio da Educação Municipal é fazer com que todas as escolas superem a meta projetada pelo IDEB, superando a cada ano suas próprias notas.

De acordo com o resultado, Serra Negra esta avançando para atingir as metas estipuladas para 2022, que é de 6,00. Os dados do SARESP mostram que o Município precisa elevar os índices do 5º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio e manter o índice do 9º ano.O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) é aplicado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo com a finalidade de produzir um diagnóstico da situação da escolaridade básica paulista, visando orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional.

O desempenho da Unidade Escolar no SARESP também é utilizado para o calculo do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP). O índice, que é um dos principais indicadores da qualidade do Ensino Paulista, foi criado em 2007 e estabelece metas que as escolas devem alcançar ano a ano. Por meio do IDESP é calculado o Bônus pago aos servidores de Educação.

Os resultados da avaliação são consolidados em boletins, que podem ser consultados pelas Escolas Estaduais e, também, pelas Unidades Municipais, técnicas e particulares que aderiram à avaliação. Os resultados apresentados nos boletins permitem à escola analisar o seu desempenho e, com o apoio da Secretaria da Educação Estadual e Municipal, melhorar a qualidade de aprendizagem dos seus alunos e da gestão escolar; com esse objetivo foram elaboradas estratégias para o município de Serra Negra a serem cumpridas no decorrer dos dez anos da vigência desse plano.

De acordo com os gráficos, verificou-se que Serra Negra está oferecendo uma educação de boa qualidade aos alunos, necessitando que, durante a vigência desse PME, tal qualidade seja aprimorada ano a ano.

DADOS SARESP RESULTADO 2013 – SERRA NEGRA - SP:

IDESP 2013 - REDE ESTADUAL

	5º ANO EF	9º ANO EF	3ª SÉRIE EM
ESCOLA	4.84		
DIRETORIA	5	2.9	2.1
MUNICIPIO	4.22	3.17	1.82
ESTADO	4.42	2.50	1.83

IDESP 2013 ESTADO E MUNICÍPIO

IDESP 2013 - REDE ESTADUAL

	5º ANO EF	9º ANO EF	3ª SÉRIE EM
DIRETORIA	5	2.9	2.1
MUNICIPIO	4.22	3.17	1.82
ESTADO	4.42	2.50	1.83

SERRA NEGRA: IDEB 2013

O IDEB é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Veja o IDEB do município e a situação das escolas

IDEB - RESULTADOS E METAS – SERRA NEGRA - SP

4ª série/ 5º Ano

IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS							
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4.3	5.0	5.8	5.5	5.7	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	5.9	6.1	6.4

8ª série/ 9º Ano

IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS							
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3.9	4.3	4.7	4.4	4.8	3.9	4.0	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	5.8

NO ÂMBITO ESTADUAL, SERRA NEGRA CONTA COM :

- **02 (duas) escolas de Período Integral de Ensino Fundamental de 2° ano ao 5° ano:**

- **01 (uma) em Zona Urbana E.E. "Deputado Romeu de Campos Vergal", com o seguinte índice:**

IDESP 2013 - INDICADORES DA ESCOLA

	INDICADORES DE DESEMPENHO		INDICADOR DE DESEMPENHO	INDICADOR DE FLUXO	IDESP 2013
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA			
5° ANO EF	3.7783	3.7783	3.78	0.9897	3.74
9° ANO EF					
3° SÉRIE EM					

- **01 (uma) em Zona Rural E.E. "Professora Nair de Almeida":**

IDESP 2013 - INDICADORES DA ESCOLA

	INDICADORES DE DESEMPENHO		INDICADOR DE DESEMPENHO	INDICADOR DE FLUXO	IDESP 2013
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA			
5° ANO EF	8.6113	8.0557	8.33	1	8.33
9° ANO EF					
3° SÉRIE EM					

- **02 (duas) Escolas Centrais:**

– **E.E. "Lourenço Franco de Oliveira"**

IDESP 2013 - INDICADORES DA ESCOLA

	INDICADORES DE DESEMPENHO		INDICADOR DE DESEMPENHO	INDICADOR DE FLUXO	IDESP 2013
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA			
5° ANO EF	4.9993	4.6773	4.84	1	4.84
9° ANO EF					
3° SÉRIE EM					

– **E.E. "Dr. Jovino Silveira"**

IDESP 2013 - INDICADORES DA ESCOLA

	INDICADORES DE DESEMPENHO		INDICADOR DE DESEMPENHO	INDICADOR DE FLUXO	IDESP 2013
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA			
5° ANO EF					
9° ANO EF	3.44	3.2	3.32	0.9303	3.09
3° SÉRIE EM	3.1027	1.6667	2.38	0.7942	1.89

- **01 (uma) escola que atende Ciclo Fundamental (2° ano ao 9º ano) na zona urbana:**

- E.E. "Professora Maria do Carmo de Godoy Ramos":

IDESP 2013 - INDICADORES DA ESCOLA

	INDICADORES DE DESEMPENHO		INDICADOR DE DESEMPENHO	INDICADOR DE FLUXO	IDESP 2013
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA			
5ª ANO EF	3.4477	3.2183	3.33	0.9835	3.28
9ª ANO EF	3.454	3.092	3.27	0.9685	3.17
3ª SÉRIE EM					

- **02 (duas) escolas que atendem Ciclo Fundamental (2° ano ao 9º ano) e Ensino Médio:**

<u>Zona urbana</u>

E.E. "Professora Amélia Massaro"

IDESP 2013 - INDICADORES DA ESCOLA

	INDICADORES DE DESEMPENHO		INDICADOR DE DESEMPENHO	INDICADOR DE FLUXO	IDESP 2013
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA			
5ª ANO EF	3.7987	2.6363	3.22	0.9812	3.16
9ª ANO EF	3.2913	2.9537	3.12	0.9304	2.9
3ª SÉRIE EM	2.3083	1.6667	1.99	0.7748	1.54

Zona Rural

E.E. "Professora Franca Franchi"

IDESP 2013 - INDICADORES DA ESCOLA

	INDICADORES DE DESEMPENHO		INDICADOR DE DESEMPENHO	INDICADOR DE FLUXO	IDESP 2013
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA			
5° ANO EF	4.375	2.9167	3.65	1	3.65
9° ANO EF	3.764	5.1607	4.46	0.9444	4.21
3° SÉRIE EM	1.875	2.2917	2.08	0.8333	1.73

- **01 (uma) escola de Ensino Fundamental (6º ano ao 9º ano) e Ensino Médio:**

Zona urbana

IDESP 2013 - INDICADORES DA ESCOLA

	INDICADORES DE DESEMPENHO		INDICADOR DE DESEMPENHO	INDICADOR DE FLUXO	IDESP 2013
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA			
5° ANO EF					
9° ANO EF	3.44	3.2	3.32	0.9303	3.09
3° SÉRIE EM	3.1027	1.6667	2.38	0.7942	1.89

- **ESTRATÉGIAS**

7.1. Desenvolver indicadores específicos, a partir da avaliação interna, para todos os alunos, inclusive os alunos com necessidades educacionais especiais, elaborados por professores da Unidade Escolar após diagnostico da turma no inicio de cada ano letivo.

7.2. Assegurar que no quinto ano de vigência deste PME, todas as escolas de Educação Básica do Município e Ensino Médio atinjam as metas projetadas no IDEB, através do cumprimento de todas as estratégias contidas nesse PME.

7.3. Implantar programa de reforço escolar que levará para sala de aula uma hora a mais de estudo por dia de Língua Portuguesa e Matemática. As aulas deverão ocorrer três vezes por semana para cada disciplina, definidas com base no desempenho escolar que apresentarem nas provas bimestrais. Também para apoiar os professores, a Educação aplicará uma avaliação para identificar as habilidades e conhecimentos de todos os estudantes da rede.

7.4. Implantar o processo de avaliação institucional de processo de auto avaliação nas escolas de educação básica, elaborados pela equipe da escola, para ter instrumentos que avaliem e orientem a situação em que se encontra o processo educativo, buscando elaborar um plano estratégico visando a melhoria continua na qualidade de ensino e formação continuada dos profissionais da educação através de cursos, palestras e oficinas fornecidas gratuitamente pela Secretaria de Educação Municipal e Estadual.

7.5. Executar as ações do (PAR) nas escolas de Educação Básica, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica Pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional.

7.6. Aprimorar continuamente todos os instrumentos de avaliação interna do Ensino Fundamental e Médio, através de planejamento realizado pela equipe da escola periodicamente.

7.7. Acompanhar e divulgar os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação básica, através de jornal, mural de escola, radio, reuniões de pais, internet.

7.8. Promover a melhoria dos laboratórios de informáticas ampliando quantidade e acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade para os alunos, através do apoio da União, visando à utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação, adquirir através de contratação via processo licitatório, sendo cada escola responsável pela manutenção de todos equipamentos, por profissional especializado;

7.9. Assegurar que todos os professores cumpram os currículos estabelecidos pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, através de constante fiscalização de Coordenadores Pedagógicos e Supervisores de Ensino.

7.10. Buscar apoio da União para dar continuidade na oferta de merenda escolar de qualidade com supervisão de Nutricionista para todos os alunos da Rede Estadual e Municipal, visando a melhoria da saúde do educando.

7.11. Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência domestica e sexual, favorecendo a adoção das providencias adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade, buscando parceria com ministério público e conselho tutelar.

7.12. Criação de plataforma que disponibilizará atividades online para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, além do Ensino Médio, que auxiliarão os professores no objetivo de recuperar conteúdos.

7.13. Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, ofertando as vagas necessárias e buscando parceria com a Assistência Social para dar apoio psicológico caso necessário.

7.14. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a mesma seja assumida com responsabilidade de todos, através de projetos elaborados pela equipe escolar para atrair a sociedade para a escola.

7.15. Criar políticas públicas para diminuir a evasão escolar, através de parceria com família, Ministério Público e Conselho Tutelar.

7.16. Criar programas para que pais e comunidade estejam constantemente participando de todas as ações realizadas nas escolas de forma atuante e decisiva, onde a parceria entre escola, família e comunidade visa a melhoria na qualidade de ensino.

7.17. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

<u>META 8</u> - ELEVAR A ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 (DEZOITO) A 29 (VINTE E NOVE) ANOS, DE MODO A ALCANÇAR, NO MINIMO, 12(DOZE) ANOS DE ESTUDO NO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PLANO, PARA A POPULAÇÃO DO CAMPO, DA REGIÃO DE MENOR ESCOLARIDADE NO PAÍS E DOS 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) MAIS POBRES, E IGUALAR A ESCOLARIDADE MEDIA ENTRE NEGROS E NÃO NEGROS DECLARADOS À FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

Com base nos dados do Censo/10, verifica-se que o município possuía 324 Jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio, sendo entre esses jovens, 35,0% são negros, e em relação ao Ensino Superior, 2.329 jovens de 18 a 24 anos se encontravam fora do Ensino Superior, sendo que 28,10% desses jovens são negros. Ainda com base no Censo/10, 247 jovens não estudavam e não estavam ocupados.

Com base nos dados repassados pela D.E. de Mogi Mirim, das escolas estaduais no nosso município em 2014 temos:

- Concluintes do EF (I) → 1215 alunos
- Concluintes do EF (II) → 1145 alunos, onde apresentamos uma perda de 70 alunos.
- Concluintes do EM → 667 alunos, onde tivemos uma perda de 478 alunos.

Neste contexto sabe-se que muitos alunos optam em deixar os estudos e ingressar nos estabelecimentos comerciais a fim de ganharem os seus rendimentos.

Assim se faz necessário buscar articulações com o Fórum local e com os movimentos sociais dedicados ao EJA e estes realizarem uma parceria com as empresas para a implantação ou manutenção de programas de escolarização junto ao quadro de funcionários conforme demanda existente.

O público-alvo da EJA é caracterizado por jovens com 15 anos e adultos, idosos, pessoas com deficiência apenados e jovens com conflito com a lei, que não tiveram acesso ou continuidade em estudos na idade própria.

Assim é importante também, analisar o papel dos sujeitos da EJA, suas práticas pedagógicas, desafiando-os as novas buscas e conquistas como já sinalizava Paulo Freire em suas ações educativas, a fim de potencializar a aprendizagem de forma significativa.

No nosso município a EJA é caracterizada por campanha de alfabetização (1º ao 5º ano do ensino fundamental). Faz – se necessário, após o levantamento dos nossos jovens, ofertar a estes um EJA para proporcionar a conclusão do ensino fundamental e do médio.

Neste contexto oferecer oportunidades de escolarização que aliem a Educação Básica e o Nível Médio, torna-se imprescindível avaliar toda a demanda, usar habilidades e competências básicas, oportunizando a sua continuação com base significativa, para que estes permaneçam em seus estudos até a sua conclusão.

Escolaridade média da população entre de 18 a 29 anos

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Escolaridade média da população entre de 18 a 29 anos residente em área rural

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Dados gerais do número de matrículas de jovens e adultos de 18 a 29 anos na localidade – Serra Negra – SP

Ano	EJA - 18 a 29 anos
2007	105
2008	118
2009	151
2010	29
2011	0
2012	1
2013	23

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Fonte: Observatório do PNE

Por Cor/Raça

Ano	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
2007	26	59	2	18	0	0
2008	58	42	1	16	1	0
2009	75	50	6	20	0	0
2010	9	17	0	3	0	0
2011	0	0	0	0	0	0
2012	1	0	0	0	0	0
2013	12	7	1	3	0	0

Fonte: MEC/inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Não declarada

Parda

Branca

Amarela

Preta

Indígena

Fonte: Observatório do PNE

- **ESTRATÉGIAS**

8.1 Garantir o acesso às matrículas na modalidade EJA, fundamental 2ª etapa e ensino médio.

8.2 Promover a busca de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude;

8.3 Fortalecer as ações junto ao Ministério Público afim de que se ocorra uma parceria com os segmentos empregadores (comercio local) para que haja incentivos aos jovens/adultos quanto à necessidade de escolaridade;

8.4 Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

8.5 Oferecer oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames;

8.6 Levantar a demanda por EJA (Censo do Município).

8.7 Realizar chamada pública para que se obtenha um grande alcance, com divulgação por meios disponíveis e articulação com a comunidade local;

8.8 Buscar articulação com o Fórum local e movimentos sociais dedicados ao EJA; para que este firme parceria com o comércio local, conscientizando os comerciantes que estimulem, contratem jovens estudantes e com o ensino médio concluído;

8.9 Criar formas de articulação entre programas de alfabetização e estratégias de elevação de escolaridade favorecendo a continuidade dos estudos;

8.10 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com o rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.11 Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade - série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

Meta 9 - ELEVAR A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 (QUINZE) ANOS OU MAIS PARA 93,5% (NOVENTA E TRÊS E CINCO DÉCIMOS POR CENTO) ATÉ 2015 E, ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DESTE PME, ERRADICAR O ANALFABETISMO ABSOLUTO E REDUZIR EM 50% (CINQUENTA POR CENTO) A TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL.

Sabe-se atualmente, que o índice de analfabetismo no Brasil ainda é grande, tendo milhões de analfabetos acima dos 15 anos de idade.

Em Serra Negra, segundo dados do IBGE (2010) o número de analfabetos se equipara, chegando até a superar a meta nacional que é de 93,50%, e a do município segundo dados do IBGE (2010), é de 93,7%.

Segundo também dados do IBGE ilustrados abaixo, observamos a Taxa de Analfabetismo Funcional da população de 15 anos ou mais de idade na cidade de Serra Negra – SP:

Porém, sabemos que muito ainda há por fazer pelos nossos jovens, e adultos analfabetos, não podemos cruzar os braços somente porque nosso índice se encontra dentro da meta nacional. O gráfico abaixo representa essa realidade da população de Serra Negra – SP em diversas faixas etárias matriculados em salas de EJA.

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública

Ano	Total	até 17 anos	de 18 a 29 anos	de 30 a 59 anos	60 anos ou mais
2007	203	18	105	70	10
2008	234	25	118	81	10
2009	282	15	151	99	17
2010	94	2	29	49	14
2011	38	0	0	28	10
2012	43	1	1	34	7
2013	91	18	23	43	7

Fonte: Observatório do PNE

Muitos de nossos jovens, embora não sejam analfabetos, podem ser considerados analfabetos funcionais, ou seja, não possuem a capacidade que uma pessoa demonstra ao compreender textos simples, lêem mas não são capazes de entender e interpretar o que estão lendo e também de fazer operações matemáticas. O indivíduo maior de quinze anos possuidor de escolaridade inferior a quatro anos letivos, também é considerado analfabeto funcional.

Para melhorar essa visão, Serra Negra deve manter uma política educacional voltada para atender a diversidade, através de planos de ação que valorizem as habilidades e potencialidades de cada um. Nossas escolas consideram todos esses aspectos e muitos outros, repensando seus valores, buscando diminuir as diferenças entre os alunos.

- **ESTRATÉGIAS**

9.1- Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino;

9.2- Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

9.3 - Promover campanhas de conscientização às famílias sobre a obrigatoriedade do ensino fundamental para crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e de proteção à infância, adolescência e juventude;

9.4 Assegurar a oferta da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.5 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.6 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.7 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.8 Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze)anos de idade;

9.10 Executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.11 Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);

9.12 Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

9.13 Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, a implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e a inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;

<u>META 10</u> - OFERECER, NO MINIMO, 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DAS MATRICULAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

As matrículas nessa modalidade de ensino vêm caindo nos últimos anos. Mas é necessária a adoção de projetos pedagógicos diferenciados e específicos, capazes de atender à enorme diversidade do público que demanda por essa modalidade de ensino, e oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matriculas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Para uma pessoa adulta que retoma seus estudos, o desejo maior é de se preparar para o trabalho, de ter autonomia e de se dar bem profissionalmente. Assim para se ter uma EJA voltada a área profissional torna-se necessário uma abordagem com características adultas e que vá ao encontro daquilo que esse público deseja.

A defasagem escolar é grande, segundo a" lei 9.394/96 artigo 37 "a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento "; dessa forma, e se realmente acontecesse o que é previsto por lei, teríamos muito mais jovens dentro das escolas.

Partir por esse ângulo, busca-se em Serra Negra, criar uma EJA com fim profissional, pois em nosso município já temos uma escola profissional, a qual qualifica para o trabalho, então temos oportunidade e espaço físico para oferecer à modalidade EJA fundamental e médio, na forma integrada a educação profissional, ou seja, com foco na elevação escolaridade articulada a profissionalização criando ações de incentivo e acesso.

Para isso temos algumas opções de parcerias com:

- PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), com o objetivo principal de fazer oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos com educação profissional.
- Prova do Enceja: onde os alunos poderão realizar exames para avaliar habilidades e competências e assim obter a certificação de conclusão de ensino,

diminuindo o tempo de estudos, estimulando-os a voltar à escola e continuar sua escolaridade integrada a área profissional.

Desta forma, após a implantação da EJA na forma integrada a educação profissional, irá estimular e aumentar o fluxo dos nossos jovens, que hoje se encontram sem um ponto de referencia para continuar os seus estudos.

Ofertar essa modalidade de EJA é ter a certeza que teremos novos frutos a colher. E assim atingir 1% (um por cento) das matriculas para essa modalidade que I hoje é 0% (zero por cento). Percentual de matriculas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional

Dados gerais das matrículas de EJA, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional na localidade – Serra Negra – SP.

Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

Porcentagem de matrículas de EJA no Ensino Fundamental, integradas à Educação Profissional.

Ano	Total
2007	0% 0
2008	0% 0
2009	0% 0
2010	0% 0
2011	0% 0
2012	0% 0
2013	0% 0

Fonte: Observatório do PNE

- **ESTRATÉGIAS**

10.1 Levantar a demanda por EJA (censo do município);

10.2 Realizar chamada pública para que se obtenha um grande alcance, com divulgação por meios disponíveis e articulações com a comunidade local;

10.3 Promover pesquisas sobre o publico demandante para EJA e as possíveis formas de atendimento voltadas à área profissional;

10.4 5 Integrar programas, projetos e ações de formação profissional;

10.6 Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.7 Implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e a melhoria de rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

10.8 Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e pratica, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas.

META 11: TRIPLICAR AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, ASSEGURANDO A QUALIDADE DA OFERTA EM PELO MENOS 50% (CINQUENTA POR CENTO) DA EXPANSÃO NO SEGMENTO PÚBLICO.

A educação profissional pode ser oferecida integrada aos diferentes níveis e modalidades de educação e as dimensões de trabalho, da ciência e da tecnologia. Abrange os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio ou de educação profissional

tecnológica de graduação e pós-graduação, conforme os dispositivos da Lei 11.741, de 16 de julho de 2008, que redimensiona, institucionaliza e integra as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

De acordo com estudo e levantamento de dados coletados através de pesquisas e Censo de Distribuição Populacional e Escolar, apuramos que o Município de Serra Negra tem uma carência técnica educacional nas áreas de Gastronomia, Serviços de Restaurante, Hotéis e Bares, Gestão, Cuidador de idosos, Serviços Diversos na Rede Hoteleira, Turismo e Agricultura. Para que essa demanda seja suprida, serão criados Cursos Técnicos de cuidador de idoso, Hospedagem, Serviços de Restaurante e Bar, Turismo Receptivo e Saúde Bucal, em parceria com o Centro Paula Souza.

Trazer os alunos das Escolas que possuem Fundamental II para que eles conheçam os cursos oferecidos inclusive oferecer aulas agendadas demonstrativas. (Nº alunos do ensino Fundamental II em Serra Negra: 1.393).

Realizar periodicamente estudo de demandas para que os Cursos Técnicos sejam efetivados de acordo com a necessidade do Município.

Dados dos Trabalhadores da cidade de Serra Negra – SP

Com o intuito de estabelecer o público e demanda aos quais ofereceremos os futuros Cursos Profissionalizantes em nosso município, os dados coletados abaixo servem como referência para a escolha dos mesmos que serão disponibilizados pelo Município de Serra Negra-SP na próxima década:

- **1560 empresas sem empregados**
- **1399 empresas possuem de 01 a 10 empregados**
- **07 empresas possuem de 11 a 20 empregados**
- **04 empresas possuem de 21 a 30 empregados**
- **01 empresa possui de 41 a 50 empregados**
- **01 empresa possui de 51 a 60 empregados**
- **01 empresa possui de 71 a 80 empregados**

PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO EM SERRA NEGRA:

Estabelecimentos pesquisados: **14** (lojas, hotéis, agricultores, bares, lanchonetes, restaurantes, cabeleireiros, comércio de cosméticos, supermercados, padarias, mercearias, drogarias, farmácias, açougues, oficinas mecânicas).

- **Nº lojas: 180** (700 vendedores, 30 estoquista, 30 gerentes, 50 funcionários em outras funções).

- **Nº agricultores 700** (340 funcionários registrados nas propriedades, 300 funcionários temporários).

- **Nº bar e lanchonete 75** (200 garçons, 250 auxiliares de cozinha, 80 cozinheiros).

- **Nº restaurante 69** (400 garçons, 200 auxiliares de cozinha, 150 cozinheiros).

–

- **Nº cabeleireiro e comércio de cosmético 51** (80 cabeleireiros, 400 assistentes, 200 serviços diversos).

- **Nº supermercado, padaria, mercearia 60** (100 funcionários caixa, 300 padeiros, 400 funcionários serviços diversos).

- **Nº drogarias e farmácias 16** (100 funcionários em serviços diversos)
- **Nº açougue 12** (60 corte de carne)
- **Oficina mecânica 28** (91 mecânicos)

- **ESTRATÉGIAS**

11.1 Criação de Cursos Técnicos de acordo com estudo de demanda do Município;

11.2 Continuar com os Cursos de Qualificação Profissional, em Ensino Médio;

11.3 Manter os cursos que durante o ano são destinados pelo Governo do Estado,

11.4 Estabelecer parcerias e projetos com Escolas Estaduais que tenham Fundamental II, para que seus alunos conheçam os cursos que são oferecidos na EMP "Jose Franco de Godoi" e futuramente venham a frequentá-la;

11.5 Fortalecer parcerias entre o Município e o Estado, visando à reestruturação e aquisição e equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de Escolas Públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrada à Educação Profissional.

11.6 Garantir a oferta de cursos gratuitos;

11.7 Estabelecer parcerias com lojas, bares, restaurantes, hotéis, agricultores, salões de cabeleireiro, açougues, supermercados para que a escola possa oferecer cursos destinados aos funcionários destes estabelecimentos segundo suas demandas, podendo haver parcerias também quanto às futuras vagas empregatícias.

11.8 Aumentar a oferta de cursos de formação inicial e continuada aos jovens e adultos por meio de programas das Secretarias Municipais, otimizando os espaços públicos e privados.

11.9 Apoiar as ações de incentivo aos programas de aprendizagem, estágio e do primeiro emprego dos jovens.

META 12 - ELEVAR A TAXA BRUTA DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA 50% (CINQUENTA POR CENTO) E A TAXA LÍQUIDA PARA 33% (TRINTA E TRÊS POR CENTO) DA POPULAÇÃO DE 18 (DEZOITO) A 24 (VINTE E QUATRO) ANOS, ASSEGURADA A QUALIDADE DA OFERTA E EXPANSÃO PARA, PELO MENOS, 40% (QUARENTA POR CENTO) DAS NOVAS MATRÍCULAS, NO SEGMENTO PÚBLICO.

A democratização do acesso à educação superior, com inclusão e qualidade, é um dos compromissos do Estado brasileiro. Cada município também possui uma realidade diferente em termos da oferta e do acesso à educação superior, e a oferta no município fica vinculada às decisões de expansão destas instituições.

A perspectiva da Rede Pública Municipal de Serra Negra - SP ao apresentar à comunidade o seu PME, reafirma seu compromisso moral e ético que permeia a concepção de Educação Superior como importante função social, contribuindo para a promoção das transformações necessárias, para o fortalecimento dos valores humanitários e para a formação profissional.

Não há em Serra Negra a presença de Universidades ou Faculdades Particulares ou Públicas, somente um Polo da UNIP à distância com pouca oferta de cursos.

Isso faz com que os interessados em continuar seus estudos, após o término do Ensino Médio, tenham de procurá-los em outras cidades.

O apoio oferecido pelo Poder Público Municipal a seus estudantes de Ensino Superior é a Ajuda de Custo de Transporte, variando de 20% a 100%, através de avaliação de renda Socioeconômica realizada por uma Comissão Municipal que avalia as necessidades de cada estudante.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Setor de Transporte Escolar. Ano de referência: 2015.

O Município tem como objetivo criar mecanismos de estímulo à instalação de Instituições de Ensino Superior na cidade e também ao ingresso e permanência dos estudantes, bem como colaborar com o mapeamento e estudo de demanda para a oferta de formação de nível superior.

- **ESTRATÉGIAS**

12.1 – Disponibilizar aos alunos do Ensino Médio, através de seus professores, palestra sobre a importância da formação superior para sua vida profissional e mercado de trabalho, utilizando-se de recursos áudio visuais, visitas a instituições de ensino superior, distribuição de material alusivo ao tema como folders e afins;

12.2 – Viabilizar a implantação de Ensino Superior no município de Serra Negra, através da parceria da União, Estado e Município, mediante estudo de impacto orçamentário, para concessão de incentivo;

12.3 – Propor à instituição que se instalar no município, que ofereça ao aluno que seja munícipe de Serra Negra, desconto na mensalidade;

12.4 – Firmar Convênio com a instituição, oferecer transporte gratuito, através da Prefeitura Municipal, ao aluno de Serra Negra que frequentar a Universidade local;

12.5 – Propor às Universidades que se interessarem por se instalar no município, que ofereçam cursos ligados às áreas de trabalho encontradas em Serra Negra como Turismo, Agronegócios, Comércio e serviços;

12.6 – Proporcionar uma integração entre a Universidade e o Mercado de Trabalho, para a inserção do universitário em sua área de atuação, como estagiário, se possível, remunerado;

12.7 – Ampliar por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil e de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais, para alunos de instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso a educação superior de estudantes egressos da escola pública;

12.8 – Buscar meios de incentivo aos alunos a realizarem processos seletivos de inclusão em cursos superiores como vestibulares, ENEM, PROUNI;

12.9 – Realizar um diagnóstico entre os jovens de 14 a 17 anos de aptidão profissional;

12.10 – Promover com o auxílio da Secretaria de Assistência Social e outros órgãos competentes, capacitação dos alunos à orientação profissional, garantindo o acesso e permanência, bem como aprendizagem para a conclusão do curso.

<u>META 13</u> - ELEVAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E AMPLIAR A PROPORÇÃO DE MESTRES E DOUTORES DO CORPO DOCENTE EM EFETIVO EXERCÍCIO NO CONJUNTO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO), SENDO, DO TOTAL, NO MÍNIMO, 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO) DOUTORES.

A qualidade da educação superior está diretamente associada a vários aspectos, entre eles, o ensino, a pesquisa, a extensão, o desempenho dos estudantes, a gestão da instituição e a titulação do corpo docente, sobretudo em cursos de mestrado e doutorado.

Por essa razão, o Município de Serra Negra pretende elevar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema municipal de educação, através de estratégias de estímulo ao corpo docente e ao incentivo às Instituições de Ensino Superior.

Ilustramos abaixo a situação atual do Município, verificando que a porcentagem de Docentes com Mestrado ou Doutorado em Serra Negra – SP está bem abaixo da proporção esperada pelo PME.

Ano	Especialização		Mestrado		Doutorado	
2007	7,6%	16	0,5%	1	0%	0
2008	52,1%	134	0,8%	2	0,4%	1
2009	47,7%	125	0%	0	0%	0
2010	46,2%	121	0,4%	1	0%	0
2011	46,9%	112	0,4%	1	0,4%	1
2012	50,4%	137	0,4%	1	0%	0
2013	38,5%	106	1,1%	3	0,4%	1

Fonte: Observatório do PNE

- **ESTRATÉGIAS**

13.1 – Buscar programas de formação continuada de forma a estimular o aperfeiçoamento do conhecimento docente, trazendo para o município em colaboração com órgão competente, polo de formação em nível superior de mestres e doutores;

13.2 – Oferecer incentivos aos docentes, como ajuda de custo de transporte e outros para possibilitar seu acesso ao ensino superior;

META 14 – ELEVAR GRADUALMENTE O NÚMERO DE MATRÍCULAS NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU, DE MODO A ATINGIR A TITULAÇÃO ANUAL DE 60.000 (SESSENTA MIL) MESTRES E 25.000 (VINTE E CINCO MIL) DOUTORES.

O Brasil possui um amplo sistema de pós-graduação stricto sensu, o que tem favorecido o crescimento acentuado da pesquisa e da produção científica, sobretudo em termos da publicação de artigos periódicos.

Mas a meta de elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, visando a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores, constitui-se em um desafio, uma vez que teremos de expandir significativamente a titulação de mestres e mais do que dobrar a titulação de doutores.

Portanto, o Município de Serra Negra, realizará ações conjuntamente à elevação de Mestres e Doutores e também no número de matrículas na pós-graduação strictu sensu, através de estratégias de estímulo ao corpo docente e ao incentivo às Instituições de Ensino Superior.

Percentual de Professores da Educação Básica de Serra Negra – SP com Pós-Graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu:

Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

- **ESTRATÉGIAS:**

14.1 – Realizar planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do município;

14.2 – Reorganizar as políticas municipais de formação de professores da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias e instituições formadoras;

14.3 – Ampliar a oferta de programas de pós-graduação, nas faculdades abertas em nosso município, propondo convênio entre prefeitura, estado e a instituição;

14.4 – Incentivar, através do plano de carreira, o afastamento remunerado dos professores para a formação em mestrado e doutorado;

14.5 – Ter assegurado através do plano de carreira a valorização salarial por títulos obtidos pelo profissional no Município;

<u>META 15</u> – GARANTIR, EM REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS, NO PRAZO DE 1 (UM) ANO DE VIGÊNCIA DESTE PME, POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE QUE TRATAM OS INCISOS I, II E III DO CAPUT DO ART. 61 DA LEI Nº 9.394, DE 20/12/96, ASSEGURADO QUE TODOS OS PROFESSORES E AS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POSSUAM FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE NÍVEL SUPERIOR, OBTIDA EM CURSO DE LICENCIATURA NA ÁREA DE CONHECIMENTO EM QUE ATUAM.

A formação acadêmica do professor é condição essencial para que assumam, efetivamente, as atividades docentes e curriculares em todas as etapas e modalidades, seja no ambiente escolar, seja nos sistemas de ensino.

A formação, portanto, é um requisito indispensável ao exercício profissional docente e em atividades correlatas.

Para que isso ocorra no Município de Serra Negra, será necessário estabelecer estratégias que garantam a formação específica, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, com efetivo esforço colaborativo entre União, estado e município, e também definição das responsabilidades de cada um, para traçarem um plano estratégico, com um diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais do magistério e para que o poder público atenda à demanda por formação superior.

Abaixo representamos a escolaridade dos Docentes da Rede Básica de Serra Negra – SP:

Ano	Ensino Fundamental		Normal/Magistério		Ensino Médio - Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	11,1%	21	3,2%	6	85,7%	162
2008	0%	0	10,6%	25	1,7%	4	87,7%	207
2009	0%	0	9,8%	22	0,9%	2	89,3%	201
2010	0%	0	11,2%	26	1,3%	3	87,5%	203
2011	0%	0	9,5%	21	1,8%	4	88,7%	196
2012	0%	0	6,6%	16	2,9%	7	90,5%	220
2013	0%	0	3,5%	9	3,9%	10	92,6%	238

Fonte: Observatório do PNE

Aos docentes em Regime CLT concursados pela Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Serra Negra, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que possuírem apenas formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da atuação docente, em efetivo exercício, deverá ser garantido o incentivo à formação específica em sua área de atuação, mediante estratégias de valorização do Corpo Docente Municipal. Os mesmos incentivos serão oferecidos aos demais docentes da Rede Pública Estadual e Particular.

Abaixo representamos a porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior em Serra Negra – SP:

Ano	Com superior		Sem licenciatura		Com licenciatura	
2007	86,7%	183	9%	19	77,7%	164
2008	88,7%	228	0%	0	88,7%	228
2009	90,8%	238	0%	0	90,8%	238
2010	88,2%	231	0%	0	88,2%	231
2011	89,1%	213	20,5%	49	68,6%	164
2012	91,5%	249	11,8%	32	79,8%	217
2013	92,7%	255	9,5%	26	83,3%	229

Fonte: Observatório do PNE

- **ESTRATÉGIAS**

15.1 – Reformular se necessário, o plano de carreira municipal;

15.2 – Realizar concurso público cuja exigência de formação, constada em edital, seja a equivalente à área de atuação;

15.3 – Oferecer professor substituto às escolas que possuem professores em Mestrado ou Doutorado;

15.4 – Valorizar os professores, com melhores salários, de acordo com seu nível de especialização, respeitando o estabelecido no Plano de Carreira e vencimentos dos

servidores do magistério público municipal, no estatuto do magistério público e Piso Nacional Salarial;

15.5 – Firmar convênios entre Prefeitura e Instituições de Ensino Superior, para obter descontos nas mensalidades, incentivando assim os professores a freqüentarem cursos de formação superior;

15.6 – Fomentar discussões com as Instituições de Ensino Superior para formação inicial do professor.

<u>META 16</u> – FORMAR, EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ATÉ O ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PME, E GARANTIR A TODOS (AS) OS (AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES, DEMANDAS E CONTEXTUALIZAÇÕES DOS SITEMAS DE ENSINO.

A formação em nível de Pós-Graduação e Formação Continuada aos professores da Rede de Educação Básica no Município de Serra Negra, tanto na Rede Municipal, Estadual ou Particular, está vinculada aos esforços articulados dos entes federativos para dimensionar a demanda por formação continuada e promover a respectiva oferta por parte das instituições públicas, consolidando assim um planejamento estratégico, em regime de colaboração.

Percentual de Professores da Educação Básica de Serra Negra – SP com Pós-Graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu:

Para isso, o Município devera estar atento aos indicadores de cada novo Censo Escolar do INEP, que mostram a porcentagem dos professores da educação básica que cursaram algum tipo de pós-graduação nos últimos anos, bem como fazer um levantamento do número de docentes que necessitam cursar Pós-Graduação e Formação Continuada, para assim, realizar suas estratégias de apoio e valorização aos docentes. Abaixo seguem os gráficos de referência ao público docente em Serra Negra – SP, a porcentagem de Docentes com Pós-Graduação, bem como os tipos de Pós-Graduação mais realizados:

Porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação

Ano	Total do indicador	
2007	8,1%	17
2008	52,9%	136
2009	47,7%	125
2010	46,2%	121
2011	47,3%	113
2012	50,4%	137
2013	38,9%	107

Fonte: Observatório do PNE

Tipo de pós-graduação

Ano	Especialização		Mestrado		Doutorad
2007	7,6%	16	0,5%	1	0% 0
2008	52,1%	134	0,8%	2	0,4% 1
2009	47,7%	125	0%	0	0% 0
2010	46,2%	121	0,4%	1	0% 0
2011	46,9%	112	0,4%	1	0,4% 1
2012	50,4%	137	0,4%	1	0% 0
2013	38,5%	106	1,1%	3	0,4% 1

Fonte: Observatório do PNE

- **ESTRATÉGIAS**

16.1 – Ampliar a oferta de programas de pós-graduação nas instituições de ensino superior existentes no município;

16.2 – Ter assegurado através de plano de carreira a valorização salarial de seu título;

16.3 – Promover convênios entre Prefeitura e Instituição de Ensino Superior, para obter descontos nas mensalidades incentivando os profissionais a frequentarem cursos de pós-graduação;

16.4 – Oferecer transporte gratuito ao professor que comprovar sua frequência em curso de pós-graduação;

META 17 – VALORIZAR OS (AS) PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, DE FORMA A EQUIPARAR SEU RENDIMENTO MÉDIO AO DOS (AS) DEMAIS PROFISSIONAIS COM ESCOLARIDADE EQUIVALENTE, ATÉ O FINAL DO SEXTO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PME.

A valorização dos profissionais do magistério no aspecto da sua remuneração média, através da equiparação salarial do rendimento médio é assegurada pela Lei nº 11.738/2008, que aprovou o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (PSPN) que, além de determinar que União, estados, Distrito Federal e municípios não podem fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica para a jornada de no máximo 40 horas semanais com valor abaixo do PSPN, a lei também determinou, no art. 2º, § 4º, que, na composição da jornada de trabalho, deverá ser observado o limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com alunos. Desse modo, no mínimo 1/3 da jornada de trabalho deve ser destinado às atividades extraclasse.

Essa norma também estabeleceu mecanismo para a correção salarial, atrelando-a a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno definido

nacionalmente no FUNDEB, elevando anualmente o valor da remuneração mínima do professor de nível médio em jornada de 40 horas semanais.

No Município de Serra Negra, constituirá como principal tarefa do Fórum Permanente de Educação, a ser criado nos próximos 3 anos, o acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os/as profissionais do Magistério Público da Educação Básica do Município de Serra Negra, nas Redes Municipal e Estadual e também constituir como tarefa do Fórum Permanente, o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Porcentagem de professores por quantidade de estabelecimentos em que trabalham

Ano	1 estabelecimento		2 estabelecimentos		3 ou mais estabelecimentos	
2007	55,2%	101	33,9%	62	10,9%	20
2008	57,2%	127	31,1%	69	11,7%	26
2009	51,8%	118	39,5%	90	8,8%	20
2010	56,9%	128	33,3%	75	9,8%	22
2011	60,4%	122	33,7%	68	5,9%	12
2012	65,2%	150	26,5%	61	8,3%	19
2013	69,8%	164	23%	54	7,2%	17

Fonte: Observatório do PNE

Aos servidores municipais, além das ações do Fórum, contaremos também com adequações no Plano de Carreira do Magistério Municipal, assegurando também a implementação de políticas de valorização dos/as profissionais do Magistério.

- **ESTRATÉGIAS**

17.1 – Instituir programa de acompanhamento ao professor iniciante, supervisionado por profissional com experiência de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação do professor ao final do estágio probatório do Município;

17.2 – Constituir por incentivo da Prefeitura Municipal, até o final do terceiro ano da vigência desse plano, fórum permanente com representação das escolas municipais, estaduais, particulares e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério;

17.3 – Adequar o Plano de Carreira, anualmente, se necessário, de acordo com as determinações federais e estaduais;

17.4 – Estabelecer no âmbito da administração municipal o estabelecimento de metas para o aumento real dos salários para além dos reajustes anuais;

17.5 – Buscar mecanismos de reorganização da rede municipal de ensino, tendo em vista a busca da relação professor/aluno dentro dos padrões ideais.

Meta 18 – ASSEGURAR, NO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS, A EXISTÊNCIA DE PLANOS DE CARREIRA PARA OS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR PÚBLICA DE TODOS OS SISTEMAS DE ENSINO E, PARA O PLANO DE CARREIRA DOS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, TOMAR COMO REFERÊNCIA O PISO SALARIAL NACIONAL PROFISSIONAL, DEFINIDO EM LEI FEDERAL, NOS TERMOS DO INCISO VIII DO ART. 206 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. UM QUADRO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MOTIVADOS E COMPROMETIDOS.

A carreira do magistério deve se tornar uma opção profissional que desperte nas pessoas interesse pela formação em cursos de Licenciatura, nas diferentes áreas do saber, de modo a aumentar a procura por cursos dessa natureza e, dessa forma, suprir as demandas por esses profissionais qualificados, tanto para a Educação Básica como para a Educação Superior.

O reconhecimento da relação entre valorização do Magistério e estabelecimento de Plano de Carreira é feito em diversos dispositivos legais, como na LDB, art. 67, e na posterior revisão do texto da Constituição Federal de 1988, ao definir os princípios nos quais o ensino deveria ser ministrado: Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas (EC nº 53/2006). 57. Posteriormente, instituiu-se o FUNDEF, o FUNDEB, o PDE, o PSPN (Lei nº 11.738/2008), o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira do Magistério e, mais recentemente, a Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente (Portaria Normativa nº 3/2011).

No Município de Serra Negra, o Plano de Carreira foi aprovado em 2006 e já é uma conquista alcançada, mas é importante promover a adequação do Plano de Carreira do Magistério à legislação vigente de forma a garantir a sua valorização e atender as demandas das políticas públicas de educação.

PLANO DE CARREIRA DE SERRA NEGRA - SP

PROJETO DE LEI Nº. 153 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010 - Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal da Cidade de Serra Negra – SP.

1. Condições de trabalho

No Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Município de Serra Negra (Projeto de Lei Nº. 153 de 09 de Dezembro de 2010) há a determinação de destinar 20% da jornada de trabalho do professor para Hora-Atividade, cumprindo-se a destinação de 1/3 (um terço) da jornada de trabalho para Hora-Atividade, ou seja, para planejamento, estudos, formação e suporte pedagógico.

A quantidade de educandos tem sido reorganizada para atender a seguinte proporção:

- 15 alunos – Maternal I eII.
- 20 alunos – Pré I
- 25 alunos – Pré II e 1º Ano.

2. Remuneração

No que concerne à Rede Pública Municipal de Ensino, conforme previsto no Plano de Carreira de Educação do Município de Sera Negra - SP, a remuneração é composta de:

JORNADA	VALOR DO PISO
24 h	R$ 880,28
30 h	R$ 1.098,16
40 h	R$ 1.815,79

3. Ingresso

O ingresso na Carreira do Magistério Público Municipal acontece por concurso público de provas e títulos.

4. Jornada de trabalho

A jornada de trabalho do professor pode ser parcial ou integral, correspondendo respectivamente, a 24, 30 ou 40 horas semanais.

A jornada de trabalho do professor em função docente inclui uma parte de horas de aula e uma parte de horas atividades destinadas; de acordo com a Proposta Pedagógica da escola; à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, as reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional.

A jornada de 20 horas semanais do professor em função docente inclui 20 horas de aula e 4 horas de Htp, 30 horas semanais do professor em função docente inclui 21 horas de aula e 9 horas de HTP e a jornada de 40 horas semanais inclui 28 horas de aula e 12 de HTP.

5. Qualificação Profissional

A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na Carreira, é assegurada através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, ministrados pelo município ou em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional, observados os programas prioritários.

6. Características dos profissionais e funcionamento do plano:

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:

- Porcentagem de professores da Rede Pública de Serra Negra – SP ocupantes de cargos de provimento efetivo:

Ano	Total		Municipal	
2011	69,8%	141	100%	61
2012	92,2%	212	98,8%	79
2013	83,8%	197	91,8%	78

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

- Salário Inicial do Professor Municipal em Serra Negra –SP:

JORNADA	VALOR DO PISO
24 h	R$ 880,28
30 h	R$ 1.098,16
40 h	R$ 1.815,79

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Serra Negra

- Salário Inicial dos demais profissionais pertencentes ao Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Serra Negra – SP (Atendentes de Puericultura, Merendeiras e Faxineiras): R$ 788,00 (referente à 01 Salário Mínimo).

7. Carreira do Magistério

A carreira do Magistério Público Municipal da Educação Básica é integrada pelos empregos de docência e funções gratificadas de suporte pedagógico, configurado da seguinte forma:

I – Nível I

a) Professor titular de Ensino Infantil;

b) Professor substituto de Ensino Infantil.

c) Professor titular de Ensino Fundamental;

d) Professor de projetos.

II – Nível II

a) Professor titular de Ensino Infantil;

b) Professor titular de Ensino Fundamental;

c) Professor especialista em artes, educação física, música e língua estrangeira.

III – Nível III – Suporte Pedagógico

a) Vice-diretor;

b) Diretor de escola;

c) Supervisor escolar;

d) Coordenador geral da Secretaria da Educação;

e) Assessor pedagógico;

f) Diretor de Plano de Carreira;

f) Diretor de Transporte Escolar.

IV – Nível IV - Secretário de Educação.

QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERRA NEGRA – SP

8. Estágio Probatório

- Estágio probatório é o período de 3 (três) anos, durante os quais o ocupante de emprego do magistério terá avaliada sua eficiência, da qual dependerá sua permanência no serviço público municipal.

– A avaliação em estágio probatório é obrigatória, como condição para a aquisição da efetividade, e será efetuada em conformidade com a lei específica.

– Servidor devidamente aprovado no estágio probatório será declarado efetivo no serviço público municipal, na forma estabelecida na legislação vigente.

– Enquanto não cumprido o tempo de experiência o profissional do ensino poderá ser exonerado no interesse do serviço público, nos seguintes casos: Inassiduidade, Ineficiência, Indisciplina, Insubordinação, Falta de dedicação ao serviço, Má conduta.

– Ocorrendo qualquer das hipóteses prevista no caput deste artigo, fica assegurado ao profissional de ensino o amplo direito a defesa.

9. Categorias Profissionais

Os profissionais do magistério: Professores de Educação Básica; Infantil, Professores de Ensino Fundamental e Médio, substitutos e titulares serão enquadrados nas 2 (duas) categorias seguintes, de acordo com a habilitação que possuam:

- Categoria I: habilitação específica em nível de ensino médio, modalidade Normal.
- Categoria II: habilitação específica de grau superior de graduação em Pedagogia, licenciatura plena ou habilitação específica em docência e Normal Superior - formação em curso superior de Licenciatura de graduação plena em área correspondente á disciplina e complementação da legislação vigente.

Os Profissionais do Magistério: Diretores, Vice-Diretores, Supervisores Escolares, Assessores Pedagógico, Coordenadores Pedagógico, Diretor de Transporte e Diretor do Plano de Carreira da Secretaria de Educação serão enquadrados na Categoria 2 (dois) enquanto exercerem estas funções.

10. Exercício dos Cargos do Quadro do Magistério Municipal

O quadro do Magistério Municipal, privativo da Secretaria Municipal de Educação, compreende cargos de provimento permanente e de provimento em comissão, identificados pela denominação e pela referência de vencimentos,

observados as diretrizes e princípio básico estabelecido na legislação vigente.

O exercício dos cargos do Magistério Municipal compreende as atribuições dos profissionais do magistério que atuam na área de docência, planejamento, coordenação, direção, orientação, supervisão e assessoramento na área educacional.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Serra Negra – SP

Total de Professores da Rede Municipal de Serra Negra -SP: 122

- Professores de Jornada de 24h: 45
- Professores de Jornada de 30h: 04
- Professores de Jornada de 40h: 47
- Em Cargos de Comissão: 24
- Afastados: 02

11. Escolha de Unidade Escolar e atribuição de classes e aulas

Compete ao Secretário de Educação, colocar para escolha, classes e/ou aulas aos docentes da Rede Municipal de Ensino, respeitada a escala de classificação.

A escolha de sede ocorrerá na primeira atribuição de classes e/ou aulas em que participar o professor concursado.

A escolha de unidade escolar, turnos e classes objetivam:

- A acomodação dos profissionais de ensino nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
- A fixação da forma de cumprimento da jornada;
- A definição do horário de trabalho e do turno do Profissional do Ensino.

No inicio do ano letivo, os docentes da mesma área de atuação das classes e das aulas a serem atribuídas serão classificados, observada a seguinte ordem de preferência:

- Situação profissional
- Habilitação
- Títulos e tempo de serviço
- Frequência

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Serra Negra – SP

Segundo o gráfico:

Total de Professores da Rede Municipal de Serra Negra -SP: 122

- Professores de Maternal 0: 02
- Professores de Maternal 1: 17
- Professores de Maternal 2: 15
- Professores de Maternal 1+ 2: 02
- Professores de Pré1:15
- Professores de Pré 2: 15
- Professores de Pré 1 + 2: 01
- Professores de 1º Ano: 16
- Professores de EJA: 02
- Professores de Ed. Especial: 04
- Professores de salas de Reforço: 07
- Em Cargos de Comissão: 24
- Afastados: 02

12. Jornadas de trabalho

Os profissionais do Ensino Municipal ficam sujeitos as seguintes jornadas de trabalho:

I – Jornada de Trabalho Parcial (JTP) - Jornada I – 24 horas semanais: para docentes que atuam no Ensino Infantil e em outras modalidades de ensino que comportem carga semanal de trabalho de 24 horas;

II – Jornada de Trabalho Integral (JTI) - Jornada II – 30 horas semanais: para docentes que atuam no Ensino Fundamental (séries iniciais) e escola especial;

III – Jornada de Tempo Completo – (JTC): correspondente á prestação de 40 (quarenta) horas semanais, abrangendo:

- Coordenador Pedagógico;
- Assessor Pedagógico;
- Diretor do Plano de Carreira;
- Diretor de Transporte Escolar;

- Supervisor Escolar;
- Diretor de Escola;
- Vice-Diretor;
- Secretário da Educação.

13. Evolução funcional

A evolução funcional será a passagem dos profissionais do ensino à referência ou grau de retribuição mais elevada, mediante:

- Na evolução de grau será apurado o tempo na carreira do magistério Municipal da Estância Hidromineral de Serra Negra, correspondendo aos quinquênios para os profissionais regidos pelo regime Estatutário;
- Para evolução de referência serão computados os títulos mais avaliação de desempenho, combinados para todos os profissionais de ensino.

O profissional do ensino titular terá direito, no seu primeiro enquadramento na carreira, a computar o tempo de exercício no Magistério Municipal da Estância Hidromineral de Serra Negra.

O enquadramento far-se-á automaticamente, na referência correspondente ao tempo de serviço apurado por ocasião do último enquadramento do profissional ou, quando não ocorrer correspondência, na referência inferior mais próxima.

O tempo de serviço para os profissionais estatutários, sendo obrigatoriamente considerado como tal tempo relativo a:

I – regência de classe somente como professor na Rede Municipal de Educação;

II – afastamento para prestação de serviços na Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Serra Negra.

Na apuração do tempo de serviço será computado exclusivamente o tempo prestado no serviço público na Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Serra Negra.

Na apuração de títulos e avaliação de desempenho para a evolução funcional serão observados os seguintes critérios:

I – para evolução funcional, aos títulos apresentados serão atribuídos pontos progressivos em conformidade com o Anexo IV, até a soma de 02 (dois) pontos ao ano;

II – os fatores para avaliação de desempenho do profissional de ensino constam do Anexo VI desta Lei;

III – a cada 02 (dois) pontos obtidos pela soma dos títulos mais a avaliação de desempenho há a evolução para a referência imediatamente superior;

IV – a avaliação de desempenho será feita pelo superior imediato e colegas de trabalho da unidade escolar, tendo o profissional de ensino direito à ciência e no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da ciência, o direito de recurso ao superior hierárquico imediato;

V - serão considerados válidos, para o primeiro enquadramento, em conformidade com o Anexo IV, os pontos adquiridos no período de cinco anos imediatamente anterior á data de admissão na Prefeitura Municipal.

Somente serão abrangidos pela evolução funcional os profissionais de magistério que contarem, no mínimo 3 (três) anos de efetivo exercício na carreira de Magistério Municipal.

Os enquadramentos decorrentes da evolução funcional serão efetuados na referência imediatamente superior, observado o interstício de 1 (um) ano para novo enquadramento.

Aos servidores que estejam lotados em locais diversos da secretaria municipal de Educação não se aplica a presente evolução funcional;

O funcionário só terá o direito da sua evolução funcional, após trabalhar o mesmo período, em que ficou afastado por licença saúde.

14. Profissionais do quadro de apoio a educação

As carreiras que integram o quadro de apoio a educação são as seguintes:

1 – Secretário de Escola;

2 – Encarregado da merenda escolar;

3 – Atendente;

4 – Merendeira;

5 – Faxineiras e Serviços Diversos.

Os integrantes ao quadro de apoio da educação atuaram no ensino infantil, ensino fundamental, EMEB e nas classes de educação especial.

Os profissionais integrantes do quadro de apoio a educação estarão sujeitos a prestação de 44 horas semanais de trabalho;

Os profissionais integrantes do de apoio a educação estão sujeitos a evolução funcional e sua escala de vencimentos

Os integrantes do quadro de apoio a educação serão designados em comissão para cargos de livre provimento pelo secretário de educação dentre os portadores de habilitação especifica para os cargos de secretário de escola e encarregado de merenda escolar.

Os integrantes do quadro de atendentes terão seus cargos atribuídos no inicio do ano letivo com data previamente estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo que lhe será atribuída somente a unidade escolar. Caberá ao

Diretor da unidade escolar atribuir as salas de aula desse profissional. A atribuição será de acordo com a lista classificatória do profissional em questão.

Os cargos de secretário de escola serão atribuídos no dia da escolha de atendentes dentre os profissionais que possuam habilitação especifica, mediante designação do Secretario de Educação, obedecendo à ordem de classificação de escolha.

Total de Funcionários da Rede Municipal de Serra Negra -SP: 403

Segundo Gráfico acima, a Secretaria Municipal de Educação de Serra Negra possui:

- Atendentes de Puericultura: 140
- Vigia: 01

- Merendeiras: 88
- Serviços Diversos: 01
- Equipe Multidisciplinar: 03
- Faxineiras: 34
- Diretor de Cultura: 01
- Professores: 122
- Motoristas: 09
- Cozinha Piloto: 04

- **ESTRATÉGIAS**

18.1. Regulamentar, na Rede Municipal de Educação de Serra Negra, acompanhamento dos professores iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

18.2. Participar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o Censo dos (as) profissionais da Educação Básica de outros segmentos que não os do magistério;

18.3. Incentivar a busca pela qualificação, a fim de que todos os profissionais possam ter curso superior.

18.4. Abrir espaço para os profissionais nas escolas realizarem o cumprimento de estágios supervisionados e o desenvolvimento de projetos ligados à educação.

18.5. A partir da entrada em vigor deste PME, somente admitir professores e demais profissionais de educação que possuam as qualificações mínimas exigidas no art, 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

18.6. Assegurar as condições e o cumprimento de 1/3 da jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino, destinado às atividades extraclasses, preferencialmente no próprio local de trabalho, garantindo que o

professor prepare suas aulas, realize estudos e pesquisas, participe de programas de formação continuada e tenha acompanhamento técnico pedagógico sistemático da sua prática educativa.

18.7. Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

18.8. Incentivar a formação continuada aos profissionais administrativos e operacionais (Atendentes de Puericultura, Merendeira, Faxineira, Motorista) da rede pública municipal de ensino, para uma prática mais efetiva no processo educacional de qualidade.

18.9. Promover oficinas de gestão e acompanhamento de Programas e Projetos financiados com recursos públicos aos Conselheiros (as) Escolares com foco no controle social;

18.10. Promover, anualmente, o Fórum Municipal de Educação como forma de atualização dos profissionais de educação de Serra Negra – SP.

18.11. Instituir mudanças nos critérios técnicos e legais para a transferência ou permuta de professores, observando a posição do professor remanejado ou transferido.

18.12. Garantir o numero de matriculas por etapa e modalidade de ensino em sala de aula, dentro de uma relação adequada entre o número de estudantes por turma e por professor, como forma de valorizá-lo, possibilitando uma educação de qualidade.

18.13. Promover, sistematizar e publicar o trabalho de pesquisa para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva com vistas a promoção do ensino e da aprendizagem, bem como para a melhoria das condições de acessibilidade dos estudantes público alvo da Educação Especial.

18.14. Garantir, durante a vigência deste Plano, a revisão periódica do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, contemplando níveis de remuneração, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação

18.15. Viabilizar, durante a vigência deste Plano, mecanismos, em regime de colaboração entre as mantenedoras educacionais do município, para identificar e

mapear as necessidades de formação continuada dos profissionais da educação, atualizando os dados a cada dois anos.

18.16. Assegurar, durante a vigência deste Plano, que o professor para atuar em sala de recursos, classe especial e centro de atendimento especializado, seja habilitado em Educação Especial.

18.17. Rever o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação de Serra Negra - SP

18.18. Atualizar os Regimentos Internos das Escolas Municipais.

18.19. Elaborar e/ou finalizar o Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares.

18.20. Proporcionar atividades que oportunizem aos docentes a apresentação e discussão de suas experiências em Fóruns, debates e encontros para troca de experiências.

18.21. Realizar concurso público de provas e títulos para suprir a falta de professores, equipe técnico-pedagógica e funcionários administrativos, quando necessário.

<u>META</u> 19 - ASSEGURAR CONDIÇÕES, NO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS, PARA A EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO, ASSOCIADA A CRITÉRIOS TÉCNICOS DE MÉRITO E DESEMPENHO E A CONSULTA PÚBLICA À COMUNIDADE ESCOLAR, NO ÂMBITO DAS ESCOLAS PÚBLICAS, PREVENDO RECURSOS E APOIO TÉCNICO DA UNIÃO PARA TANTO.

Esta talvez seja a meta mais difícil de ser acompanhada por dados estatísticos. Embora a gestão democrática da Educação esteja amparada na Legislação Educacional (leia análise do Cenpec), sua efetivação em cada uma das redes públicas de ensino é ainda um imenso desafio para o País.

Nesse caso, por meio de indicadores auxiliares, o observatório procura dar conta do cenário de condições que se apresenta para essa efetivação.

É possível acompanhar, por exemplo, o número de Municípios onde estão constituídos Conselhos Municipais de Educação ou Conselhos de administração das verbas da Educação.

Por meio das informações coletadas via questionários da Prova Brasil, é possível mensurar a existência dos Conselhos Escolares. Os dados também informam a quantidade de reuniões realizadas, a composição dos Conselhos e as formas de elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas.

Porém, a legislação é pouco regulamentar em relação ao funcionamento desses colegiados. Por fim, as estatísticas também revelam as formas de acesso aos cargos de Direção Escolar.

A gestão democrática está prevista no do artigo 206 da Constituição Federal de 1988 , inciso VI, bem como pela lei de Diretrizes e Base da Educação, artigo 3º , inciso VIII. No entanto sua implantação efetiva caminha a passos lentos na sociedade brasileira e seus municípios.

A sociedade, tradicionalmente e culturalmente, mantém sua conduta presa à tradição Coronelista Patriarcal onde os gestores decidem e impõem os rumos da administração pública, não tendo nenhuma participação direta nas decisões, na grande maioria das vezes, se limitando a exercer o voto, que só o faz por ser obrigatório, o que coloca em questionamento sua legitimidade filosófica.

A Constituição de 1988, quando estabelece a gestão democrática, não só na educação, mas em todos os segmentos sociais, presenteia a população com a possibilidade de participar ativamente das decisões no meio em que está inserido, através dos Conselhos Municipais e nas decisões, democratizando o poder.

No entanto deparamo-nos com uma população apática, pouco interessada em participar de tais conselhos, não só por desconhecimento da real importância dessas entidades, ficando no aguardo de soluções prontas e nada desperto para a cidadania.

A gestão democrática na área de educação tem papel real e crucial para modificar esse quadro.

Por um lado é necessário criar mecanismos para que a comunidade escolar se interesse e participe dos Conselhos, e por outro lado, criar situações onde as crianças desde pequenos exercitem a democracia, participando das decisões escolares a fim de atingir uma educação de qualidade referenciada socialmente.

Caráter do Conselho Municipal de Educação De Serra Negra – SP:

Ano	Deliberativo	Fiscalizador	Normativo	Consultivo
2006	Não	Sim	Não	Sim
2009	Não	Sim	Sim	Não
2011	Sim	Não	Não	Sim

Fonte: Observatório do PNE

A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal fundamentar-se-á nos princípios da autonomia das escolas na gestão pedagógica, administrativa e financeira, na participação dos profissionais da educação nos processos da gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola, na participação das comunidades escolares em Conselhos Escolares, Conselhos de Classe, Grêmios Estudantis, Conselho Fiscal do Caixa Escolar, Conselho de Alimentação Escolar - CAE, Conselho do FUNDEB e Conselho Municipal de Educação, e outros conselhos afins que vierem a ser constituídos, na transparência das informações sobre os procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros das escolas, na descentralização das decisões sobre o processo de gestão pedagógica, administrativa e financeira e no Respeito a pluralidade política e cultural e às diversidades.

Existência de instrumentos de Gestão Democrática em Serra Negra – SP:

Ano	Conselho do FUNDEB	Conselho Escolar	Conselho Alimentar Escolar	Conselho de Transporte Escolar
2011	Sim	Sim	Sim	Não

Fonte: Observatório do PNE

A gestão democrática deve ser compreendida como um processo que envolve vários cenários e múltiplas possibilidades de organização, não existindo apenas uma forma ou lógica de participação, tendo em vista que há dinâmicas que se caracterizam por pequenas participações e outras que caracterizam pela grande participação, em que se busca compartilhar as ações e as tomadas de decisão por meio do trabalho coletivo envolvendo diferentes segmentos da sociedade.

- **ESTRATÉGIAS**

19.1. Fomentar ações que visem a participação efetiva da sociedade junto as políticas educacionais, respeitando as diversidades..

19.2. Implantar e fortalecer na Rede Municipal os Conselhos Escolares, envolvendo a Secretaria Municipal de Educação, e a comunidade interna e externa da escola.

19.3. Proporcionar e consolidar consultas à comunidade escolar para a escolha dos Conselhos da rede Municipal de Educação.

19.4. Fortalecer os instrumentos que assegurem a transparência e controle social na utilização dos recursos públicos destinados à educação. Como a realização de audiências públicas e criação de portais eletrônicos de transparência.

19.5. Assegurar a autonomia política do Conselho Municipal de Educação, Conselho do FUNDEB e Conselho da Alimentação Escolar – CAE.

19.6. Fiscalizar o Poder Público Municipal pelos encargos financeiros decorrentes do funcionamento do Conselho Municipal de Educação, Conselho do FUNDEB e Conselho da Alimentação Escolar – CAE.

19.7. Criar calendário escolar que promova dias escolares destinados à atividades que envolvam a família, os/as alunos/as e a equipe da unidade escolar, tais como: assembléia de conselho escolar, fiscal e do grêmio estudantil, atividades de recreação, eventos culturais e esportivos.

19.8. Consolidar as bases da política de financiamento, gestão e controle social da educação por meio da ampliação do investimento público em educação pública, em relação ao PIB, 10% (dez por cento) investido em educação.

19.9. Aumentar o volume de recursos investidos em educação. Ampliar a vinculação de 25% (vinte e cinco por cento) para, no mínimo, 30% (trinta por cento) para a Manutenção e Desenvolvimento do art. 28 do Ensino (MDE).

19.10. Fortalecer e consolidar o papel fiscalizador dos Conselhos de acompanhamento e de avaliação do FUNDEB, Conselho Municipal de Educação e Conselho da Alimentação Escolar, considerando as suas atribuições legais. Formação permanente dos conselheiros/as, após a aprovação desse plano. E garantia de infra-estrutura necessária para o seu funcionamento.

19.11. Democratizar, descentralizar e desburocratizar a elaboração, execução do orçamento, planejamento e acompanhamento das políticas educacionais, com o objetivo de promover o acesso de toda a comunidade local e escolar aos dados orçamentários e transparência na utilização dos recursos públicos em educação.

19.12. Consolidar e fortalecer o Conselho Municipal de Educação como órgão autônomo, plural e com funções propositiva, deliberativa, consultiva, normativa e fiscalizadora. Garantindo infra-estrutura física e recursos humanos.

19.13. Definir e aperfeiçoar mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação para garantir e assegurar a aplicação, pelo poder executivo, dos recursos vinculados à educação.

19.14. Realizar cursos de formação em gestão democrática para todos/as os trabalhadores da educação, sobre organização e funcionamento de programas de apoio educacionais tais quais: Bolsa Família, orçamento, manutenção e apoio, desenvolvimento humano, transporte escolar, planejamento estratégico, alimentação escolar.

19.15. Criar fóruns permanentes que envolvam temas relativos a educação, garantindo a participação dos diversos segmentos ligados à educação.

19.16. Estimular e fortalecer a participação efetiva da comunidade escolar e local na elaboração do Projeto Político Pedagógico, currículos escolares, planos de gestão escolar, regimentos escolares, conselhos escolares, grêmios estudantis e associações de pais e mestres.

19.17. Assegurar a formação continuada dos/as diretores/as e vice-diretores/as das escolas públicas municipais, com ênfase na gestão de processos administrativos e pedagógicos.

<u>META 20</u> – AMPLIAR O INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DE FORMA A ATINGIR, NO MÍNIMO, O PATAMAR DE 7% (SETE POR CENTO) DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO PAÍS NO 5º (QUINTO) ANO DE VIGÊNCIA DESTA LEI E, NO MÍNIMO,O EQUIVALENTE A 10% (DEZ POR CENTO) DO PIB AO FINAL DO DECÊNIO.

A Constituição Federal de 1988, no art. 212, dispõe que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%; e os estados, o Distrito Federal e os municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. O texto constitucional prevê, ainda, que a educação básica terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

Diagnóstico da Gestão Pública no Município de Serra Negra - SP

Com referência à execução orçamentária, a Secretaria da Fazenda em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Serra Negra, fazem a elaboração da proposta orçamentária contemplando os diversos Programas e/ou investimentos a serem realizados.

O acompanhamento e o controle social dos recursos aplicados em educação são realizados, principalmente, pelos Conselhos Municipais que têm incumbências para atuar nessa área:

- **FUNDEB** - Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- **CME** - Conselho Municipal de Educação
- **CAE** - Conselho Municipal de Alimentação Escolar
- **CMTAUT** - Comissão Municipal de Transporte de alunos Universitários e Técnico.

Ao **FUNDEB** cabe exercer a atribuição de acompanhar a redistribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do referido Fundo emitindo os pareceres necessários.

O **CME** (Conselho Municipal de Educação), por sua vez, tem as atribuições de zelar pelo cumprimento da legislação aplicável em educação, emitir pareceres, resoluções, acompanhar a elaboração de planos municipais de educação

manifestar-se sobre os planos de aplicação dos recursos destinados ao município e de analisar os relatórios da execução de programas de educação, desenvolvidos no município.

Ao **CAE** (Conselho Municipal de Alimentação Escolar) compete promover, planejar e acompanhar as atividades relativas à merenda escolar; a aplicação dos recursos do programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e demais investimentos em merenda escolar, zelando pela qualidade do atendimento, além de analisar as prestações de contas e comunicar irregularidades detectadas.

O **CMTAUT** (Comissão Municipal de Transporte de alunos universitário e técnico) age como uma comissão que fiscaliza e acompanha o uso de recursos destinados à ajuda de custo para transporte aos estudantes universitários e cursos técnicos localizados em outros municípios.

Esses Conselhos são responsáveis pela fiscalização dos Programas de Repasse do FNDE, como PDDE, PNATE e PNAE.

O **PDDE** (Programa Dinheiro Direto na Escola) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica.

O **PNAE** é um programa de assistência financeira suplementar com vistas a garantir no mínimo uma refeição diária aos alunos beneficiários.

O **PNATE** consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio e deve ser utilizado para custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal ou estadual e para a contratação de serviços terceirizados de transporte,

PROGRAMAS do FNDE em Serra Negra – SP

- **PNAE – Alimentação Escolar;**

- **PNATE – Transporte Escolar;**
- **PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.**

PROGRAMA	**2.011**	**2.012**	**2.013**	**2.014**
PNAE	333.420,00	374.028,00	477.000,00	389.520,00
PNATE	100.623,04	63.296,91	103.867,21	67.746,27
PDDE	23.542,20	83.349,10	47.300,00	49.775,90

Fonte: SIGPC

PNAE – Alimentação Escolar

	2.011	2.012	2.013	2.014
PNAE	333.420,00	374.028,00	477.000,00	389.520,00

PNATE – Transporte Escolar

	2.011	2.012	2.013	2.014
PNATE	100.623,04	63.296,91	103.867,21	67.746,27

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

	TOTAL	CUSTEIO	CAPITAL
PDDE 2012	R$ 83.349,10	R$ 69.961,42	13.387,68
PDDE 2013	R$ 47.300,00	R$ 33.734,00	R$ 13.566,00
PDDE 2014	R$ 49.775,90	R$ 24.033,90	R$ 25.742,00

Outro aspecto a ser considerado, na política de financiamento de Serra Negra, diz respeito à garantia de repasse de recursos financeiros às Unidades Escolares. Essa orientação, que se respalda no que preconiza o Art. 206, inciso VI, da Constituição Federal Brasileira de 1988; no Art. 14, da Lei n° 9.394/96 – LDB; e no Cap. 5, do Plano Nacional de Educação de 2001, favorece a conquista da gestão democrática na escola, fortalecendo sua autonomia institucional. Com a implantação do PDE, que tem como foco a melhoria do ensino-aprendizagem, as escolas se mobilizaram para a dinamização dos Conselhos Escolares e para a construção de seus PPP (Projeto Político Pedagógico).

O Município de Serra Negra definiu suas necessidades e diretrizes que a partir de então, passou a articular programas de formação, visando à melhoria profissional.

Diretrizes

As questões referentes ao financiamento da educação no município de Serra Negra deverão merecer atenção especial, tendo como fundamento a responsabilidade do Poder Público de garantir o direito das crianças e dos adolescentes à educação básica pública de qualidade.

A adequada provisão e a judiciosa aplicação dos recursos constituem requisito fundamental para a garantia desse direito.

Em conseqüência, a Lei Orçamentária Municipal deverá prever, quando aprovada pelo competente Poder Legislativo e sancionado pelo Executivo, a aplicação, no mínimo, do percentual constitucional estabelecido (25%), utilizando os Recursos em todas as Modalidades de Ensino.

Mas não basta ampliar os recursos, é necessária a fixação de mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o cumprimento da aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino principalmente através da criação de instrumentos que promovam a transparência na utilização dos recursos públicos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, para toda a comunidade local e escolar.

A consolidação da educação com qualidade social, alvo primeiro deste Plano, passa ainda pela promoção de mecanismos que garantam a crescente autonomia pedagógica, administrativa e financeira das Unidades Escolares, bem como aprimoramento de seus processos de gestão, visando à melhoria de suas ações pedagógicas.

No município de Serra Negra, a maior vinculação de receitas para a Educação está relacionada ao **FUNDEB**, onde mais os recursos são aplicados no pagamento de professores e pessoal administrativo que atuam nas Unidades Escolares e também em investimentos para manutenção geral do ensino.

SALÁRIO DO PROFESSOR EM SERRA NEGRA –S P

JORNADA	VALOR DO PISO
24 h	R$ 880,28
30 h	R$ 1.098,16
40 h	R$ 1.815,79

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Serra Negra

REPASSES FUNDEB 2014 - TOTAL - R$ 6.066.032,49

JANEIRO

Decêndio	1º	2º	3º	Total
FPM	22.886,13	6.333,40	13.840,78	43.060,31
FPE	1.641,11	454,15	992,49	3.087,75
IPI-EXP	1.537,76	1.481,98	354,32	3.374,06
Complementação da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Lei Complementar Nº 87	0,00	0,00	2.045,50	2.045,50
ITR	282,02	6,28	5,19	293,49
IPVA	14.595,63	42.189,28	151.840,07	208.624,98
ITCMD	2.295,93	431,09	1.309,60	4.036,62
ICMS	104.288,40	170.524,57	153.414,19	428.227,16
Total	147.526,98	221.420,75	323.802,14	692.749,87

FEVEREIRO

Decêndio	1º	2º	3º	Total
FPM	33.643,82	2.321,60	10.016,67	45.982,09
FPE	2.412,52	166,48	718,27	3.297,27
IPI-EXP	1.989,66	453,25	413,66	2.856,57
Complementação da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Lei Complementar Nº 87	0,00	0,00	2.045,50	2.045,50
ITR	90,18	2,05	4,40	96,63
IPVA	11.301,48	30.524,41	39.019,82	80.845,71
ITCMD	878,10	2.545,68	783,00	4.206,78
ICMS	70.512,83	167.229,88	149.389,25	387.131,96
Total	120.828,59	203.243,35	202.390,57	526.462,51

MARÇO

Decêndio	1º	2º	3º	Total
FPM	13.712,25	1.969,08	11.595,03	27.276,36
FPE	983,27	141,20	831,45	1.955,92
IPI-EXP	1.900,83	421,63	468,77	2.791,23
Complementação da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Lei Complementar Nº 87	0,00	0,00	0,00	0,00
ITR	32,02	1,03	6,02	39,07
IPVA	24.851,18	23.885,11	27.783,10	76.519,39
ITCMD	1.143,65	1.419,75	915,00	3.478,40
ICMS	81.263,11	140.778,43	155.692,89	377.734,43
Total	123.886,31	168.616,23	197.292,26	489.794,80

ABRIL

Decêndio	1º	2º	3º	Total
FPM	16.559,10	3.359,08	11.213,18	31.131,36
FPE	1.187,42	240,87	804,07	2.232,36
IPI-EXP	2.099,61	692,75	251,24	3.043,60
Complementação da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Lei Complementar Nº 87	2.045,50	0,00	0,00	2.045,50
ITR	0,00	21,58	5,72	27,30
IPVA	24.081,79	5.199,30	8.376,86	37.657,95
ITCMD	2.743,74	1.112,22	1.692,39	5.548,35
ICMS	182.287,27	51.432,88	177.207,74	410.927,89
Total	231.004,43	62.058,68	199.551,20	492.614,31

MAIO

Decêndio	1º	2º	3º	Total
FPM	28.138,51	2.958,76	10.389,11	41.486,38
FPE	2.017,75	212,17	744,98	2.974,90
IPI-EXP	2.145,51	688,89	476,02	3.310,42
Complementação da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Lei Complementar Nº 87	2.045,50	0,00	0,00	2.045,50
ITR	16,31	1,74	5,99	24,04
IPVA	4.155,34	8.543,13	3.869,12	16.567,59
ITCMD	1.392,22	1.740,72	2.316,83	5.449,77
ICMS	104.142,57	173.039,36	118.052,57	395.234,50
Total	144.053,71	187.184,77	135.854,62	467.093,10

JUNHO

Decêndio	1º	2º	3º	Total
FPM	16.515,54	7.075,70	7.520,87	31.112,11
FPE	1.184,29	507,38	539,30	2.230,97
IPI-EXP	2.118,70	703,20	331,10	3.153,00
Complementação da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Lei Complementar Nº 87	2.045,50	0,00	0,00	2.045,50
ITR	25,19	2,96	4,24	32,39
IPVA	8.881,88	3.878,87	6.292,57	19.053,32
ITCMD	2.388,43	960,15	823,74	4.172,32
ICMS	179.914,18	54.486,89	82.086,81	316.487,88
Total	213.073,71	67.615,15	97.598,63	378.287,49

JULHO

Decêndio	1º	2º	3º	Total
FPM	16.172,19	3.361,43	7.187,74	26.721,36
FPE	1.159,67	241,04	515,42	1.916,13
IPI-EXP	2.235,43	713,30	290,38	3.239,11
Complementação da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Lei Complementar Nº 87	2.045,50	0,00	0,00	2.045,50
ITR	24,47	6,21	5,00	35,68
IPVA	8.723,81	2.953,24	7.645,54	19.322,59
ITCMD	2.713,83	577,68	2.132,54	5.424,05
ICMS	253.781,38	61.351,00	189.479,28	504.611,66
Total	286.856,28	69.203,90	207.255,90	563.316,08

AGOSTO

Decêndio	1º	2º	3º	Total
FPM	21.787,81	2.889,81	7.784,29	32.461,91
FPE	1.562,35	207,22	558,19	2.327,76
IPI-EXP	2.200,32	663,84	474,63	3.338,79
Complementação da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Lei Complementar Nº 87	2.045,50	0,00	0,00	2.045,50
ITR	37,96	4,96	13,32	56,24
IPVA	4.437,50	7.789,76	4.075,54	16.302,80
ITCMD	1.478,79	1.918,83	1.799,13	5.196,75
ICMS	91.616,63	128.733,83	162.260,60	382.611,06
Total	125.166,86	142.208,25	176.965,70	444.340,81

SETEMBRO

Decêndio	1º	2º	3º	Total
FPM	18.086,65	3.750,55	6.618,37	28.455,57
FPE	1.296,95	268,94	474,59	2.040,48
IPI-EXP	1.953,32	826,48	362,18	3.141,98
Complementação da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Lei Complementar Nº 87	2.045,50	0,00	0,00	2.045,50
ITR	55,01	72,94	237,68	365,63
IPVA	10.779,25	5.939,17	10.259,33	26.977,75
ITCMD	3.035,94	7.616,34	3.119,14	13.771,42
ICMS	166.663,65	74.795,04	238.486,67	480.145,36
Total	204.116,27	93.269,46	259.557,96	556.943,69

OUTUBRO

Decêndio	1º	2º	3º	Total
FPM	15.581,32	4.052,21	7.259,93	26.893,46
FPE	1.117,30	290,57	520,59	1.928,46
IPI-EXP	2.206,54	767,41	390,85	3.364,80
Complementação da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Lei Complementar Nº 87	2.045,50	0,00	0,00	2.045,50
ITR	4.205,35	0,00	187,06	4.392,41
IPVA	4.421,71	3.668,05	10.569,83	18.659,59
ITCMD	2.398,51	1.619,49	3.539,27	7.557,27
ICMS	57.818,57	92.156,37	212.117,20	362.092,14
Total	89.794,80	102.554,10	234.584,73	426.933,63

NOVEMBRO

Decêndio	1º	2º	3º	Total
FPM	23.315,25	3.429,19	8.852,46	35.596,90
FPE	1.671,88	245,90	634,79	2.552,57
IPI-EXP	2.634,44	775,06	454,30	3.863,80
Complementação da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Lei Complementar Nº 87	2.045,50	0,00	0,00	2.045,50
ITR	462,09	17,78	28,66	508,53
IPVA	3.923,95	7.059,62	2.857,23	13.840,80
ITCMD	2.581,73	3.369,36	1.777,87	7.728,96
ICMS	79.668,89	164.408,64	154.119,21	398.196,74
Total	116.303,73	179.305,55	168.724,52	464.333,80

DEZEMBRO

Decêndio	1º	2º	3º	Total
FPM	18.833,45	10.155,89	10.111,26	39.100,60
FPE	1.350,50	728,26	725,06	2.803,82
IPI-EXP	2.414,46	883,98	514,00	3.812,44
Complementação da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Lei Complementar Nº 87	2.045,50	0,00	2.045,50	4.091,00
ITR	380,65	41,03	75,04	496,72
IPVA	6.394,58	4.027,44	8.455,77	20.877,79
ITCMD	3.622,69	1.468,55	5.278,01	10.369,25
ICMS	202.718,02	60.066,95	218.825,81	481.610,78
Total	239.759,85	77.372,10	246.030,45	563.162,40

- **ESTRATÉGIAS**

20.1 – Ampliar progressivamente o percentual dos recursos municipais destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino público municipal;

20.2 – Estabelecer no município a Educação Infantil como prioridade para a aplicação dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;

20.3 – Garantir nos Orçamentos Municipais anuais,a previsão do suporte financeiro as metas constantes deste Plano;

20.4 – Elaborar a proposta orçamentária da Secretária de Educação e Cultura, com base em levantamentos das principais necessidades da rede escolar realizados pela própria Secretaria;

20.5 – Garantir o regular funcionamento dos Conselhos relacionados à educação, de forma a garantir o acompanhamento da aplicação dos recursos de acordo com os objetivos dos Fundos;

20.6 – Manter a transparência na aplicação dos recursos, mediante a disponibilização dos dados e informações para todo cidadão interessado, através das publicações oficiais, fortalecendo assim os mecanismos e os instrumentos que promovam o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados na educação.

20.7 – Aplicar os recursos legalmente vinculados à Educação de competência do Poder Público Municipal e buscar fontes complementares de financiamento.

- **REFERENCIAS - INTRODUÇÃO:**

– Cadastro Central de empresas 2010
– Censo Demográfico 2010
– CEPAGRI – Centro de pesquisas meteorológicas e climáticas aplicadas à agricultura
– CPRM, 1998 – Serviço Geológico do Brasil.
– DAEE – Departamento de água e energia elétrica
– Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Médio (DCNEM)
– Educando com firmeza, de Celso Antunes.
– Fundação SEADE
– IBGE 2004/2010
– IDEB
– IPT, 1981 – Instituto de pesquisas tecnológicas.
– LBD, Lei nº 9394/96.
– Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM)
– PCN - Proposta Curricular Nacional
– RECNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
– KRAMER, Sonia. De que professor precisamos para a Educação Infantil? Uma pergunta várias respostas. Revista Pátio Educação Infantil, Ano I, Nº2, agosto a novembro, 2003.
– OLIVEIRA, J. B. et al, 1999
– Piaget (1962)
– PIAGET, J. Problemas de Psicologia Genética. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
– Rosemberg, 2002
– ROSSINI, Maria Augusta Sanches. Pedagogia afetiva. 3ª ed. Petrópolis: Vozes
– SEABRA AG, Capovilla FC. Problemas de leitura e escrita: como identificar, remediar e prevenir numa concepção fônica. 6ª ed. São Paulo: Memnon; 2010.
– Share D. Phonological recoding and self-teaching: sine qua non of reading acquisition. Cognition. 1995; 55:151-218.
– VYGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
– VYGOTSKY, L. S. Psicologia pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2003.

- WALLON, 1986
- WALLON, H. As origens do pensamento na criança. São Paulo: Manole, 1989.
- WALLON, H. Do ato ao pensamento: ensaio de psicologia comparada. Petrópolis: Vozes, 2008

- **REFERÊNCIAS: META 01:**

- IBGE. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=355160&search=sao-paulo|serra-negra|infograficos:-dados-gerais-do-municipio> Acesso em 10 fev. 2014.
- SIMEC. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php> Acesso em 10 fev. 2014.

- **REFERÊNCIAS – META 02:**

- IBGE. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=355160&search=sao-paulo|serra-negra|infograficos:-dados-gerais-do-municipio> Acesso em 10 fev. 2014.
- SIMEC. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php> Acesso em 10 fev. 2014.
- INEP. Disponível em <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Portal&PortalPath=%2Fshared%2FEduca%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20-%20Acesso%20Externo%2FArquivos%2FCenso%2FConsolidado%2FInforma%C3%A7%C3%B5es%20Consolidadas%2FEstabelecimentos%2FPanorama%20de%20Estabelecimentos%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica> Acesso em 10 fev. 2014.

- **REFERÊNCIAS META 03:**

- IBGE. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=355160&search=sao-paulo|serra-negra|infograficos:-dados-gerais-do-municipio> Acesso em 10 fev. 2014.
- SIMEC. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php> Acesso em 10 fev. 2014.

- INEP. Disponível em <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Portal&PortalPath=%2Fshared%2FEduca%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20-%20Acesso%20Externo%2FArquivos%2FCenso%2FConsolidado%2FInforma%C3%A7%C3%B5es%20Consolidadas%2FEstabelecimentos%2FPanorama%20de%20Estabelecimentos%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica> Acesso em 10 fev. 2014.

- **REFERÊNCIAS – META 04:**

- SITE: Observatório do PNE. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/10-eja-integrada-a-educacao-profissional>. Acesso em 06 de fev. 2015.
- Programa Educação inclusiva: Direito à Diversidade – Brasília 2004 – 2 volume – O Município – Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial
- SIMEC. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php> Acesso em 06 fev. 2015.
- INEP. Disponível em <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Portal&PortalPath=%2Fshared%2FEduca%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20-%20Acesso%20Externo%2FArquivos%2FCenso%2FConsolidado%2FInforma%C3%A7%C3%B5es%20Consolidadas%2FEstabelecimentos%2FPanorama%20de%20Estabelecimentos%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica> Acesso em 10 fev. 2014. > Acesso em 06 fev. 2015.

- **REFERÊNCIAS META 05:**

- BRASIL. Plano Nacional de Educação- proposta. Brasília: 2011
- BRASIL. Constituição. Constituição da republica Federativa do Brasil- 1988
- BRASIL. Lei nº 9.394/96. Leis Diretrizes e Bases da educação Nacional- 1996
- SIMEC. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php> Acesso em 06 fev. 2015.
- SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983. Pedagogia histórica-critica: primeiras aproximações. 8. Ed. Campinas, SP: autores associados, 2003.
- FRADE, I. C. A. da S. Alfabetização na escola de nove anos: desafios e rumos. 2007

- DURAN, M C. G.; Ensino Fundamental de nove anos: argumentado sobre alguns dos seus sentidos. 2006
- SOARES. M. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas; 2004.

- **REFERÊNCIAS – META 06:**

- Caderno do Programa Mais Educação – Passo a passo
- Art. 13 da ei nº 12.101, de 27/11/09.
- Educação Integral – Texto Referência para o debate nacional
- Manual Operacional de Educação Integral
- SITE: Observatório do PNE. Disponível em <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/10-eja-integrada-a-educacao-profissional>. Acesso em 07/02/15.
- SIMEC. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php> Acesso em 07 fev. 2014.

- **REFERÊNCIAS – META 07:**

- PNE - Plano Nacional de Educação – Propósito, Brasília :2011
- IDEB- Artigos acadêmicos MaxwelPuc – Rio
- "O IDEB e a qualidade da educação no ensino"

- **REFERÊNCIAS – META 08:**

- Brasil. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil / 98
- LDB – Brasil. Lei nº 9394/96. Lei Diretrizes e Bases da Educ. Nacional/ 96
- UNESCO. Conferência Internacional de EJA (Alemanha / Hamburgo, 1999 – Documento).
- DE, Mogi Mirim – Delegacia de Ensino de Mogi Mirim.
- http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php
- Cervi. Rejane de Medeiros Cervi; Sistema de Ensino no Brasil.
- Borges. Liana, O Conceito de Alfabetização no Brasil e no mundo.

- **REFERENCIAS – META 09:**

- BRASIL. Plano Nacional de Educação- proposta. Brasília:2011
- BRASIL. Constituição. Constituição da republica Federativa do Brasil- 1988
- BRASIL. Lei nº 9.394/96. lei Diretrizes e Bases da educação Nacional- 1996
- SITE: Observatório do PNE. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/10-eja-integrada-a-educacao-profissional>. Acesso em 06 de fev. 2015.

- SIMEC. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php> Acesso em 06 fev. 2015.
- SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983. Pedagogia histórica-critica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas, SP: autores associados ,2003.
- FRADE,I. C. A. da S. Alfabetização na escola de nove anos: desafios e rumos. 2007
- DURAN, M C. G.; Ensino Fundamental de nove anos: argumentado sobre alguns dos seus sentidos. 2006
- SOARES. M. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas; 2004
- http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/18-plano-carreira/indicadores

- **REFERÊNCIAS – META 10:**

- Brasil. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil / 98.
- LDB – Brasil. Lei nº 9394/96. Leis Diretrizes e Bases da Educ. Nacional/ 96.
- Educação, Ministério de Objetivos do Encceja.
- Educação, Ministério da Proeja (Programa Nacional de Integração da Educ. Básica com a Educ. Profissional na modalidade de Educ. de jovens e adultos.
- Decreto Nº 5840
- http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php
- Haddad. Sergio. A educ. de pessoas jovens e adultas e a nova LDB, 1998.
- Haddad. Sergio; Di Pierro, Mª Clara – Satisfação das necessidades básicasde aprendizagem de jovens e adultos no Brasil.

- **REFERENCIAS – META 11:**

- Prefeitura Municipal de Serra Negra - Setor de Tributação- 2014
- IBGE- Pirâmide Etária Serra Negra SP- 2010
- Brasil. Plano Nacional de Educação- proposta. Brasília: 2011

- **REFERÊNCIAS – META 12:**

- RESUMO TÉCNICO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE 2012. Disponível em <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf> Acesso em 12 fev. 2014.
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Serra Negra – Setor de Transporte Escolar.

- **REFERÊNCIAS – META 13:**

– PLANEJANDO A PRÓXIMA DÉCADA. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em 12 fev. 2014.
– RESUMO TÉCNICO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE 2012. Disponível em <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf> Acesso em 12 fev. 2014.
– SITE: Observatório do PNE. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/10-eja-integrada-a-educacao-profissional>. Acesso em 06 de fev. 2015.

- **REFERÊNCIAS – META 14:**

– PLANEJANDO A PRÓXIMA DÉCADA. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em 12 fev. 2014.
– SIMEC. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php> Acesso em 06 fev. 2015.

- **REFERÊNCIAS – META 15:**

– PLANEJANDO A PRÓXIMA DÉCADA. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em 12 fev. 2014.
– SITE: Observatório do PNE. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/10-eja-integrada-a-educacao-profissional>. Acesso em 06 de fev. 2015.

- **REFERÊNCIAS – META 16:**

– PLANEJANDO A PRÓXIMA DÉCADA. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em 12 fev. 2014.

- SITE: Observatório do PNE. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/10-eja-integrada-a-educacao-profissional>. Acesso em 06 de fev. 2015.
- SIMEC. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php> Acesso em 06 fev. 2015.

- **REFERÊNCIAS – META 17:**

- PLANEJANDO A PRÓXIMA DÉCADA. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em 12 fev. 2014.
- SITE: Observatório do PNE. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/10-eja-integrada-a-educacao-profissional>. Acesso em 06 de fev. 2015.

- **REFERÊNCIAS – META 18:**

- IBGE. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=355160&search=sao-paulo|serra-negra|infograficos:-dados-gerais-do-municipio> Acesso em 10 fev. 2014.
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Serra Negra – SP
- Lei Nº. 153 de 09 de Dezembro de 2010
- SITE: Observatório do PNE. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/10-eja-integrada-a-educacao-profissional>. Acesso em 06 de fev. 2015.

Planejando a próxima década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação, Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>Acesso em 10 fev. 2014.

- **REFERÊNCIAS – META 19**

- PNE – Plano Nacional de Educação
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- Constituição Federal de 1988

- SITE: Observatório do PNE. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/10-eja-integrada-a-educacao-profissional>. Acesso em 06 de fev. 2015.

- **REFERÊNCIAS – META 20:**

- PLANEJANDO A PRÓXIMA DÉCADA. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em 08 fev. 2014.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SERRA NEGRA – SP
- SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Disponível em <http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/municipios_novosite.asp?UF=SP>. Acesso em 08/02/14.